

MESTRADO

EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

A Cidadania através da História

Inês Martins Batista

M

2023



Inês Martins Batista

A Cidadania através da História

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário orientada pelo Prof.º Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro 2023

Inês Martins Batista

A Cidadania através da História

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário orientada pelo Prof.º Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Sumário

Declaração de Honra	III
Agradecimentos	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Índice de Figuras.....	VII
Lista de abreviaturas e siglas.....	X
Introdução	1
I. Educação histórica e cidadania	6
1.1. Cidadania.....	7
1.2. Contexto geral da educação para a cidadania	9
1.3. Contexto da educação para a cidadania em Portugal.....	11
1.4. Articulação entre a Educação Histórica e a Educação para a Cidadania.....	15
1.5. Big Six	20
II. Desenho metodológico	24
2.1. A escola	24
2.2. As turmas.....	27
2.3. As intervenções	28
2.3.1. Cidadania ao longo da História	28
2.3.1.1. – Ficha de trabalho “A Cidadania ao longos dos tempos”	35
2.3.2. A escravatura ao longo da História	44
2.3.2.1. – Ficha de trabalho “Escravatura ao longo dos tempos”	47
III. Questionário final	52
3.1. - Resultados.....	54
Considerações Finais.....	74
Fontes	76
Referências Bibliográficas	78
Anexos	83
Anexo 1 – Caracterização da escola.	83
Apêndices	86

Apêndice 1 – Plano de aula “O Legado do Liberalismo”	86
Apêndice 2 -Apresentação dos pontos chave da aula “O Legado do Liberalismo”	87
Apêndice 3 – A votação censitária e a votação por sufrágio universal.....	88
Apêndice 4 – Ficha de trabalho “A cidadania ao longo dos tempos”	89
Apêndice 5 – Respostas à 2.ª questão do Grupo IV da ficha “Cidadania ao longo dos tempos” da turma Y e da turma Z.....	91
Apêndice 6 – Plano da aula “A abolição da escravatura”	96
Apêndice 7 – Apresentação dos pontos chave da aula “A abolição da escravatura”	98
Apêndice 8 – Ficha de trabalho “A escravatura ao longo dos tempos”	99
Apêndice 9 – Respostas à 4.ª questão da ficha de trabalho “A escravatura ao longo dos tempos” da turma Y e da turma Z.....	101
Apêndice 10 - Respostas à 5.ª questão da ficha de trabalho “A escravatura ao longo dos tempos” da turma Y e da turma Z.....	102
Apêndice 11 – Análise das respostas à 2.ª questão do questionário	108
Apêndice 12 - Análise das respostas à 7.ª questão do questionário	110
Apêndice 13 – Análise das respostas à 9.ª questão do questionário	114

Declaração de Honra

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro 2023.

Ines Martins Batista

Agradecimentos

Aos meus pais por me apoiarem durante todo o meu percurso, mesmo quando tinham dúvidas se eu estava no caminho certo. Obrigada por nunca me cortarem as asas e me ajudaram sempre a alcançar o que quero.

Ao João, por todo o carinho e toda a força que me deu. Obrigada, meu amor.

À Mariana Silva, minha colega de estágio, sem a qual eu não teria realizado esta etapa com tanto ânimo. Pela sua paixão contagiante pelo ensino que me inspirou e me fez querer ser melhor para a alcançar. Por todo o apoio e por todos os conselhos. Por toda a sua amizade.

Ao congresso que sempre me ajudou durante estes dois anos de trabalho árduo e que me deixou com as melhores memórias que levo comigo desta faculdade.

À professora Cláudia pela sua honestidade e orientação.

À professora Célia por toda a sua paciência e todos os conselhos, por toda a sua dedicação ao seu trabalho como orientadora e como professora.

Ao Professor Luís Grosso pela sua orientação.

Aos meus primeiros alunos, dos quais nunca me vou esquecer.

Aos meus antigos professores de História que me inspiraram e sem os quais eu provavelmente não teria seguido este caminho.

Aqueles que passam por nós,

não vão sós,

não nos deixam sós.

Deixam um pouco de si,

Levam um pouco de nós.

- Antoine Saint-Exupéry

Resumo

Este relatório foi realizado no âmbito da Prática Pedagógica de Ensino Supervisionada integrada no Mestrado de Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, durante o ano letivo 2022/2023, que decorreu numa escola secundária do concelho de Vila Nova de Gaia. O trabalho de investigação contemplou duas turmas de 11.º ano de História A.

O tema deste estudo foi suscitado pelas grandes discussões que se colocam na atualidade sobre o papel da cidadania na educação. O objetivo deste relatório é avaliar se os alunos reconhecem a História como uma disciplina que também os pode ensinar a ser cidadãos. Para este estudo a metodologia utilizada foi inspirada nos seis conceitos da História apresentados na obra dos *The Big Six* de Seixas & Morton (2013) e os temas utilizados foram escolhidos a partir das aprendizagens essenciais da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e de História A, nos pontos em que os mesmos se intercetam. De uma forma geral os resultados obtidos sugerem que de facto os alunos reconhecem a História como uma disciplina que contribui para o seu desenvolvimento enquanto pessoas e cidadãos.

Palavras-chaves: história, cidadania, educação, cidadania e desenvolvimento, The Big Six.

Abstract

This report was carried out within the scope of the Pedagogical Practice of Supervised Teaching integrated in the master's degree in history teaching in the 3rd cycle of Basic Education and in Secondary Education, during the academic year 2022/2023, which took at a School in Vila Nova de Gaia. The research work included two classes of 11th year of History A.

The theme of this work was raised by the great discussions that are currently taking place on the role of citizenship in education. The goal of this paper is to evaluate whether students recognize history as a discipline that can also teach them to be citizens. For this study, the methodology that I used was inspired by the six concepts of History presented in the work of *The Big Six* of Seix & Morton (2013), and the themes used were chosen from the syllabus of the discipline of Citizenship and Development and History A, at the points where they intersect. In general, the results obtained in this report suggest that in fact students recognize History as a subject that contributes to their development as people and citizens.

Key Words: History, Citizenship, Education, Citizenship and Development, The Big Six.

Índice de Figuras

Figura 1 - Domínios da Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.	28
Figura 2 - Alunos que frequentaram cursos profissionais entre o ano letivo de 2017/2018 e 2020/2021.	83
Figura 3 - Cursos frequentados pelos alunos dos cursos científico-humanísticos no ano letivo 2020/2021.	83
Figura 4 - Cursos frequentados pelos alunos no ensino profissional no ano letivo 2020/2021... ..	84
Figura 5 – Alunos matriculados em cursos científico-humanísticos.....	84
Figura 6 – Percentagem de alunos que concluem os cursos científico-humanísticos em três anos.	84
Figura 7 - Percentagem de alunos da escola que concluem o ensino profissional em três anos ou menos.	85
Figura 8 – As notas internas atribuídas pela escola aos seus alunos estão alinhadas com as notas internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames?	85
Figura 9 - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos" - respostas à 1.ª Questão do Grupo IV - Pensas que aprender sobre a história da cidadania.	38
Figura 10 - 11.º Y - 1.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas.	55
Figura 11 - 11.º Z - 1.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas.	55
Figura 12 - 11.º Y e do 11.º Z – 2.ª Questão - Através do que aprendeste na disciplina de História compreendes melhor algumas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade?	57
Figura 13 - 11.º Y - 3.ª Questão - Alguma vez aprendeste sobre algum destes temas na disciplina de História?	59
Figura 14 - 11.º Z - 3.ª Questão - Alguma vez aprendeste sobre algum destes temas na disciplina de História?	60
Figura 15 - 11.º Y - 4.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.	62
Figura 16 - 11.º Z - 4.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.....	63
Figura 17 - 11.º Y - 5.ª Questão - As tuas respostas às afirmações anteriores são baseadas no conhecimento que adquiriste nas aulas de História?	64
Figura 18 - 11.º Z - 5.ª Questão - As tuas respostas às afirmações anteriores são baseadas no conhecimento que adquiriste nas aulas de História?	64
Figura 19 - 11.º Y - 6.ª Questão - Pensas que é importante abordar estes temas na escola? ...	65
Figura 20 - 11.º Z - 6.ª Questão - Pensas que é importante abordar estes temas na escola? ...	66
Figura 21 - 11.º Y - 8.ª Questão - O que aprendes em História.	69

Figura 22 - 11.º Z - 8.ª Questão - O que aprendes em História.	70
--	-----------

Índice de Tabelas

Tabela 1 - 11.º Y - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos" Grupo IV - 2.ª Questão	91
Tabela 2 - 11.º Z - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos" Grupo IV - 2.ª Questão	94
Tabela 3 - 11.º Y - Ficha "A escravatura ao longo dos tempos" Grupo II - 4.ª Questão	101
Tabela 4 - 11.º Z - Ficha "A escravatura ao longo dos tempos" Grupo II - 4.ª Questão	101
Tabela 5 - 11.º Y – 5.ª Questão da ficha "Escravatura ao longo dos tempos"	102
Tabela 6 – 11.º Z - 5.ª Questão da ficha "Escravatura ao longo dos tempos"	105
Tabela 7 - 11.º Y resposta à 2.ª questão do questionário.....	108
Tabela 8 – 11.º Z resposta à 2.ª questão do questionário	109
Tabela 9 - 11.º Y resposta à 7.ª questão do questionário.....	110
Tabela 10 - 11.º Z resposta à 7.ª questão do questionário.....	112
Tabela 11 - 11.º Y resposta à 9.ª questão do questionário	114
Tabela 12 - 11.º Z resposta à 9.ª questão do questionário.....	115

Lista de abreviaturas e siglas

AE – Aprendizagens Essenciais

CE – Comissão Europeia

CMVNG – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

COE – Conselho da Europa

DGE - Direção-Geral da Educação

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

PASEO - Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

EU – União Europeia

Introdução

Muitas das publicações na área da educação começam frequentemente por falar sobre a atualidade e mencionam por diversas vezes os problemas que enfrentamos no século XXI. Todos ouvimos falar deles no nosso quotidiano e sabemos que nos esperam vários desafios. Para elencar alguns destes podemos referir-nos a uma série de problemas de cariz socioeconómico, dos quais se destacam as crescentes e acentuadas desigualdades sociais, bem como um aumento de um extremismo violento e uma profunda falta de confiança nos processos democráticos (CE., 2017, p.17) O facto de vivermos numa sociedade da informação, paradoxalmente não torna a comunicação mais fácil, pelo contrário, alguns especialistas apontam precisamente uma grande dificuldade de comunicação entre as pessoas (Carmo, 2014, p.27). De uma forma geral podemos dizer que existem “grandes ameaças aos princípios comuns europeus de paz, justiça, democracia, respeito pelos direitos humanos, igualdade, tolerância e não discriminação” (CE., 2017, p.17). A este panorama soma-se um problema que contribui para criar e agravar todos os acima mencionados, um que já tinha sido referido por Adele Cortina no início do milénio, mas que continua ainda hoje a manifestar-se na nossa sociedade. Este problema é a apatia, a passividade do cidadão do início do século XXI, a quem a mesma autora descreve como “[...] apático y mediocre, alejado de todo pensamiento de libre iniciativa, responsabilidad o empresa creadora” (Cortina, 1999, *apud.* Fonseca, 2015, p.216). A própria expressão “cidadão ativo”, a qual nos habituámos a ouvir é ela própria um sintoma deste problema, na medida em que podemos considerar que está inerente no próprio conceito de “cidadão” ser ativo, participar no meio em que se insere. Perante este contexto a cidadania “[...] deixou de ser algo que aconteça para passar a ser algo que se faz acontecer.” (Fórum Educação para a Cidadania, 2008, *apud.* Fonseca, 2015, 217). É neste momento que a cidadania se introduz na educação e em todas as áreas disciplinares que a compõem, inclusivamente, na História. Aqui surge o tema trabalhado neste relatório.

O interesse despertado por esta questão em torno da cidadania e da importância de se educar para a mesma levou-me a pensar de que forma é que a História, como disciplina, pode, também ela, contribuir para uma educação cidadã.

Reconheço na História um grande potencial para ensinar aos alunos competências que contribuem para o seu futuro, mais especificamente para o seu futuro como pessoas, como cidadãos e como parte da sociedade. Aqui se encontram a cidadania e a História. Os próprios documentos normativos referentes à educação reconhecem esta conexão entre as duas áreas, deixando claramente expressa esta ligação pedida entre todas as disciplinas, incluindo História, e a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Explorar este tipo de articulação não é uma ideia pioneira, muitos já o sugeriram e outros tantos já o fizeram, mas é um tema que penso ser pertinente e interessante. Sendo assim decidi que neste relatório, inserido no Mestrado de Ensino de História no 3.º Ciclo de Ensino Básico e no Ensino Secundário na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e efetuado na Escola Secundária António Sérgio, este seria o tema tratado.

Este trabalho visa avaliar se os alunos reconhecem a História como uma disciplina que também os pode ensinar a ser cidadãos. Para isso pretendi demonstrar aos alunos que a História também pode dar o seu contributo para uma educação cidadã.

Este objetivo foi alcançado através da utilização de uma metodologia inspirada nos seis conceitos apresentados na publicação *The Big Six* de Seixas e Morton (2013). Esta metodologia será utilizada de modo a concretizar a articulação entre a cidadania e a História. Esta articulação terá a forma de duas fichas de trabalho, uma sobre a cidadania ao longo da História e outra sobre a escravatura, estruturadas segundo a metodologia selecionada. Existem vários pontos de articulação entre as Aprendizagens Essenciais da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (Direção Geral da Educação, 2018 a), e as Aprendizagens Essenciais da disciplina de História (DGE., 2018 b), que podem ser explorados. De todas as escolhas disponíveis decidi focar-me na articulação entre a própria cidadania e a História, visto que a primeira sempre esteve presente ao longo da segunda. Outro dos pontos que achei pertinente trabalhar e em que os programas destas duas disciplinas se volta a interceder é na questão da escravatura que aparece nas AE de História do 11.º ano (DGE., 2018 b) e nas AE de Cidadania e Desenvolvimento (DGE., 2018 a) incluída no tema mais amplo dos Direitos Humanos.

A metodologia selecionada irá também permitir o desenvolvimento de competências da aprendizagem em História que em simultâneo contribuem para as competências de um cidadão historicamente competente, ou seja, um cidadão que é criterioso com as suas fontes de informação, que sabe analisar diferentes perspetivas e argumentos, que sabe perceber as consequências de um evento ou ação e que tendo conhecimento histórico sobre as mais variadas áreas consegue fazer julgamentos e tomar decisões de forma mais informada e consciente.

O tema deste relatório não é novo, inclusivamente nos últimos anos a questão da cidadania têm vindo a ganhar destaque no plano da educação, especialmente a nível das políticas educativas, nomeadamente no que concerne à sua inclusão ou exclusão dos currículos. A discussão que tem suscitado, não só se reflete na esfera pública, mas também no mundo académico, onde nos últimos anos se encontram publicados vários relatórios de iniciação á prática profissional nos mestrados de ensino, de ciências da educação e de psicologia da educação que tratam o tema. Muitos destes relatórios exploram simplesmente a relação entre educação e cidadania, sendo que alguns exploram esta mesma relação através de uma abordagem focada numa disciplina específica. O objeto de estudo destes relatórios é bastante variado abrangendo vários níveis de escolaridade.

Visto que a cidadania é um tema tão abrangente encontramos relatórios relacionados com a sustentabilidade ambiental (Gomes, 2014), a interculturalidade (Vidigal, 2013), a democracia (Riqueza, 2017), as práticas que os professores utilizam em sala de aula para desenvolver o espírito de cidadania nos alunos (Seixas, 2020) e a formação de professores para ensinar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, ou a falta dela (Tomé, 2021). Quanto aos trabalhos académicos que unem a História e a cidadania destaco quatro: o de Rita Rêgo (2008), que se focou no papel dos professores de História no 3.º ciclo do ensino básico e de que forma estes desenvolvem as competências de cidadania na disciplina de história; o trabalho de Rúben Gomes (2019) e o de Ana Vilas Boas (2022) que evidenciam os contributos da História para a construção de uma educação cidadã e apresentam algumas estratégias que podem ser utilizadas para articular a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e a disciplina de História e por fim, o trabalho de Mélanie Caeiro (2021) que estabelece

pontes entre a História e a cidadania, explorando o papel do professor em estabelecer essas mesmas pontes e ainda apresenta uma reflexão sobre as temáticas de história lecionadas e a sua relação com o presente.

Em termos de publicações em revistas científicas também é possível encontrar vários artigos que discutem o papel da educação na cidadania e vice-versa, sendo que a lista começa a reduzir quando a pesquisa se foca diretamente na relação entre a disciplina de História e a cidadania, neste campo destaco o artigo de Tiago Costa intitulado “Entre o passado e o futuro: a História e a promoção de uma Cidadania ativa” (2020). Saliento ainda alguns autores cuja bibliografia se revelou particularmente útil para este trabalho como Josélia Fonseca (2015), António Fonseca (2001) e Joan Pagès (2011).

Dentro dos estudos realizados é de salientar a importância do relatório da Eurydice sobre a Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa de 2017. Outro estudo digno de menção é um estudo de caso no Reino Unido, que vê na educação para a cidadania uma forma de combater um problema que na última década se revelou em vários países da Europa e nos EUA, a abstinência eleitoral. Este estudo debruça-se sobre o impacto das atividades que fomentam a participação política na escola. Neste projeto em particular, o foco não era tanto aprender sobre o domínio político ou sobre a cidadania, mas sim participar ativamente nas decisões políticas e praticar a cidadania. Este estudo concluiu que de facto as atividades desenvolvidas com as turmas de 11.º ano afetaram de forma positiva a sua participação política e que as alterações se mantiveram mesmo depois dos alunos saírem da escola (Keating & Janmaat, 2016). Claro que não podemos reduzir a cidadania apenas ao facto de alguém ser ou não politicamente ativo ou participativo, ou exercer o seu voto nas eleições (Costa, 2020, p.3). Apesar disso esta participação não deixa de ser uma componente relevante da educação para a cidadania. A importância deste estudo reside na hipótese que coloca: a educação para a cidadania em geral poder ter um impacto profundo e deixar marcas que permanecem até à idade adulta (Keating & Janmaat, 2016).

A estrutura deste trabalho segue os trâmites habituais, sendo composto por três capítulos.

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação do enquadramento teórico deste estudo, começando por abordar o próprio conceito de cidadania e a forma como o mesmo evoluiu ao longo dos tempos, uma vez que se trata de um conceito estruturante. De seguida, é traçado o panorama geral da educação para a cidadania, primeiro a uma escala macro, e depois a nível nacional, terminando com a exploração da articulação entre a História e a cidadania.

O segundo capítulo é dedicado à prática pedagógica e didática, onde é apresentado em primeiro lugar o contexto da intervenção, com a caracterização da Escola Secundária António Sérgio e das duas turmas de 11.º ano que integraram este relatório. Em segundo lugar é descrita em pormenor a metodologia utilizada, seguida das duas intervenções realizadas junto das turmas, que incluem a estrutura das fichas de trabalho e a análise dos resultados das mesmas.

No terceiro, e último capítulo é apresentada a estrutura e os resultados do inquérito final realizado em ambas as turmas com o intuito de responder ao objetivo deste relatório.

No final, são analisadas todas as informações reunidas ao longo do ano, o que correu bem e aquilo que poderia ter corrido melhor. São ainda enunciadas algumas das conclusões finais possíveis de retirar deste estudo e que podem contribuir para investigações futuras.

I. Educação histórica e cidadania

Perante todos os problemas de cariz político, económico e sociais que já foram mencionados a escola, como um dos pilares da sociedade, tanto do presente como do futuro, não deve ficar indiferente a todas estas questões. Longe de afirmar que lhe cabe a responsabilidade de salvar o mundo, a verdade é que se trata de uma instituição com um papel determinante nas sociedades. Não é, portanto, de admirar que se inclua a cidadania na educação, aliás como refere Josélia Fonseca “educar implica sempre uma relação intrínseca com a cidadania” (2015, p.216). Foi nesta linha de pensamento que surgiu aquilo a que chamamos de “educação para a cidadania”, como uma forma de combater os problemas sociais já mencionados (CE., 2017, p.17). Neste sentido a escola passa a ser um espaço onde se aprende e exerce cidadania, onde se reflete sobre as preocupações transversais à sociedade (DGE., 2012, p.1). Tal pensamento é explanado de forma bastante clara na Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos:

“A educação desempenha um papel essencial na promoção dos valores fundamentais do Conselho da Europa – a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito – e na prevenção de violações dos direitos humanos. Genericamente, a educação é cada vez mais considerada um meio de combater o aumento da violência, do racismo, do extremismo, da xenofobia, da discriminação e da intolerância. Esta crescente tomada de consciência reflete-se na adoção da Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos” (COE, 2010, p.1).

Mas para falarmos de educação para a cidadania é necessário esclarecer o próprio conceito de “cidadania”.

1.1. Cidadania

O conceito de cidadania evoluiu, mudou, consoante o tempo e o espaço a que nos referimos, tal como tudo na História e, ainda hoje, não é um termo completamente consensual. Este conceito tem vindo ao longo do tempo a tornar-se cada vez mais complexo e extenso, passou de nível local, para regional, nacional e mesmo internacional. No contexto em que nos inserimos hoje existe ainda a ideia de uma cidadania europeia e em última instância alguns ainda nos falam de uma “cidadania mundial” (Carmo, *et al.* 2022, p.30).

Todavia para os efeitos deste relatório podemos guiar-nos por algumas definições apresentadas por vários autores. O conceito de cidadania de que falamos hoje engloba “importantes garantias sociais, civis e políticas, as quais concedem aos cidadãos o direito de participação nas esferas públicas que são responsáveis tanto pela elaboração, como pela ratificação das regras sociais que são destinadas a todos os membros dessa comunidade” (Leal, 2013, p.10). Mas, para além de todos os cidadãos verem garantidos os seus direitos, estes também têm responsabilidades.

“A cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, (...) é pensamento que age e ação que se pensa” (Sampaio, *apud.* em Romão, 2020, p. 14).

Ou seja, todos os cidadãos têm o direito e o dever de contribuir para a sociedade em que se inserem, de participarem ativamente na sua comunidade, algo que é característico nos regimes democráticos, o que nos leva ao próximo ponto.

Estas definições de cidadania a que nos referimos nos dias de hoje, só têm lugar num contexto democrático (Moreira, 2020, p.234). Por um lado, esta ideia de “educação para a cidadania” surge precisamente quando se funciona num quadro de democracia. Por outro lado, a democracia precisa em grande medida de ser protegida, preservada e incentivada por esta mesma educação para a cidadania. A relação entre

as duas acaba por ser bidirecional (CE., 2017, p.21). Por este motivo a educação para a cidadania tem como referencial os valores democráticos. Estes valores são claros e estão explanados em vários documentos oficiais, como por exemplo As Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania onde é referido que: “A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social” (DGE., 2012, p.1). Sendo importante por isso que o aluno “conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta” (Martins, *et al*, 2017, p.16).

Num contexto democrático esta educação para a cidadania pode então ser entendida como uma educação que trabalha o desenvolvimento pessoal e social de cada um, incentivando a coexistência harmoniosa dos indivíduos nas sociedades em que se integram (Carmo, *et al*. 2022, p.31). A mesma foi concebida para ajudar a formar cidadãos ativos, informados e responsáveis (CE., 2017, p.9) e deve ser uma educação que promova “o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (Decreto-Lei 46/86, de 14 de outubro de 1986).

Em suma, deve ser uma educação que se pautar pelos valores de equidade, solidariedade, tolerância, interculturalidade, compreensão mútua, cooperação, democracia, paz, respeito, liberdade e dignidade.

Como ficou claro até agora, este tipo de educação não se pode ficar apenas por ensinar sobre o que é a cidadania. É necessário ir mais além e criar na escola um espaço onde os alunos consigam de facto exercê-la. Precisa de ser uma educação que auxilie o aluno a reconhecer um problema na sociedade e a ser capaz de decidir e agir tendo por base valores justos e democráticos (Moreira, 2020, p.234-235). Traduz-se, portanto, numa educação que estimule o desenvolvimento pessoal, promovendo a autonomia e a solidariedade e que sublinhe a necessidade de cada um ser socialmente responsável e comprometido com o bem comum (Carmo, *et al*. 2022, p.31).

Esta educação não tem somente lugar na sala de aula, podendo incluir experiências de aprendizagem não formais, tais como as atividades extracurriculares, visitas de estudo e projetos como o voluntariado que envolvam a comunidade escolar bem como a própria comunidade onde a escola se insere (CE., 2017, p.24). Para além de se ensinar sobre a cidadania é também importante permitir que os alunos a experienciem e a pratiquem dentro do próprio contexto escolar. Dentro da escola esta vivência pode ser concretizada de diversas maneiras, por exemplo, na oportunidade de participação por parte dos alunos nas decisões que os afetam a si ou à escola. Desta forma a própria escola torna-se num lugar democrático, onde o aluno pode intervir, debater, decidir (Marques *et al*, 2011, p.5). Aqui é pertinente referir que a escola apesar de ter um papel importante na construção da cidadania, necessita da colaboração das famílias e das próprias comunidades se for para ser bem-sucedida (Nóvoa, 2017, p.1130).

1.2. Contexto geral da educação para a cidadania

Com o papel da educação para a cidadania em destaque, foram produzidos muitos documentos de referência para estabelecerem algumas diretrizes gerais no que concerne a este tópico. A relação entre cidadania e educação tem vindo a tornar-se cada vez mais explícita, nomeadamente a nível curricular.

Uma das grandes organizações que promove a educação para a cidadania a nível global é a UNESCO. Em 2016, apoiou a publicação do guia pedagógico *Educação para a Cidadania Global: tópicos e objetivos de aprendizagem* (UNESCO, 2016). Este documento foi elaborado de modo a orientar os diversos países a integrarem esta educação nos seus sistemas de ensino. A nível europeu somam-se também várias organizações que fazem o mesmo. A Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos, datada de 2010 é um documento que atesta a educação para a cidadania como algo fundamental e a associa à educação para a democracia e para os Direitos Humanos. Este documento encerra em si muitas das diretrizes mais tarde reiteradas, entre elas um apelo a todos os estados-membros para incorporarem nos seus sistemas de ensino a componente de cidadania. Segundo esta carta, a educação para a cidadania deve ser orientada

sobretudo numa lógica democrática com foco “nos direitos e nas responsabilidades democráticas e na participação ativa nas esferas cívica, política, social, económica, jurídica e cultural da sociedade,” (2010, p.2). A esta vertente deve aliar-se a educação para os Direitos Humanos, uma educação que capacite os alunos “para participar na construção e defesa de uma cultura universal dos direitos humanos na sociedade...”. Para além deste documento é de destacar a Declaração de Paris (UE., 2015). Este documento surge no rescaldo dos ataques terroristas em Paris do mesmo ano e reforça a ideia de uma educação para a cidadania cuja essência sejam os valores comuns, nomeadamente a liberdade, tolerância e a não-discriminação.

Tendo em conta este objetivo e usando estes documentos como referência vários países um pouco por toda a Europa fizeram a sua parte ao incorporarem a cidadania nos seus sistemas educativos, integrando a mesma nos seus currículos. A estrutura desta componente cívica toma os mais variados contornos. Alguns países europeus criaram uma disciplina cívica autónoma, outros consideraram a mesma como parte transversal do currículo. Existem ainda outros que a incluem como uma disciplina integrada em áreas disciplinares mais vastas como as ciências sociais. Existem também modelos híbridos que variam conforme os sistemas educacionais de cada país e dos ciclos de escolaridade (CE., 2017, p.33).

Mesmo a nível nacional, a estrutura desta componente não é uniforme, visto que em alguns países é concedida autonomia às escolas para escolherem a melhor forma de implementar esta educação para a cidadania, o que dá origem a várias particularidades. Esta disciplina é integrada no currículo como componente autónoma e obrigatória em pelo menos um ciclo de estudos, mas apenas em alguns países europeus, (CE., 2017, p.33-34), como é o caso de Portugal, desde 2018. Esta componente cívica adota os mais variados nomes e formas nos países da Europa: como componente integrada na área de “Estudos Sociais” na Noruega; de modo transversal na Islândia onde o currículo nacional determina que tanto a democracia como os direitos humanos são pilares fundamentais no ensino secundário e por isso são considerados uma parte intrínseca de todas as disciplinas e atividades escolares. (CE., 2017, p.35); na Irlanda como disciplina autónoma de “educação cívica, social e política”.

Nos países em que esta educação para a cidadania acontece de forma integrada, as disciplinas a incluir temas de cidadania com mais frequência são as disciplinas das ciências sociais, que “dizem respeito à sociedade e às relações entre os indivíduos no seio da sociedade” mais especificamente disciplinas como História ou Geografia (CE., 2017, p.37). Este pode ser um indicador de uma maior facilidade e pertinência em associar muitas das temáticas consideradas de cidadania a estas disciplinas, destacando para o propósito deste relatório a disciplina de História.

Em geral a conclusão que o relatório apresenta é que de facto a maioria dos países europeus tem vindo a integrar nos seus currículos uma componente cívica na educação que cobre “a maior parte das competências relacionadas com uma atuação democrática e socialmente responsável, um espírito crítico e relações interpessoais” (CE., 2017, p.10). É neste contexto mais amplo que se insere Portugal, que não tem ficado indiferente a todos estes esforços de incluir a cidadania no sistema educacional.

1.3. Contexto da educação para a cidadania em Portugal

A educação para a cidadania de modo mais formal e oficial surgiu com a implementação da 1.^a República em 1910. Surgem então vários “manuais” de educação cívica. Um destes publicado em 1915 por António Sérgio, intitulado “Educação Cívica”, onde já se encontram algumas das ideias que perduram até hoje relativas à educação para a cidadania. A mais explícita destas ideias que permanecem é a noção de que “na prática, na escola, os educandos vão aprendendo a desempenhar os papéis sociais da cidadania, a conhecer, pela sua própria experiência, como funciona a sociedade, e a assumir cada vez mais a responsabilidade dos seus atos e decisões” (Sérgio, 1984, *apud*. Trindade & Cosme, 2019, p.11). Esta ideia de participação democrática está intimamente ligada ao regime recentemente implementado à época e à necessidade de o legitimar (Trindade & Cosme, 2019 p.11). Este regime depressa foi deposto por outro de cariz ditatorial que viria a estender-se durante várias décadas, e onde a educação para a cidadania parecia ter mergulhado no esquecimento.

Apenas com a Revolução de Abril de 1974 é que se volta a falar da educação para cidadania, vinculada ao processo de democratização. Durante este período as

questões relativas à democratização do ensino, à educação para a democracia, à cidadania e à articulação entre as mesmas volta a estar no cerne das discussões pedagógicas (Pintassilgo, 2007, p.3). Deste debate decorreu uma tentativa de inserir a educação para a cidadania no ensino sob várias formas:

“Educação Cívica e Politécnica (incluída no currículo do novo Ensino Secundário Unificado), o Serviço Cívico Estudantil (precedendo o acesso à universidade) ou as Atividades de Contacto (integradas no plano de estudos das reformadas Escolas do Magistério Primário) que, não só enfatizam a as dimensões de participação ou intervenção, como propõem práticas alternativas (...) visando a abertura da escola à comunidade” (Pintassilgo, 2007, p.62-63).

Mais tarde a promulgação da LBSE em 1986 lança as novas bases para o sistema educacional português. Esta lei implementou a primeira reforma sistémica realizada em regime democrático, parte da sua importância reside na longevidade dos princípios nela consagrados (Correia, 2017, p.157). É nesta mudança legislativa que vemos o importante papel da educação para a cidadania. O documento refere nos seus princípios gerais que “O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, (...) incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários ...” (Decreto-Lei n.º 46/86 de outubro de 1986). Acrescenta ainda nos mesmos princípios gerais que a educação

“promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.” (Decreto-Lei n.º 46/86 de outubro de 1986)

Dois anos mais tarde o decreto-Lei n.º 286/89 de agosto de 1989 reforma o sistema de ensino português e apresenta os primeiros sinais da influência europeia a nível nacional. Este decreto implementa a Área de Formação Pessoal e Social, a par da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social como uma disciplina incluída tanto no ensino básico como no ensino secundário. Em alternativa à disciplina de

Desenvolvimento Pessoal e Social os alunos poderiam escolher frequentar a disciplina de Educação Moral Religiosa e Católica. Esta mesma lei cria ainda para o 3.º ciclo do ensino básico a chamada “área-escola” onde eram trabalhados temas relacionados com a cidadania, nomeadamente a participação democrática (Capítulo II, Art.º 7 alínea 3).

Mais tarde, o Decreto-lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro de 2001, e o Decreto-Lei n.º 7/2001, da mesma data aprovam a revisão curricular do ensino básico e secundário respetivamente. Ambos deixam claro que a cidadania deve existir de forma transversal no currículo escolar (Capítulo I, Art.º 3., alínea d; Capítulo I, Art.º 3, alínea e). Com o primeiro são criadas três áreas curriculares não disciplinares: área de projeto, estudo acompanhado e formação cívica. Esta última área seria um

“espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade” (Decreto-Lei n.º 7/2001, Capítulo II, Art.º 5, alínea c).

Mais tarde a disciplina de Área de Projeto acaba por ser eliminada pelo Decreto-Lei n.º 18/2011 de fevereiro de 2011, que também limita a Área de Estudo Acompanhado a uma área dedicada à melhoria dos resultados escolares. A área de Formação Cívica continuou a existir, mas foi sofrendo várias alterações.

Em 2012 foi promulgado o Decreto-Lei n.º 139/2012 de julho de 2012 onde a educação para a cidadania voltou a ser referida enquanto área transversal passível de ser abordada em todas as áreas curriculares e por isso sem necessidade de uma disciplina autónoma, ficando esta escolha a cargo das escolas. Apesar deste retrocesso na obrigatoriedade da área não disciplinar de Formação Cívica o mesmo decreto no seu 15.º artigo dedicava uma atenção especial à formação social e pessoal dos alunos encarregando as escolas de

“desenvolver projetos e atividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação financeira, educação para os media, educação rodoviária, educação para o consumo, educação para o empreendedorismo e educação moral e religiosa, de frequência facultativa.” (Decreto-Lei n.º 139/2012 de julho de 2012).

Nesse mesmo ano foi publicado outro documento, as Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania que apontavam os problemas sociais transversais, aos quais a escola não deve ficar indiferente. Seguindo esta lógica este documento inseria estas grandes problemáticas sociais na educação para a cidadania e acrescentava que “Sendo estes temas transversais à sociedade, a sua inserção no currículo requer uma abordagem transversal, tanto nas áreas disciplinares e disciplinas como em atividades e projetos, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário...” (DGE., 2012, p.1).

Na minha experiência pessoal enquanto aluna que frequentou esta disciplina de Formação Cívica desde o 5.º ano até ao 9.º ano de escolaridade, assisti a uma grande desvalorização da disciplina quer da parte dos alunos, quer da parte dos encarregados de educação. O pouco tempo letivo dedicado a esta disciplina por semana era utilizado para discutir os problemas da turma ou resolver outros assuntos de direção de turma. Sendo que sempre tive a sensação de que a disciplina provavelmente não teria sido projetada para o fim que lhe estavam a dar.

Cinco anos após a publicação das Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania, em 2017, criaram a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, esta tinha como referência vários documentos internacionais e nacionais sobre a educação para a cidadania. O próprio documento começava por referir aquilo que pode ser constatado facilmente pelos dados aqui apresentados: a educação para a cidadania em Portugal teve um percurso confuso e sinuoso o que não permitiu a sua implementação de forma eficaz no sistema de ensino português. Neste documento é sugerida a criação de uma componente curricular designada por “Cidadania e Desenvolvimento” (DGE., 2017, p.6), sugestão que foi concretizada pelo Decreto-Lei n.º 55/2018 de julho de 2018. Esta disciplina passou a estar presente de forma transversal no 1.º ciclo, de

forma autónoma no 2.º ciclo e no 3.º ciclo, podendo funcionar de forma semestral. Já no ensino secundário fica ao critério das escolas a forma como decidem implementar esta componente: “como disciplina autónoma; como prática de coadjuvação, no âmbito de uma disciplina ou ainda em funcionamento de justaposição com outra disciplina” (DGE., 2018 a, p.3). Sendo que é obrigatório funcionar como disciplina autónoma continua ainda a debater-se quem deverá lecioná-la e se é necessário uma formação específica para tal. Com a criação da nova disciplina surgem as aprendizagens essenciais que orientam a mesma. Estas explicitam quais os temas que devem ser abordados, especificando ainda alguns deles como obrigatórios em todos os ciclos (caso dos temas presentes no 1.º grupo). De certa forma os temas propostos para esta disciplina estão relacionados às grandes questões sociais da atualidade, aos chamados desafios para o século XXI. Os que estão recomendados somam 17 e são descritos no quadro apresentado abaixo (DGE., 2018 a, p.4-5).

1.º Grupo	2.º Grupo	3.º Grupo
Direitos Humanos	Sexualidade	Empreendedorismo
Igualdade de Género	Media	Mundo do Trabalho
Interculturalidade	Instituições e participação democrática	Segurança, Defesa e Paz
Desenvolvimento Sustentável	Literacia financeira e educação para o consumo	Bem-estar animal
Educação Ambiental	Segurança rodoviária	Voluntariado
Saúde	Risco	

Figura 1 - Domínios da Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

É neste ponto que hoje nos encontramos relativamente à educação para a cidadania em Portugal e é deste ponto que partimos agora para a articulação entre a cidadania e a História.

1.4. Articulação entre a Educação Histórica e a Educação para a Cidadania

Neste subcapítulo é importante deixar claro que a ideia deste trabalho não é promover a substituição da História pela Cidadania. Tal como afirmam outros autores

não é possível uma “troca por troca”, uma troca entre a História e a sua substituição por Cidadania, nem existe uma relação de subordinação, estas são complementares no grande plano da educação. Contudo, é de destacar o papel da História e das suas especificidades como potencializadoras de uma educação cívica, pois tal como afirma Rita Rêgo “Todas as disciplinas contribuem para o ambiente onde se aprende a ser cidadão, mas a História fornece o contexto e estrutura” (2008, p.9). Isto, sem descartar evidentemente todas as outras disciplinas (Moreira, 2020, p.240).

Na disciplina de História o professor pode “abordar os conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados” (Martins, *et al.*, p.31). Desta forma é esperado que o aluno consiga estabelecer relações entre o passado e o presente, nomeadamente no que se refere aos problemas políticos, económicos e sociais. Este é um ponto onde a cidadania e a História se cruzam. A maioria das temáticas abordadas na atual disciplina de Cidadania e Desenvolvimento refletem as questões sociais, políticas e económicas do presente. No entanto, todas elas têm uma origem e um contexto histórico e é por meio da História que os alunos adquirem consciência dessas questões e da dimensão do mundo em que vivemos “Sem a História não se poderá ter a noção de tempo e sociedade” (Félix, 1998, p.37). Tendo esta noção, os alunos podem compreender melhor os problemas do presente recorrendo ao estudo do passado (Costa, 2020, p.3). Esta ponte entre o passado e o presente é uma parte essencial para ensinar e aprender História. Tal como afirma Rüsen este

“olhar histórico formado, voltado para a alteridade do passado, pode sensibilizar a consciência para a especificidade do seu tempo presente. Ele pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma do que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas” (Rüsen, 2007, p.113).

A mesma ideia reflete-se nas Aprendizagens Essenciais de História:

“recorrendo à multiperspetiva e a comparações entre realidades espaço-temporais distintas, o aluno adquire a compreensão do mundo em

que vive e uma consciência histórica que lhe permite assumir uma posição informada e participativa na construção da sua identidade individual e coletiva” (DGE., 2018 b, p.2).

Este mesmo choque entre o passado e o presente cria a oportunidade perfeita para o aluno ser confrontado com diferentes sistemas políticos, diferentes culturas, diferentes modelos sociais. Este embate com a alteridade pode levar os alunos a fazer julgamentos fáceis e rápidos, sendo por isso, necessário desenvolver nos mesmos a empatia histórica. Esta empatia poderá “transpor-se para o quotidiano dos alunos, permitindo que estes sejam mais críticos, empáticos, compreensivos, que saibam aceitar as diferenças e, sobretudo, respeitá-las” (Costa, 2020, p.3-4). Este ponto em específico pode desenvolver nos alunos um sentido de solidariedade, empatia e tolerância, desenvolvendo a sua consciência crítica e ajudando-os a “discordar de maneira inteligente e civilizada” (Pagés, 2011, p. 20).

Utilizando ainda esta oportunidade de confrontar diferenças entre o passado e o presente os alunos podem perceber que nem sempre se ensinou a valorizar a democracia e os princípios que esta representa (Pagés, 2011, p. 18). O próprio conceito de cidadania pode ser explorado desta forma levando os alunos a refletir sobre toda a evolução histórica do que significa ser cidadão. Encontramos aqui outro elemento de ligação entre a História e a Cidadania, através da primeira podemos aprender sobre a formação da segunda, nomeadamente sobre a ligação entre a cidadania e a democracia que já referimos.

“No coração das sociedades democráticas está a necessidade de os indivíduos fazerem escolhas baseadas em juízos bem fundamentados e informados. O ensino da história, nos seus conteúdos, nas competências disciplinares que exige e na sua pedagogia, está numa posição privilegiada para contribuir significativamente na preparação dos jovens para a tomada de decisão democrática” (Conselho da Europa, 2018., p. 10).

Mas para além desta consciência histórica existem outras competências específicas da disciplina de História que coincidem com as que são esperadas de um cidadão

“interpretar, analisar dados e discursos, testemunhos, verificar argumentos, contrapor opiniões e perspetivas na análise de fontes, debater as suas ideias e dar forma aos seus pensamentos. Tudo isto são capacidades fundamentais para se ser um bom cidadão, um cidadão informado, crítico, argumentativo.” (Pagés, 2011, p. 20).

Muitas destas competências vão também ao encontro do que é recomendado no PASEO. Neste documento é referido que, à saída da escolaridade obrigatória, o jovem deve ser um cidadão capaz de: “questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia” (Martins, *et al*, 2017, p.16). Estas competências, entre outras, são referidas neste documento como “ferramentas indispensáveis para o exercício de uma cidadania plena, ativa e criativa na sociedade da informação e do conhecimento em que estamos inseridos (Martins, *et al*, 2017, p.10).

Passando agora a uma articulação mais direta entre a História e a cidadania, existem vários temas no programa de Cidadania e Desenvolvimento que podem facilmente ser relacionados diretamente com a História, e isto, é algo que não constitui uma novidade por si só. Tal como já foi mencionado, nos últimos anos alguns existem algumas dissertações de mestrado que trabalham precisamente a relação entre a História e a Cidadania, nomeadamente o trabalho de Ana Vilas Boas (2022), onde a temática do Holocausto foi motivo para abordar os Direitos Humanos e o tema da Democracia ateniense foi utilizado para fazer uma comparação com a democracia na atualidade, elucidando os alunos sobre as instituições e participação democrática. Também Mélanie Caeiro abordou a igualdade de género através das aulas de História em que lecionou os loucos anos 20 e a mudança do estatuto da mulher nessa década, onde fez depois a ponte para o Portugal do presente pedindo aos alunos para comentar a diferença salarial entre homens e mulheres (Caeiro, 2021, p.19).

Numa tentativa de ir ao encontro dos documentos orientadores também os manuais de História se tem adaptado às novas recomendações de articulação entre a História e os temas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Esta relação torna-se bastante explícita em alguns dos manuais de história adotados recentemente.

Muitos deles incluem vários exercícios propostos que criam uma oportunidade para o professor fazer essa ponte.

O próprio Dossiê de Professor do manual “Entre Tempos” de História A do 11.º ano (Rosas, *et al.*, 2022) inclui um separador dedicado à articulação entre cidadania e História, indicando que temas do currículo da disciplina e que documentos presentes no manual podem ser utilizados para discutir os diversos domínios da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Outro manual que importa ainda destacar é o de História B (Amaral, *et al.*, a & b, 2022) que no final de cada unidade inclui uma rubrica completamente dedicada à educação para a cidadania, com fontes e atividades que procuram relacionar os assuntos estudados com a atualidade. Nestas rubricas são abordadas várias questões relacionadas com a cidadania; a escravatura a propósito do tráfico negreiro, as crises económicas atuais a propósito das do passado, a democracia a propósito dos princípios iluministas, a igualdade de género a propósito das alterações no papel da mulher no século XX.

Todos estes temas são abordados através dos conteúdos da disciplina sendo depois propostas várias atividades que nos fazem refletir sobre os mesmos na sua raiz histórica transportando-os também para a atualidade. Esta nova vertente dos manuais reflete a preocupação em incluir a cidadania de modo transversal no currículo e demonstra um esforço de mudança nos manuais escolares que em 1994 foram alvo de duras críticas por parte de Appleby, Hunt que os consideraram eurocêntricos, racistas, sexistas e homofóbicos (Pagés, 2011, p. 19).

Para este relatório, esta seria precisamente a minha ideia articular temas do programa de História A, com temas do programa da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, criando alguns instrumentos que me permitam responder ao objetivo inicial deste trabalho. Os temas foram selecionados tendo em conta o ano de escolaridade das turmas e as respetivas AE. Da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento escolhi trabalhar com dois domínios as “instituições e a participação democrática” e os “Direitos Humanos” (DGE., 2018 a, p.4). Trabalhei o primeiro domínio através da questão do direito ao voto que surge nas AE do 11.º de História A no módulo “O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX” (DGE., 2018 b,

p.11). O segundo domínio trabalhei-o através do mesmo módulo das AE de História referido, nomeadamente no item que menciona especificamente a abolição da escravatura na Europa e em Portugal. Ao longo da minha prática pedagógica também lecionei aulas onde relacionei o domínio “mundo do trabalho”, presente na disciplina de cidadania, com as AE de História, a propósito do tema do movimento operário (DGE., 2018 b, p.12). Ao longo deste ano fiz sempre um esforço contínuo para concretizar esta articulação que penso ser essencial em todas as aulas que lecionei.

1.5. Big Six

Para realizar esta articulação entre a educação histórica e a educação para a cidadania utilizei uma metodologia diretamente inspirada nos seis conceitos apresentados por Seixas & Morton (2013) na sua obra *The Big Six*, sendo que cada um destes se encontra subdividido em quatro ou cinco indicadores. A partir desta metodologia criei duas fichas de trabalho, estruturadas em torno destes conceitos para abordar as temáticas selecionadas. Sendo que estes seis conceitos foram estruturantes para esta articulação, penso ser pertinente explorá-los e apresentá-los com mais detalhe.

a) Relevância histórica – Como é que decidimos o que é importante aprender sobre o passado?

Este conceito aplica-se quando um acontecimento histórico deu origem a mudanças, ou teve consequências profundas para muitas pessoas durante um longo período de tempo. Também se aplica quando um acontecimento histórico se mostra revelador de algum problema social, político, económico ou cultural que se mostrou duradouro ou que ainda persiste na atualidade. Como já foi mencionado os temas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento revelam problemas com uma origem histórica que pode ser explorada. Para este relatório são precisamente estes os temas que quero trabalhar, os que ainda nos afetam nos dias de hoje. Neste ponto é importante referir que a relevância histórica é construída e que a mesma varia ao longo do tempo e de grupo para grupo.

b) Evidência – O que sabemos sobre o passado?

A história baseia-se em inferências baseadas em fontes, independentemente da sua natureza, as perguntas que fazemos a essas fontes podem transformá-las em provas. Devemos fazer uma análise de fontes extensa que questione quem escreveu, quando, para quem, com que intenção e se essa intenção está explícita ou implícita. Devemos também estar conscientes que as fontes devem ser sempre que possível corroboradas e analisadas dentro do seu contexto histórico. Este conceito articula-se com uma das competências importantes de um cidadão como já vimos, procurar e seleccionar informação sempre com um pensamento crítico em relação à própria informação e ao autor.

c) Continuidade e mudança – Como podemos dar sentido aos complexos fios da História?

A História também é feita de continuidades e ruturas e ambas podem coexistir em diferentes ritmos e padrões. É fundamental que os alunos compreendam que apesar de a História ser estudada em períodos aparentemente todos arrumados divididos e estanques a realidade é diferente. Os alunos devem reconhecer pontos de viragem na História e perceber que o progresso de uns pode determinar o declínio de outros. Através deste conceito os alunos conseguem perceber os momentos-chave que construíram a sua realidade, as ruturas que impediram que algumas realidades do passado chegassem até eles e outras realidades que, nem o tempo, nem o Homem, conseguiram alterar e que permanecem até hoje. Através deste conceito os alunos conseguem perceber que muitos dos chamados “desafios para o século XXI” o foram também para os séculos anteriores e que a esses se somam os que são de facto fruto da nossa época.

d) Causa e consequência – Porque é que as coisas acontecem e qual é o seu impacto?

O quarto conceito de causa e consequência é provavelmente o mais fácil de reconhecer e associar ao ensino da História. Neste ponto é importante que os alunos entendam que um acontecimento pode ter múltiplas causas, muitas delas acidentais, e que umas podem ter mais importância que outras. Os alunos devem ainda compreender que os eventos históricos têm lugar devido aos atores históricos, sejam

estes, pessoas ou grupos de pessoas, e às condições sociais, políticas, económicas e culturais em que os atores operam. Por último, é ainda muito importante que os alunos entendam que os acontecimentos que ocorreram não eram inevitáveis, tal como acontece com os do futuro, basta alterar uma única ação ou condição, e um acontecimento pode ter um desfecho completamente diferente. Isto pode ajudar os alunos a entender os acontecimentos que criaram a realidade atual, e a ponderar as suas escolhas enquanto cidadãos de modo a ter em conta as potenciais consequências dessas escolhas.

e) Perspetiva histórica – Como podemos compreender melhor as pessoas do passado?

Os alunos devem tentar entender que as perspetivas daqueles que viveram no passado são distintas das atuais e devem evitar julgar o passado com os olhos do presente. No entanto, podemos considerar, sempre com algumas reservas, que é possível, até certo ponto, relacionarmo-nos com os atores históricos. Podemos tentar perceber o que pensavam e como sentiam, sendo que tal será mais fácil se considerarmos sempre o contexto histórico. Este ponto em específico pode ajudar o aluno a ser mais empático, uma vez que através deste exercício o aluno é obrigado a tentar entender as diferentes perspetivas sobre o mesmo assunto ou acontecimento.

f) Dimensão ética – Como é que a História nos pode ajudar a viver no presente?

No último conceito, a dimensão ética, os alunos devem considerar que não podem aplicar ao passado os padrões éticos contemporâneos, levando sempre em conta o contexto histórico em questão, identificando limitações nas escolhas e possibilidades. Os discentes devem ainda aprender a reconhecer a posição ética dos autores seja esta implícita ou explícita, pois assim estarão mais preparados para fazer os seus próprios juízos. Esta é outra das qualidades importantes num cidadão, ponderar, perceber as circunstâncias, reconhecer a posição de quem lhe está a transmitir a informação para não se deixar influenciar e construir a sua própria opinião sustentada. Este conceito informa-nos também das nossas responsabilidades de recordar e responder às contribuições, sacrifícios e injustiças do passado. Indica ainda

que o nosso conhecimento histórico nos pode ajudar a avaliar e compreender problemas contemporâneos, com as devidas limitações.

Mais uma vez, este último ponto revela-se fulcral para o presente relatório, uma vez que pode ajudar os alunos a ter uma visão mais esclarecida sobre as questões sociais, económicas e políticas da atualidade, bem como a sua evolução. Apresenta ainda a possibilidade de relembrar aos alunos que muito daquilo que tomam como garantido, foi na verdade, uma série de conquistas alcançadas por aqueles que nos precederam e que poderá facilmente desaparecer se não fizermos nada para o manter.

II. Desenho metodológico

2.1. A escola

A prática de ensino supervisionada foi realizada na Escola Secundária António Sérgio, em Vila Nova de Gaia. A história desta escola começa em 1884, com a criação da Escola de Desenho Industrial Passos Manuel. A mesma sofreu várias alterações até 1955 onde se muda para um edifício novo, em Soares dos Reis, onde ainda permanece. Em 1978 recebe a designação de escola secundária, e em 1984 passa a designar-se pelo nome com que a conhecemos hoje, sendo o seu patrono António Sérgio (Torre do Tombo, Rede de Arquivos Escolares 1867/2010).

A Escola Secundária António Sérgio é uma escola pública que abrange dois níveis de educação, o 3.º ciclo de escolaridade e o secundário. A mesma é desde 2012 a sede do Agrupamento de Escolas António Sérgio, que inclui cinco jardins-de-infância, cinco escolas de 1.º ciclo e uma escola com o 2.º e 3.º ciclo (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2017, p. 129).

Todo o agrupamento foi sujeito a obras no âmbito do Programa de Modernização Parque Escolar, sendo que a própria sede do agrupamento sofreu profundas intervenções, para melhorar o espaço, uma vez que o edifício se encontrava muito danificado. Uma vez terminadas as obras em 2010, a capacidade da escola aumentou para 66 turmas (CMVNG., 2017, p. 130). Além da sua capacidade para acolher um grande número de alunos, a escola possui outros espaços que a valorizam, como a biblioteca e os espaços exteriores. A biblioteca está em ótimas condições, e contém um catálogo muito vasto e diversificado para uma escola secundária. Tanto eu como a minha colega estagiária, Mariana Silva, usufruímos das suas potencialidades nas atividades que realizamos com os alunos.

Relativamente à oferta formativa, a escola disponibiliza todos os cursos científico-humanísticos de carácter geral, como Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais. Por norma, também oferece aos alunos a opção de frequentar cursos profissionais, ainda que esta oferta tenha vindo a diminuir. No ano letivo de 2022/2023 estiveram abertos apenas dois cursos

profissionais: o curso de técnico multimédia e o de técnico de gestão e programação de sistemas informáticos. Nesta escola funciona ainda um centro qualifica, destinado a quem já terminou a escolaridade obrigatória, mas quer prosseguir a sua educação ou formação (CMVNG., 2017, p. 96).

Fazendo uma caracterização geral do ano letivo 2020/2021 a escola contava com um total de 618 alunos inscritos no secundário, 124 alunos no ensino profissional (Anexo 1 – Figura 2) e 494 alunos nos cursos científico-humanísticos (Anexo 1 – Figura 5). Dentro dos cursos científico-humanísticos a maioria dos alunos optou por ciências e tecnologias (38,7%) ou línguas e humanidades (38,9%), apenas uma minoria optou por ciências socioeconómicas (12,6) e artes visuais (9,9%). (Anexo 1 – Figura 3) Dentro do ensino profissional o curso com mais adesão foi o de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (39%), seguido do curso de multimédia (32%) e por fim os dois cursos com menos inscrições, o de técnico de desporto (22%) e o de técnico de apoio à infância (7%) (Anexo 1 - Figura 4).

Relativamente aos cursos profissionais os alunos que optam por esta via tem vindo a diminuir desde o ano letivo de 2009/2010. enquanto o número de alunos em cursos científico-humanísticos se mantém praticamente constante desde 2017/2018 (CMVNG, 2017, p. 138).

Passando à análise da taxa de retenção, esta é bastante elevada e tem vindo a aumentar, sendo que no ano letivo de 2020/2021 apenas 54% dos alunos dos cursos científico-humanísticos concluíram a sua escolaridade no tempo previsto (Anexo 1 - Figura 6). Por outro lado, nos cursos profissionais verifica-se que a taxa de retenção tem vindo a aumentar desde o ano letivo de 2018/2019, sendo que no ano letivo 2021, apenas 56% dos alunos terminaram o ensino secundário profissional nos três anos esperados, ficando abaixo da média nacional de 63% (Anexo 1 – Figura 7).

Quanto aos exames nacionais, irei apenas analisar brevemente a disciplina de História A. As notas internas da escola estiveram alinhadas com as notas internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames nos anos de 2015, 2016 e 2019, estando um pouco desalinhadas no sentido negativo nos anos de 2017 e 2018 (Anexo 1 – Figura 8).

O protocolo para abertura do núcleo de estágio na Escola Secundária António Sérgio surgiu este ano, fruto de um acordo proposto por mim e pela minha colega de estágio Mariana Gabriela Catarino Silva e foi aceite tanto pela escola como pela orientadora cooperante a Professora Célia Maria da Silva Gomes. O ambiente no núcleo sempre foi muito colaborativo e de entreajuda o que resultou numa boa experiência na iniciação à prática profissional. A grande novidade deste ano letivo de 2021/2022 foi a adesão de escola ao Projeto Maia o que implicou a alteração dos métodos de avaliação e do calendário escolar, passando este a ser semestral.

Para terminar considero importante destacar que o próprio projeto educativo do agrupamento da escola em questão remete para alguns dos pontos mencionados em capítulos anteriores. Neste documento de referência fica claro que o agrupamento está focado em “Construir uma comunidade orientada para a formação integral da pessoa humana com base nos valores da democracia e do humanismo.” (Agrupamento de Escolas António Sérgio, 2020, p.6). Este documento encontra-se alinhado com as referências europeias e nacionais no que se refere à educação para a cidadania.

“O Agrupamento de Escolas António Sérgio, como uma instituição de ensino público, terá como missão cumprir os princípios gerais inerentes à Lei de Bases do Sistema Educativo, procurando dar resposta às necessidade do contexto social que serve, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso dos seus alunos, promovendo a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos, criativos e solidários e valorizando o respeito e a dignidade humana, que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social. Procurará munir os alunos de competências que lhes proporcionem explorar as suas capacidades intelectuais, físicas e artísticas, e progredir ao longo da Vida criando percursos profissionais de sucesso.” (Agrupamento de Escolas António Sérgio, 2020, p.5).

2.2. As turmas

As turmas que acompanhei ao longo do ano foram três, uma de 10.º ano e duas de 11.º ano, todas elas na disciplina de História A. A turma de 10.º ano não se encontrava claramente habituada a trabalhar com fontes na aula de História. Para além, disso os alunos encontravam-se ainda na transição do básico para o secundário, relevando grandes dificuldades de adaptação de forma transversal em todas as disciplinas. Os alunos desta turma não revelaram grande interesse independentemente dos conteúdos ou da professora que lecionava a aula, mostrando-se sempre pouco participativos, trabalhadores e interessados.

Posto isto, irei focar-me na caracterização das turmas de 11.º ano, uma vez que foram aquelas onde eu realizei as intervenções para este relatório. Estas turmas são muito distintas, tanto em termos de resultados académicos, como em termos de trabalho em sala de aula. Para proteger a privacidade dos alunos, o nome ou qualquer outro fator que os permita identificar diretamente nunca será incluído neste relatório e ambas as turmas terão um nome fictício.

A turma Y é composta por 23 alunos, sete rapazes e 16 raparigas, com uma média de idade de 16,5 anos. Quanto aos alunos retidos, existem apenas dois que ficaram retidos no secundário, no 10.º ano. A turma é composta maioritariamente por alunos de nacionalidade portuguesa, contando apenas com dois alunos de nacionalidade brasileira. Nesta turma existe ainda um aluno com necessidades educativas específicas, mas que se encontra bem integrado e que consegue participar em todas as atividades realizadas em sala de aula. Esta turma em geral, trabalha muito bem em sala de aula, são empenhados, focados e a maioria expressou a sua vontade de ingressar no ensino superior. Relativamente à disciplina de História A no primeiro semestre ficou registada somente uma negativa e no segundo apenas duas.

A turma Z é composta por 26 alunos, 12 rapazes e 14 raparigas, com uma idade média de 16,3 anos. Quanto aos alunos retidos, existe uma taxa maior, cinco ficaram retidos no 10.º ano e dois no 11.º ano. A turma é composta maioritariamente por alunos de nacionalidade portuguesa, mas apresenta ainda uma taxa significativa de alunos com nacionalidades estrangeiras com sete alunos brasileiros, dois alunos

angolanos e uma aluna proveniente da indonésia. Nesta turma não existem alunos com necessidades educativas específicas. Em sala de aula, de forma geral, esta turma é barulhenta e com um ritmo de trabalho muito lento, a maioria dos alunos não pretende candidatar-se ao ensino superior. Do meu ponto de vista o ponto forte desta turma é a sua curiosidade, quando alguma temática desperta o seu interesse são muito curiosos e tentam saber mais. Relativamente à disciplina de História A tanto no primeiro semestre como no segundo ficaram registadas cinco negativas.

Pelo que consegui observar nestas turmas ao longo do ano, a turma Y responde de forma mais positiva a atividades mais “tradicionais”, se assim o podemos dizer, como fichas de trabalho, resolução de questões de exame e pequenas tarefas de resolução de exercícios em sala de aula. Demonstraram autonomia na realização de todas as tarefas. Por outro lado, a turma Z responde melhor a atividades menos comuns, como debates ou trabalhos em grande grupo. Os resultados obtidos nesta turma em tarefas longas e individuais como a resolução de fichas do caderno de atividades não foram muito positivos, tanto pelo ritmo mais demorado como pela falta de autonomia.

2.3. As intervenções

2.3.1. Cidadania ao longo da História

A primeira intervenção para este relatório deu-se no mês de março de 2023 nas duas turmas de 11.º ano. Foram dedicadas à mesma intervenção duas aulas de 100 minutos e uma aula de 50 minutos, em cada uma das turmas. O tema desta intervenção foi a cidadania ao longo dos tempos. Como a intervenção teve lugar em turmas de 11.º ano não tive a oportunidade de trabalhar a cidadania no contexto das Civilizações Antigas, mas consegui relembrar junto dos alunos a importância de ser cidadão na Antiguidade Clássica. Foi importante estabelecer que os conceitos “cidadão” e de “cidadania” variam tanto no tempo como no espaço. Na Antiguidade Clássica, a importância do cidadão é bem conhecida, mas muitas das vezes é difícil encontrar a definição exata de cidadão, sendo complicado perceber quem é que a definição engloba. É muito mais fácil encontrar referências explícitas daqueles que a própria definição exclui. Ao longo dos tempos apesar dos critérios se alterarem

ligeiramente a cidadania sempre foi um direito vedado a determinados grupos da sociedade. No caso da Grécia e de Roma tanto os escravos, como as mulheres sempre fizeram parte dos excluídos. Mas o género e a condição de escravo não eram os únicos entraves, em muitos casos a fortuna servia também como um fator condicionante, tanto para se poder ser considerado cidadão como para se exercer o direito de cidadania (Mossé, 2022, p.34-35). Saindo da Antiguidade e avançando um pouco no tempo para a Idade Média o cidadão e a cidadania parecem ter ficado adormecidos, o sistema político em vigor e o próprio ambiente cultural não deram a oportunidade destes conceitos se destacarem (Paixão, 2000, p.4).

Teremos de esperar pelo final Idade Moderna para ver o papel do cidadão emergir de novo com as revoluções, a Americana e, particularmente com a Revolução Francesa. A Declaração dos Direitos do Homem datada de 1789 é um sintoma deste retorno da importância do cidadão (Paixão, 2000, p.5). Nesta declaração já se encontram patentes alguns dos direitos que ainda hoje pertencem aos cidadãos, como a igualdade perante a lei, a igualdade de acesso aos cargos públicos, a liberdade de culto ou a liberdade de expressão. Mas ainda assim assistimos nos séculos XVIII e XIX a algumas questões que se arrastam desde a Antiguidade, como a manutenção da escravatura e a consequente exclusão dos escravos como cidadãos, a exclusão das mulheres que continuam a ser remetidas para o seio familiar e a questão da fortuna como critério para se ser considerado cidadão. Todas estas exclusões fizeram com que o direito de cidadania ao longo da história estivesse reservado a uma elite. As revoluções liberais reacendem precisamente estas discussões sobre quem deveria ser considerado cidadão e os direitos e deveres que estariam inerentes aos mesmos.

Foi neste ponto da História que eu me foquei para trabalhar com os alunos o conceito de cidadão ao longo do tempo e da sua relação com os regimes políticos. Isto é, a forma como as mudanças nos regimes políticos, causadas pelas revoluções liberais criaram um espaço para o cidadão.

Para alcançar este objetivo lecionei as aulas referentes ao módulo das AE “O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX” (DGE., 2018 b, p.11), (Apêndice I – Plano de Aula Legado do Liberalismo). Este módulo permitiu-me articular

a cidadania e a História, na medida em que me deu a possibilidade de falar do contexto histórico onde a importância do cidadão e da cidadania reemergem. As próprias AE fazem referência à importância da cidadania neste contexto histórico em particular deixando uma orientação ao professor no sentido de “Analisar alterações de mentalidade e de comportamentos que acompanharam as revoluções liberais: o cidadão ator político...” (DGE., 2018 b, p.11).

Nestas aulas abordei a passagem de um sistema político onde os poderes se encontram concentrados para um sistema baseado na divisão de poderes e com eleição de representantes. Esta mudança criou um espaço de destaque e atribuiu um novo papel ao cidadão. Um papel como ator político, como alguém que pode e deve participar na administração do Estado. Os documentos responsáveis por criar esta divisão de poderes são as Constituições, e em alguns casos, as Cartas Constitucionais, sendo que ainda hoje as constituições mantêm o papel de assegurar essa divisão e definir quem é considerado cidadão bem como seus direitos e deveres. Também foram estes documentos que asseguraram em maior ou menor grau os princípios expressos na Declaração dos Direitos do Homem de 1789. No entanto, são estes mesmos textos que durante o século XIX e parte do século XX mantêm as exclusões quanto à participação na vida política, particularmente quanto ao direito de voto e de elegibilidade.

Um dos pontos em que me foquei na aula sobre o legado do liberalismo foi precisamente, o direito de voto, reiterando a ideia de que a cidadania, não se reduz ao ato de votar, mas que, no entanto, este é parte integrante da mesma. A importância conferida ao direito de voto, mais concretamente na implementação do sufrágio universal, justifica-se também em certa medida por só então se poder falar de “um constitucionalismo democrático, ou em Estado de Direito democrático” (Miranda, 2003, p.248). Ou seja, a reflexão sobre a história da conquista do sufrágio universal convida os alunos a refletir sobre a cidadania e sobre a própria democracia, que é algo que vai ao encontro do objetivo definido para este trabalho. Sendo que a discussão sobre o sufrágio também se torna relevante como uma tentativa de articular o passado e o presente, fazendo referência a um dos problemas atuais já mencionado, a abstenção eleitoral em geral, e em Portugal, em particular.

Comecei a aula por falar do Brexit (Apêndice 2), apesar de sair do tempo histórico que lecionei, pensei que seria um bom exemplo e que captaria mais a atenção dos alunos, por lhes ser algo mais próximo e de que ainda hoje ouvem falar com alguma frequência. Explorei com eles a ideia de referendo, do direito que as pessoas têm, ou deveriam ter de se expressar quanto às questões fraturantes da sociedade, do país, da comunidade em que vivem. A maioria dos alunos sabia do que se tratava, e tinha ouvido falar no caso particular do Brexit. Apresentei-lhes os resultados, os números finais e partilhei com eles o facto de muitos britânicos terem votado pensando que aquilo que decidissem não iria mesmo acontecer, pensando que “o seu voto não iria fazer a diferença” (Hicks, 2016). Exibi também sob a forma de machetes de jornais e revistas algumas das consequências mais imediatas do Brexit, o caos político que se instalou e algumas consequências económicas como a descida da libra esterlina. Posto isto e dando algum espaço aos alunos para discutirem a questão passei para a atividade seguinte, um referendo com a questão: Portugal deve sair da União Europeia? No entanto, neste referendo foi aplicado um voto censitário. Nos papéis de voto distribuídos apenas aqueles que recebiam o boletim com uma cruz azul poderiam votar. Evidente que isto criou, desde logo, muitos protestos “Isto é injusto!” e muitas questões “Porque é que não posso votar?”. Nesta votação ganhou o “Não” (Apêndice 3), não devemos sair da União Europeia, mas o verdadeiro vencedor foi a revolta que o voto censitário causou. Depois dos votos contados discuti um pouco com a turma o resultado da votação e todos concordaram que as consequências de ganhar o “Sim” seriam péssimas para Portugal e para eles próprios enquanto jovens. Este exercício demonstrou que os alunos consideraram as consequências do seu voto, senão antes de votarem pelo menos à posteriori. Foi um exercício planeado para introduzir a matéria a lecionar nessa aula.

Depois desta pequena discussão introduzi a pergunta “O que é ser cidadão?”, muitos dos alunos referiram direitos e deveres, mas a maioria não se exprimiu. Continuei a aula e quando chegou de novo o momento de falar sobre a questão do voto, fiz uma segunda votação, desta vez implementando o sufrágio universal. No decorrer de toda a aula segui o programa e falei das diversas formas que um cidadão

tem para intervir em todas as vertentes da vida em sociedade, sendo que muitas dessas maneiras de intervenção ainda são válidas no presente.

Ao longo desta aula fui também relembrando e questionando os alunos acerca do que eles já tinham aprendido sobre os direitos do cidadão, incluindo sobre o direito de eleger e ser eleito, nomeadamente durante os módulos referentes à revolução liberal francesa e à revolução liberal portuguesa.

Tomando como exemplo o caso francês, em junho de 1789 quando foi formada a Assembleia Nacional Constituinte foi levantada a questão do voto. A ideia de democracia direta tinha sido sugerida, mas tal foi considerado impossível devido ao tamanho do país e reconheceu-se assim a necessidade de estabelecer um sistema representativo. A soberania popular estaria assegurada pela eleição de legisladores e administradores. No entanto, desta nova organização e da Constituição francesa de 1791 resultou um direito de voto limitado, baseado no género, na raça, na nacionalidade, na residência, na idade e no pagamento de impostos (Crook, 1996, p. 31).

Para além disso as restrições não se ficaram apenas por quem podia votar, os requisitos eram ainda mais exigentes para aqueles que podiam ser eleitos, quanto mais elevado o cargo, mais elevadas as exigências (Crook, 1996, p. 36). O sufrágio censitário foi desde logo alvo de contestação. Um dos maiores críticos deste tipo de sufrágio foi Robespierre pois considerava que era uma modalidade de voto que ia contra os princípios expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Robespierre defendia que todos os cidadãos deveriam ter o direito de votar, independentemente da sua situação económica (Crook, 1996, p. 33). No entanto, apesar da existência de algumas críticas o voto censitário foi implementado e os cidadãos foram divididos entre cidadãos ativos e cidadãos passivos (Crook, 2021, p.17). À medida que outras constituições foram sendo redigidas e entraram em vigor o direito de voto e de elegibilidade vai sofrendo alterações com base em todos os critérios de exclusão referidos anteriormente, aos quais vão ser acrescentados como entraves à cidadania a posse de propriedade, e a educação (Adams, 2014, p.43).

Os requisitos para votar foram sendo ligeiramente reduzidos ao longo do século XIX em França, sendo o sufrágio universal masculino alcançado em 1848 (Crook, 2021, p.12;19). Em contrapartida apesar do voto se tornar cada vez mais abrangente as eleições não se tornaram diretas, eram realizadas através de um colégio de eleitores (Crook, 2021, p.25). Se o sufrágio universal masculino foi difícil de conquistar, o sufrágio feminino foi uma conquista ainda mais árdua e demorada, sendo alcançado apenas em 1944, quase um século depois do sufrágio universal masculino (Crook, 2021, p.12).

No entanto “Uma vez que a caixa de pandora da liberdade tinha sido aberta a ideia de direitos não seria contida apenas para um grupo social ou género” (Adams, 2014, p.30). O direito das mulheres à cidadania, nomeadamente ao direito de eleger e ser eleitas não foi desde o início seriamente considerado, apesar de alguns defensores do sufrágio feminino se manifestarem desde a Revolução Francesa a favor da causa. Condorcet, por exemplo, defendia o direito de voto das mulheres e criticava os legisladores que entusiasticamente se gabavam de estabelecer direitos iguais para toda a raça humana, quando na verdade excluía com as suas leis metade da mesma (Adams, 2014, p.33). Ficou também registado para a história o contributo de Olympe de Gouges, cujo nome verdadeiro era Marie Gouze, que colocou a discussão sobre os direitos das mulheres à cidadania em publico com a distribuição e afixação de vários panfletos (Adams, 2014, p.36).

Para além do caso francês que os alunos já tinham estudado, o caso português também acaba por servir como um bom exemplo de como a cidadania esteve durante muito tempo reservada a uma elite e demonstra perfeitamente que o avanço naquilo que se refere ao direito de voto não foi de todo linear. Apesar de o caso português não ser tão atribulado como o francês a rutura com o Antigo Regime e a elaboração de textos constitucionais bem como o seu tempo de vigência também não pode ser considerada estável. A Constituição de 1822, consequência da Revolução Liberal de 1820, reproduziu alguns dos direitos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e declarou que todos os portugueses eram cidadãos, mas ainda assim impôs várias restrições ao direito de eleger e ser eleito, negando estes direitos a vários “cidadãos” (Ramos, 2004, p.550). Esta mesma Constituição excluiu os menores de 25

anos, os filhos que ainda fossem dependentes dos pais, os membros das ordens religiosas, os servos, os desempregados, os analfabetos e as mulheres. Os argumentos para tal faziam eco com os argumentos que tinham sido utilizados em França, nomeadamente o de Benjamin Constant, que defendia que apenas um homem que tivesse uma “renda necessária para existir independentemente de toda a vontade estranha pode exercer os direitos de cidade” (Ramos, 2004, p.551). Evidentemente que aqueles a quem não foi reconhecido o direito de eleger, também não podiam ser eleitos. A Carta Constitucional de 1826 limitou ainda mais o direito de voto impondo um sufrágio censitário que privou desse direito todos os cidadãos portugueses que não tivessem no mínimo “quatrocentos mil réis de renda líquida.” As várias constituições que se seguiram variavam quanto às exigências para se poder eleger e ser eleito, mas apenas com a Constituição de 1776, resultante da Revolução de 1774 é que o sufrágio universal foi reconhecido. O mesmo processo moroso se repercute em vários países durante a segunda metade do século XX até o sufrágio universal ser atingido na maioria dos países.

Antes do momento final da aula pedi aos alunos para pararem e refletirem um pouco sobre tudo o que tínhamos aprendido até aquele instante. Apresentei-lhes para esse momento de reflexão o gráfico da taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República desde 1975 até 2022. Com a observação deste gráfico tornou-se evidente o crescimento exponencial da abstenção em Portugal. A maioria dos alunos demonstrou alguma surpresa, dizendo que não sabiam que a taxa era tão elevada. A discussão que se seguiu em grande grupo tocou em vários assuntos, desde o motivo para a taxa ser tão diminuta em 1975 até a algumas questões mais atuais, como a abstenção nas eleições europeias, mencionadas na turma Y. Destaco ainda o contributo dos alunos brasileiros que falaram da obrigatoriedade de votar no seu país, sendo que quem não o fizer incorre numa multa entre outras sanções. Na turma Z registo também a ideia que alguns dos alunos exprimiram de “dívida com o passado”, no sentido em que o direito de voto foi tão difícil de conquistar, que não usufruir do mesmo nos dias de hoje é de alguma forma ingrato para com quem lutou por esse direito. Terminei assim esta discussão com uma pergunta que deixei em aberto “E quando chegar a vossa vez? O que irão fazer?”.

Foi desta forma que tentei demonstrar aos alunos que o direito de voto que foi tão difícil de conquistar, como eles tiveram a oportunidade de estudar, é hoje tomado por garantido e que para as democracias atuais isso se tem tornado alvo de grande preocupação e debate. Consegui estabelecer assim uma relação entre o passado e o presente tentando estimular a reflexão e desenvolver uma maior consciencialização dos alunos em relação ao mundo que os rodeia.

Para aprofundar este objetivo realizei a ficha de trabalho “A Cidadania ao longo dos tempos” (Apêndice 4) que pretende estimular a reflexão sobre o tema estudado e ao mesmo tempo desenvolver as competências necessárias na aprendizagem em História e na cidadania, seguindo a lógica dos *The Big Six*. Tendo em conta que ambas as turmas não reagem bem à resolução de fichas de trabalho durante 100 minutos consecutivos a resolução desta ficha foi parcelada. Para os dois primeiros grupos da ficha foram concedidos aos alunos os 20 minutos finais desta aula de 100 minutos e a totalidade da aula seguinte de 50 minutos. A aula seguinte de 100 minutos foi dividida entre 60 minutos de lecionação de conteúdos e os restantes 40 minutos foram dedicados à resolução dos últimos grupos, o terceiro e o quarto. Os resultados foram bastante distintos entre as duas turmas de 11.º ano, mas estão alinhados com as restantes avaliações da disciplina de História A. Na turma Y os resultados foram bastante positivos, apenas um aluno teve negativa. A média das classificações foi de 15 valores, retirando um aluno que não entregou. Na turma Z os resultados foram menos positivos, contando com 13 negativas e dois alunos que não entregaram a ficha de trabalho. A média das classificações foi de 10,3 valores, retirando mais uma vez da estatística os alunos que não entregaram.

2.3.1.1. – Ficha de trabalho “A Cidadania ao longo dos tempos”

A primeira questão da ficha abrange os conceitos de perspectiva histórica e de causa e consequência. Nesta questão são apresentados dois documentos com diferentes opiniões sobre quem deve ser considerado cidadão. Perante estes documentos os alunos devem conseguir perceber a argumentação facultada pelos autores para as diferentes perspectivas, utilizando excertos do texto.

A segunda questão da ficha abrange o conceito de evidência histórica, perspectiva histórica, relevância histórica e causa e consequência. O conceito de evidência histórica está presente na primeira alínea, quando peço aos alunos para identificarem os autores e as datas em que os documentos foram criados, o que se torna particularmente útil, visto que se tratam de dois documentos muito próximos no tempo, mas com opiniões profundamente contrastantes. Estes dois documentos divergem sobre os direitos das mulheres em geral, e o seu direito à cidadania em particular. À semelhança da primeira questão os alunos devem conseguir perceber a argumentação para as diferentes perspetivas, utilizando excertos do texto. A relevância histórica está presente quando pergunto aos alunos se a questão em discussão afeta uma grande parte da sociedade. Os alunos devem perceber que as mulheres representavam de facto uma grande fatia da sociedade que era excluída.

O conceito de causa e consequência é aplicado quando pergunto quais as consequências para aqueles que eram afetados pelo assunto discutido, ou seja, quais as consequências para as mulheres que se encontravam impedidas de exercer os seus direitos de cidadania. Nesta questão pretendo que os alunos cheguem à conclusão de que as mesmas ficam impedidas de participar na vida política e de ter oportunidade de participar nas decisões do Estado e do país a que pertencem, com todas as consequências que isso implica.

No segundo grupo da ficha de trabalho entra o conceito de continuidade e mudança. Aqui são apresentados dois esquemas, um que representa a monarquia absoluta de direito divino, e outro que ilustra o funcionamento do Estado segundo a constituição francesa de 1791. Neste grupo é esperado que os alunos assinalem as grandes mudanças que ocorreram e que estão evidenciadas nos esquemas. Poderiam indicar várias como a passagem de uma monarquia absoluta de direito divino para uma monarquia constitucional, a consequente divisão dos poderes ou mesmo a passagem da designação de súbditos para a denominação de “cidadãos”.

O terceiro grupo contém o conceito de relevância histórica, na medida em que é pedido aos alunos que identifiquem alguns dos princípios que surgiram com as revoluções liberais e que se mantêm na atual constituição portuguesa, estabelecendo

assim um vínculo entre algo que teve lugar no passado, mas que permanece até aos dias de hoje, e que é importante para todos os cidadãos. Na terceira pergunta deste grupo para além daquilo que se manteve é pedido aos alunos para indicarem também algo que mudou. Nas suas respostas é esperado que os alunos se refiram particularmente ao tipo de voto defendido durante quase todo o século XIX pelos liberais e o tipo de voto que está presente na atual constituição portuguesa. Esta questão enquadra-se também no conceito de continuidade e mudança da metodologia utilizada.

Toda esta ficha foi propositalmente estruturada de forma a traçar um caminho que estimulasse o pensamento dos alunos sobre a história, a cidadania e a história da cidadania. Esta reflexão culminou no quarto e último grupo da ficha, dedicado ao último conceito apresentado nos *The Big Six* (Seixas & Morton, 2013), a dimensão ética. Este grupo foi o único da ficha que não foi contabilizado para efeitos de avaliação por ser considerado demasiado subjetivo. Ainda assim são os resultados obtidos nas respostas a este grupo que analiso em detalhe pois são estas as que respondem de forma mais direta ao objetivo proposto para este relatório. Neste grupo coloquei duas questões, a primeira de escolha múltipla e as restantes de resposta livre. A primeira questão pedia aos alunos a sua opinião sobre a importância de aprender sobre a história da cidadania para a atualidade. Na turma Y apenas um aluno selecionou a opção “Uma melhor compreensão do passado.”, 16 alunos selecionaram a opção “Uma melhor compreensão do passado e do presente.”, e os restantes não responderam. Na turma Z apenas 13 alunos responderam à questão e selecionaram a opção “Uma melhor compreensão do passado e do presente”. Somando estes resultados 46 alunos realizaram a ficha de trabalho em ambas as turmas e 29 pensam que é importante aprender sobre a história da cidadania porque nos ajuda a ter uma melhor compreensão do passado e do presente.

Isto revela que uma percentagem considerável dos alunos consegue estabelecer uma ligação entre o que é cidadania na atualidade e o seu desenvolvimento ao longo da História. Pode-nos ainda indicar que estes alunos não veem a história como algo que só lhes ensina sobre o passado, mas também como algo que nos ajuda a compreender o presente.

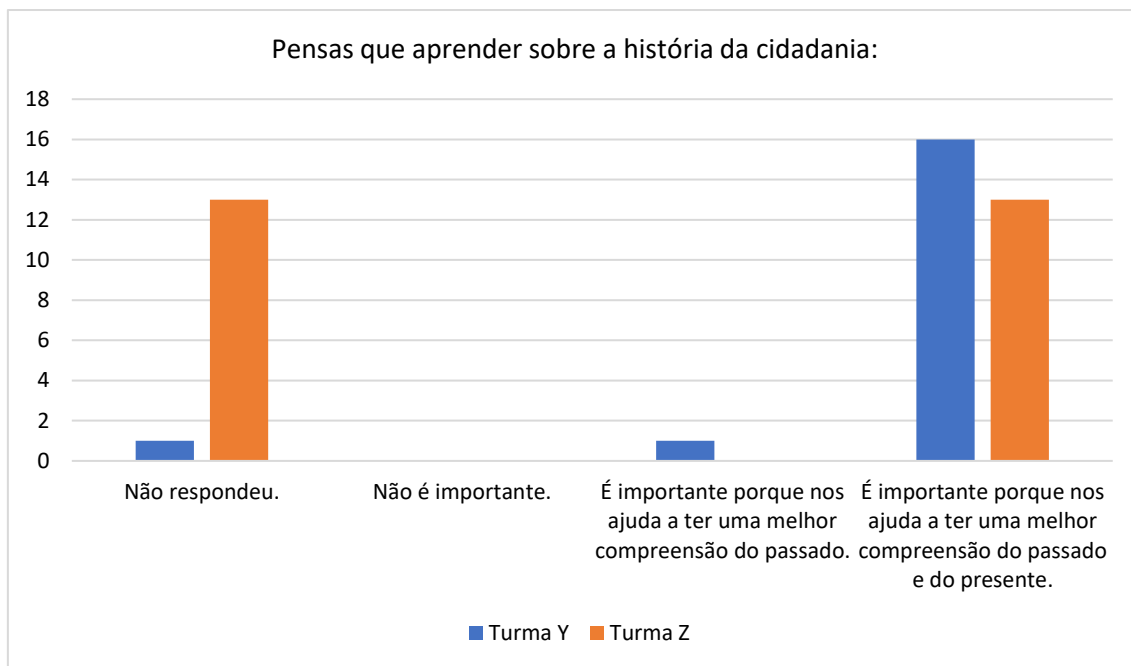


Figura 9 - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos" - respostas à 1.ª Questão do Grupo IV - Pensas que aprender sobre a história da cidadania.

Para tentar complementar esta opinião acrescentei então um último exercício. A ficha encerrou com a questão “Avalia de que forma aprender sobre a história da cidadania tem (ou deveria ter) implicações na forma como a exercemos na atualidade”, deixando um espaço aberto de reflexão para os alunos. As respostas obtidas somam um total de 30 respostas, 17 da turma do 11.º Y e 13 da turma do 11.º Z e sendo que se trata de uma reflexão aberta as respostas foram as mais variadas como é possível de observar nas tabelas (1 e 2) apresentadas no apêndice 5. A ideia que aparece com mais frequência na totalidade das respostas é a de “não repetir os erros do passado”, que está presente em nove respostas. Um dos alunos dá como exemplo de “erros” a escravatura, o tratamento dado às mulheres e a utilização da tortura (Apêndice 5, Tabela 1, 1E). Outro dos alunos refere ainda que esses erros podem ser evitados “estudando e participando na sociedade como cidadãos e cumprindo os nossos deveres e garantindo os nossos direitos, contribuindo para uma sociedade democrática e uma transformação social.” (Apêndice 5, Tabela 1, 2E).

Uma das respostas mais reveladoras de uma aluna refere uma definição do conceito de cidadania e sublinha a importância de as pessoas cumprirem os seus direitos e garantirem os seus deveres. Esta resposta vai ainda ao encontro da

dimensão ética dos *The Big Six* (Seixas & Morton, 2013) uma vez que a aluna reconhece uma “dívida” para com aqueles que lutaram pelos direitos que temos atualmente.

“Aprender sobre a história da cidadania deveria ter mais implicação na forma como existimos na atualidade. O conceito de cidadania remete à organização política e social das cidades. Designa os direitos e responsabilidades de cada cidadão e por esta designação é que acho que todos nós deveríamos estudar ou ter interesse em saber algumas coisas importantes como por exemplo, o facto de muitas pessoas terem lutado por estes direitos (igualdade perante a lei, poderem votar, etc.) e atualmente algumas pessoas não voltam, não exercem os direitos que muita gente no passado lutou para ter e considero uma falta de respeito perante as pessoas que tiveram anos a lutar por aquilo que temos hoje. Muitas pessoas não conhecem os seus direitos e isso é considerado muito grave, pois é através da cidadania que conseguimos assegurar os nossos direitos como cidadãos, direitos políticos e sociais. A importância da cidadania está no facto de esta assegurar então as liberdades e garantias individuais básicas que um indivíduo necessita para manter-se ativo na sociedade e ter “voz” no mundo político como por exemplo o direito a voto.” (Apêndice 5, Tabela 1, 3E).

Um dos alunos tenta definir “o que é isso de um bom cidadão?” dando como resposta “saber seguir as leis de forma correta e ter compaixão pelos outros.” (Apêndice 5, Tabela 1, 4E). Este aluno refere ainda alguns problemas sociais como a xenofobia, o racismo, e a homofobia e argumenta que “estes comportamentos não deviam existir e é por isso que deveríamos ensinar às novas gerações que é errado. Logo eu acho que a cidadania como disciplina na escola é muito importante para as crianças saberem como se comportar no presente e serem bons cidadãos no futuro.” (Apêndice 5, Tabela 1, 4E). Esta resposta não se foca na história, mas confere uma grande importância à disciplina de cidadania no sentido da mesma ser relevante para formar bons cidadãos. Outro aluno refere ainda que é importante estudar a história da

cidadania para perceber o que mudou ao longo dos tempos, sobretudo a nível político e social (Apêndice 5, Tabela 1, 5E).

Uma aluna refere ainda que aprender sobre a história da cidadania deveria ter implicações “na forma como exercemos as funções na atualidade de modo a garantir a efetividade dos elementos democráticos como a liberdade, a segurança, a fraternidade, a igualdade e a liberdade de expressão. Se assim fosse, creio que teríamos uma sociedade melhor.” (Apêndice 5, Tabela 1, 6E). Esta resposta sugere que a aluna considera que aprender sobre a história da cidadania é importante para manter a democracia e para ter uma sociedade melhor.

Outro aluno destaca as competências que aprender História pode ter e de que forma isso poderá ser útil, dando ênfase ao espírito crítico e ao respeito pelas evidências

“Acredito que aprendemos mais sobre o que aconteceu no passado potencia o desenvolvimento de competências que são consideradas importantes no mundo atual. Sendo uma delas a capacidade de refletir sobre o que foi feito anteriormente, analisando e respeitando a informação e as evidências. Como vivemos numa sociedade que exige cada vez mais uma aprendizagem ao longo da vida, assim, os conhecimentos que a história nos proporciona são fundamentais porque nos ajudam a lidar com informação de uma forma crítica, vendo que está certo ou errado e se vale a pena repetir os erros cometidos no passado. A história deve servir como instrumento de consciencialização para que possamos aprender com aqueles que viveram antes de nós, e assim temos a tarefa de construir um mundo melhor e tentar ter uma sociedade minimamente justa.” (Apêndice 5, Tabela 1, 7E).

Um dos alunos utiliza na sua reflexão a ideia de causa e consequência presente nos *The Big Six* (Seixas & Morton, 2013) “Por exemplo, precisamos aprender sobre as causas e consequências das guerras, para entender que há outras maneiras de tomar decisões políticas sem prejudicar a população.” (Apêndice 5, Tabela 1, 10E).

Noutra reflexão um aluno expressa a opinião de que aprender sobre a história da cidadania é importante

“porque todo o conhecimento que temos nos dias de hoje, vem do conhecimento em tinham no passado, tanto político, como pessoal. Assim, na atualidade podemos aprimorar o conhecimento em que nos foi dado no passado para podermos aplicar da melhor forma na atualidade, compreender os impactos que causarão na sociedade e além disso é possível valorizar os direitos que atualmente temos depois de tudo que antigamente lutavam para ter.” (Apêndice 5, Tabela 1, 11E).

Também este aluno demonstra nesta resposta a ideia de “dívida” para com o passado e um reconhecimento pelo conhecimento passado de geração em geração.

Uma aluna refere um dos problemas da atualidade abordados na aula, a elevada taxa de abstenção nas eleições e destaca a importância dos direitos dos quais usufruímos nos dias de hoje.

“Ao aprender a história da cidadania, conseguimos entender a importância que tem o voto, que muitas vezes hoje em dia é ignorado, e conseguimos ver isso em eleições no nosso país, onde a abstenção de votos ultrapassou os 50%. Também é estudar que aprendemos os outros direitos que hoje em dia temos e parecem normais, mas antigamente não existiam, como a igualdade perante a lei, de liberdade religiosa, liberdade de expressão e até a participação feminina na administração do país. Tudo isto deve-se imenso aos ideais iluministas, que foram muito importantes para o desenvolvimento que hoje entendemos por cidadania.” (Apêndice 5, Tabela 1, 12E).

Estas ideias de “valorizar os direitos que temos hoje” e de estar em “dívida com o passado” estão presentes em várias reflexões:

- “Obviamente toda a gente deve lutar pelos seus direitos, mas não se deve esquecer de como chegamos aqui e o que isso custou ao nosso povo e país, seria simplesmente ingrato ignorante.” (Apêndice 5, Tabela 1, 15E).
- “... valorizar os direitos, que atualmente dispomos e compreender a luta para os conquistar.” (Apêndice 5, Tabela 1, 16E).
- “Aprender sobre a história da cidadania atualmente ajuda a perceber de que forma e o quanto os nossos antepassados lutaram para ter a sua liberdade e isso nos ensina a valorizar o que temos hoje em dia, o direito de ser livre, fazer as nossas próprias escolhas, estudar aquilo que gostamos de estudar, apreciarmos aquilo que gostamos de apreciar, fazermos aquilo que gostamos de fazer, sem violar a liberdade do outro, e de gostar daquilo que gostamos. (Apêndice 5, Tabela 2, 2F).
- “Hoje, nos dias atuais, temos uma herança daquilo que nossos antepassados lutaram, sem os seus esforços, vontade de mudar evoluir não teríamos a liberdade como a conhecemos.” (Apêndice 5, Tabela 2, 6F).

Um aluno revela na sua reflexão uma maior vontade de intervir na sociedade e afirma que aprender sobre a história da cidadania pode contribuir para ganhar consciência dos seus direitos e responsabilidades enquanto cidadãos.

“Aprender sobre os direitos e responsabilidades dos cidadãos ao longo da história, como esses direitos foram conquistados e quais foram as lutas que ajudaram a ampliar e proteger esses direitos pode-nos ajudar a entender a importância do voto e da participação cívica. Ao conhecer a história da cidadania, podemos ver exemplos de lutas bem-sucedidas que defendem as liberdades e os direitos humanos, e que nos motiva a participar mais ativamente na vida pública. Ao aprendermos sobre a luta e conquistas podemos entender as desigualdades que ainda existem na nossa sociedade. Em resumo, aprender sobre a história da cidadania pode nos levar sermos conscientes dos nossos direitos e responsabilidades como cidadãos, tendo como exemplos passados de lutas e conflitos. As

desigualdades presentes em nossa sociedade nos motiva a agir de forma efetiva, promovendo mudanças positivas.” (Apêndice 5, Tabela 2, 12F).

Existem ainda outras duas respostas com um raciocínio semelhante ao da reflexão anterior:

“Aprender sobre a história da cidadania pode ter implicações significativas na forma como exercemos na atualidade, uma vez que nos ajuda a entender como os direitos e responsabilidades dos cidadãos se transformaram ao longo dos tempos. Acho importante analisar e refletir como tudo começou, evoluiu e estagnou. Ao longo dos séculos, houve muitas lutas para ampliar conceito de cidadania e estender os seus direitos a grupos anteriormente excluídos, como as mulheres, escravos e povos indígenas. Ao entender essas batalhas, podemos reconhecer as lutas que ainda precisam ser travadas. Além disso aprender sobre a história da cidadania pode ajudar-nos a entender as nossas responsabilidades como cidadãos, como o dever de votar, por exemplo.” (Apêndice 5, Tabela 2, 4F).

“Com este estudo temos mais consciência de como podemos participar na sociedade, como cumprir os nossos deveres e saber os nossos direitos como cidadãos.” (Apêndice 5, Tabela 1, 13E).

Outro aluno sublinha ainda que “falar sobre a história tem importância para a formação de alunos e cidadãos respeitadores e defensores dos direitos humanos nos tempos atuais em que vivemos.” (Apêndice 5, Tabela 2, 8F). Nesta resposta podemos observar que o aluno sublinha a importância da história para alcançar precisamente o mesmo objetivo, formar “bons cidadãos”. Ainda dentro deste género de respostas um aluno considera que aprender sobre a história da cidadania pode despertar o interesse dos alunos para se tornarem melhores cidadãos.

“a cidadania e seu contexto histórico é relevante pois faz os alunos se interessarem por votar e ser melhor cidadão. Eu acho necessário saber como nasceu a cidadania e como ela está hoje e porquê. Trazer isso à história realmente gratificante e acho ótimo”. (Apêndice 5, Tabela 2, 3F).

Alguns alunos estabelecem ainda a relação entre a cidadania no passado, presente e futuro e a história como o fio que une tudo isso.

“Penso que aprender sobre a história da cidadania ajuda-nos a compreender melhor o passado para que possamos ter uma visão mais ampla do presente e também construir um futuro mais correto. Ao estudarmos a história, temos quase obrigatoriamente de estudar o tópico da cidadania já que este está presente de diferentes formas ao longo dos diversos períodos históricos.” (Apêndice 5, Tabela 2, 5F).

Outro aluno partilha na sua reflexão que aprender sobre as mudanças ao longo da História, nomeadamente no que se refere à cidadania são importantes. “... perceber que as coisas nem sempre foram do jeito que são hoje, e entender como elas mudaram é entender o nosso poder como povo e como cidadãos, por isso a importância de aprender a história da cidadania.” (Apêndice 5, Tabela 2, 7F).

Tendo em conta as respostas apresentadas penso que o resultado desta ficha de trabalho foi positivo. Apesar de variadas, as respostas indicam que vários alunos reconhecem a importância da história, da cidadania, da história da cidadania, da democracia, dos direitos e deveres dos cidadãos e do caminho traçado para os adquirir. Contudo, é de destacar alguma severidade na forma como julgam o passado, repetindo em várias respostas a expressão “erros do passado”. Destaco ainda como algo positivo o esforço dos alunos nas suas reflexões.

2.3.2. A escravatura ao longo da História

Outro dos temas que decidi trabalhar com as turmas de 11.º ano para os efeitos deste relatório foi a questão da escravatura. Nas AE da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento esta questão é um subtema integrado no âmbito dos Direitos Humanos, que segundo o mesmo documento normativo é um domínio obrigatório em todos os níveis e ciclos de escolaridade (DGE. a, 2018, p.4). Este tema interceta-se com as AE de História A do 11.º ano de escolaridade no tema “O legado do liberalismo na primeira metade do século XIX”, mais especificamente no subtema “Problematizar a abolição da escravatura, na Europa e em Portugal” (DGE. b, 2018, p.11). Esta

intervenção teve lugar logo após a primeira, no dia 13 de março de 2023 em ambas as turmas numa aula de 100 minutos.

Nesta primeira aula (Apêndice 6) abordei com os alunos “os caminhos para a abolição da escravatura”. Iniciei a aula com um vídeo sobre a história dos Direitos Humanos produzido por uma organização não governamental que trabalha para garantir que esses mesmos direitos se cumpram (Apêndice 7). Antes da observação do vídeo lancei aos alunos três questões para que pudessem refletir sobre as mesmas enquanto assistiam ao vídeo. Essas três questões foram depois discutidas no final do vídeo em grande grupo. Quando deparados com a primeira questão “O que são os Direitos Humanos?” a maioria dos alunos hesitou em responder, sendo que a resposta mais comum em ambas as turmas foi apenas “são direitos que toda a gente tem”. Na turma do 11.º Y mencionaram ainda que estes se tratam de certos direitos como a liberdade e a igualdade. No 11.º Z os alunos foram mais evasivos não elaborando nas suas respostas. Na segunda questão relacionada diretamente com o vídeo os alunos já se mostraram mais participativos indicando alguns momentos históricos que contribuíram para a formação dos Direitos Humanos. O mesmo aconteceu na terceira questão em que os alunos deveriam indicar quais as pessoas que são mencionadas no vídeo e de que forma estão relacionadas com a história dos Direitos Humanos. Todo este início gerou uma discussão em grande grupo sobre o tema, sendo que nenhuma das turmas se mostrou muito participativa. Ainda assim quando foi mencionada a Declaração Universal dos Direitos Humanos a maioria dos alunos começou a demonstrar mais interesse. Tendo por base esta discussão inicial perguntei aos alunos qual seria uma das práticas correntes do século XIX que ia contra não só a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como também ia contra os princípios liberais que tinham aprendido nas aulas anteriores. Facilmente os alunos conseguiram indicar a prática da escravatura como uma contradição não só aos princípios iluministas, mas também liberais, como os princípios de liberdade e igualdade. De seguida perguntei à turma o que entendiam por escravatura para definirmos em conjunto um conceito estruturante da aula. Depois de construída essa definição comecei por recordar os alunos daquilo que tinham estudado sobre o tráfico negreiro. No primeiro semestre as turmas já tinham aprendido que durante os séculos XVII e XVIII o tráfico negreiro se

tinha tornado num ponto fulcral para as economias europeias. Este tráfico intensificou-se durante o século XVIII e foi responsável pelo transporte de milhões de pessoas do continente africano para o continente americano, onde os escravos eram obrigados a trabalhar nas culturas mais rentáveis como a cana-de-açúcar, o tabaco, o algodão e o café. O transporte destas pessoas era feito de maneira cruel. Os escravos viajavam por norma nus, amarrados e sem o mínimo espaço para se movimentarem, a fome, a falta de água e de higiene espalhavam as doenças pelos navios, as condições de transporte eram tão duras que muitos não sobreviviam à travessia do atlântico. Nesta questão é importante lembrar aos alunos que a escravatura não foi um problema do século XIX ou mesmo da Época Moderna, é uma prática que se arrasta desde a Antiguidade e se mantém, ainda que em moldes ligeiramente diferentes, até aos dias de Hoje. O motivo para uma pessoa se tornar escrava podem ser os mais variados, como por exemplo, a guerra ou mesmo a existência de dívidas, algo muito comum no passado.

Depois deste primeiro enquadramento iniciei a segunda parte da aula onde explorei com os alunos os fatores que levaram à abolição da escravatura. Os alunos conseguiram facilmente indicar a difusão dos ideais liberais de igualdade e liberdade como algo que contribuiu para que se começasse a questionar a prática escravagista. Partilhei ainda com os alunos a autobiografia de Frederick Douglass, que descreve a vida de um escravo e a maneira como alguns testemunhos e incidentes relacionados com o tráfico negreiro contribuíram para incitar a discussão sobre a abolição da escravatura na sociedade do século XIX. Este testemunho pareceu despertar a atenção dos alunos que começaram a fazer algumas perguntas sobre a vida de Frederick Douglass. Penso que o motivo para este interesse foi a maneira crua como o autor descreve a crueldade a que os escravos eram submetidos e também pelo facto de se tratar de uma história narrada na primeira pessoa. Na parte seguinte da aula falei da forma como a escravatura foi gradualmente abolida por diversos países. Interligando esta temática com a anterior, relacionada ao direito ao voto, partilhei também com os alunos que a abolição da escravatura não concedeu no imediato plenos direitos e igualdade aos escravos libertos. Para isto utilizei o caso dos E.U.A onde apesar da abolição da escravatura ter lugar de forma oficial em 1865 com a 13.^a emenda da

constituição americana, o direito de voto para os antigos escravos foi negado em muitas situações. Isto levou à publicação da 15.^a emenda da constituição americana que declara que nenhum cidadão poderá ser privado do direito de voto com fundamento na raça, na cor ou na anterior condição de escravo.

Reservei o momento final da aula para fazer a seguinte questão aos alunos “E hoje? Ainda existe escravatura?”. A maioria dos alunos em ambas as turmas responderam que “Sim, existe.” Voltei então ao início da aula, apresentando de novo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e perguntei aos alunos porque é que pensam que a escravatura ainda é praticada. Na turma do 11.º Y os alunos mencionaram que apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos existir nem todos os países a seguem. Na turma do 11.º Z as respostas foram mais escassas, sendo que alguns alunos mencionaram as motivações económicas para a manutenção da escravatura. Acabei a aula com a apresentação de um mapa que revela a demografia e a geografia da escravatura na atualidade. Este mapa pareceu cativar a atenção dos alunos, talvez por ser recente ou por revelar de forma bastante explícita que ainda hoje existe um grande número de pessoas submetidas à escravatura um pouco por todo o globo.

2.3.2.1. – Ficha de trabalho “Escravatura ao longo dos tempos”.

Esta aula de 100 minutos foi seguida de uma segunda aula de 50 minutos, no dia 14 de março, para a turma do 11.º Z e no dia 15 de março, para a turma do 11.º Y, onde os alunos realizaram uma ficha de trabalho. A reação dos alunos em ambas as turmas não foi a melhor visto que na semana anterior tinham realizado a ficha de cidadania, e sentiram que foram duas intervenções muito extensas e muito próximas uma da outra. Ainda assim a turma do 11.º Y demonstrou um grande esforço, enquanto a turma do 11.º Z dispersou um pouco. Este aspeto reflete-se nas classificações. A classificação média na turma do 11.º Y foi de 14,3 valores, contando com a participação de 21 alunos, dos quais cinco obtiveram uma nota negativa. No 11.º Z a classificação média foi de 10 valores, contando com a participação de 26 alunos, sendo que 11 alunos obtiveram uma cotação negativa.

A ficha foi estruturada com a metodologia inspirada nos *The Big Six* (Seixas & Morton, 2013), continha dois grupos de documentos, o primeiro grupo referente à escravidão no século XIX e o segundo com documentos referentes à escravidão na atualidade. No final destes dois grupos encontravam-se quatro questões (Apêndice 8).

Na primeira questão os alunos deveriam identificar as continuidades e as mudanças da escravidão relativamente à geografia, aceitação social e motivações. A segunda questão dividia-se em vários tópicos que os alunos tinham de apresentar em forma de texto. Deveriam para isso comparar dois documentos da mesma época com opiniões contrastantes em relação à escravidão, sendo que um documento expressava uma perspetiva a favor da manutenção da escravidão e outro documento era claramente a favor da abolição. Esta questão vai ao encontro ao conceito de perspetiva histórica apresentado nos *The Big Six* (Seixas & Morton, 2013), na medida em que demonstra ao aluno que diferentes atores históricos podem ter perspetivas distintas sobre o mesmo acontecimento histórico no qual muitas das vezes os mesmos acabam por estar envolvidos. Para além disso, os alunos deveriam também identificar o contexto histórico dos documentos o que corresponde ao conceito de evidência da metodologia escolhida. Por último, era pedido que os alunos descrevessem que tipo de mudanças a abolição da escravidão trouxe, quem é que foi afetado por essas mudanças e de que forma. Este último ponto corresponde ao conceito de relevância histórica da metodologia selecionada, na medida em que a abolição da escravidão foi algo que teve consequências drásticas para muitas pessoas durante um longo período de tempo e também por se tratar de um problema que se arrasta até à atualidade.

A quarta questão é uma pergunta de opinião onde tentei incorporar a dimensão ética, especificamente a parte deste conceito que indica que “uma avaliação justa das implicações éticas da história pode-nos informar sobre as nossas responsabilidades de lembrar e responder às contribuições, sacrifícios e injustiças do passado” (Seixas & Morton, 2013, p.11). Nesta questão utilizei a escala de Linkert para tentar perceber se os alunos consideram importante: a escravidão ser um tema abordado nas aulas de história; conhecer a forma como os escravos eram tratados; perceber que a escravidão já foi uma prática aceite pela esmagadora maioria da sociedade; refletirmos sobre a história da escravidão; ler e discutir os testemunhos

das pessoas que viveram como escravas e dos que lutaram para que a escravatura fosse abolida.

Na quinta questão tentei incorporar também um pouco da dimensão ética, mas a ideia era dar aos alunos a liberdade para fazer uma reflexão mais aberta sobre o tema dando apenas a indicação “Comenta o nível de aceitação social da escravatura na época estudada e na atualidade” como mote.

Estas duas últimas questões não foram contabilizadas para efeitos de avaliação formal, por serem consideradas como questões de inquérito mais direcionadas para responder aos objetivos deste relatório, mas que ainda assim me pareceram ser pertinentes para serem incorporadas na ficha de trabalho. Os alunos foram informados deste aspeto para se sentirem confortáveis e responderem da forma mais honesta possível às questões das quais passo a analisar as respostas em seguida.

Na quarta questão não existe praticamente nenhuma dispersão nas respostas. Na turma do 11.º Y 23 responderam à questão e na turma do 11.º Z as respostas somam 25. Em ambas as turmas todos os alunos atribuem importância a todas as afirmações sendo que a maioria até se situa no nível do “muito importante”, apenas um aluno do 11.º Z se absteve de responder (Apêndice 9).

A quinta questão avalia ainda a dimensão ética pedindo aos alunos para comentarem o nível de aceitação social da escravatura na época estudada e na atualidade (Apêndice 10). Esta questão por se tratar uma reflexão aberta foi a que obteve um maior grau de dispersão, mas ainda assim foi possível encontrar um denominador comum em muitas das reflexões recolhidas. Todos os alunos que responderam a esta questão, 17 no 11.º Z e 13 no 11.º Y indicaram que o nível de aceitação social da escravatura era mais elevado no passado, apesar de todos eles também referirem que é uma prática que independentemente de ser condenada, e como quatro alunos referiram ser considerada desumana, ainda existe na atualidade, por muito que tenha diminuído. Dois alunos mencionam que o nível de aceitação da escravatura nos séculos passados resultava da falta de instrução e conhecimento científico, a estes dois alunos junta-se um aluno que justifica essa aceitação pelo facto das pessoas não aprenderem sobre os Direitos Humanos.

A maioria dos alunos aborda nas suas reflexões aspetos discutidos na aula, quatro alunos do 11.º Z e um aluno do 11.º Y focam as suas reflexões em torno do contexto histórico estudado,

“nos séculos XVIII e XIX a escravatura era considerada normal e aceite pela maioria e na atualidade isso é uma ideia totalmente refutada por muitos, acredito que por hoje termos direito a liberdade de expressão e sendo pessoas livres podemos ir contra tal ideia, diferente do contexto histórico em que ocorreu a escravatura, pois não podiam ir contra aqueles que tinham poder e dinheiro.” (Apêndice 10, Tabela 6, 15F).

Um aluno do 11.º Z revela ainda uma resposta que se enquadra dentro do conceito da “dimensão ética” pois reconhece uma espécie de “dívida para com o passado”,

“apesar que não parecer muito, ainda existe a escravatura, e muitas pessoas continuam a normalizar tal ato. Sabendo que nos séculos passados era exagerada e bem mais normalizada, algumas pessoas morreram para que outras pudessem ter a vida e fazer diferente no sentido de acabar com isso.” (Apêndice 10, Tabela 6, 7F).

Um dos alunos refere ainda que “consoante o estudo que fiz durante esse período de aulas, acho muito importante abordar esse tema, e que apesar de ter diminuído ainda não deixou de existir.” (Apêndice 10, Tabela 6, 11F).

Um aluno destaca ainda o papel importante das redes sociais e refere que o facto de as pessoas na atualidade verem com os seus próprios olhos a crueldade da escravatura contribui em grande medida para que se lute contra esta prática no presente. Dois alunos referem ainda a importância dos media na atualidade que denunciam o problema da escravatura, “o nível de aceitação da escravatura na atualidade comparado com os séculos XVII e XVIII diminuiu consideravelmente em todo o lado se condena esta prática desumana principalmente nos jornais e notícias” (Apêndice 10, Tabela 6, 5F); “é normal as pessoas não aceitarem a escravatura já que estudaram sobre e viram quantos milhares de pessoas sofreram e morreram, também

por conta da tecnologia e notícias atualmente fala-se sobre tudo e as pessoas já têm uma mente mais aberta.” (Apêndice 10, Tabela 5, 6E) Este último aluno revela ainda a importância de aprender sobre a história da escravidão para a atualidade. Dois alunos referem ainda o trabalho forçado e um aluno o trabalho infantil como formas de escravidão que persistem na atualidade. Dois alunos mencionam a importância de lutar para acabar com a escravidão seja através de investigações ou de organizações.

Com os dados recolhidos nestas duas questões é possível concluir que os alunos se encontram sensibilizados para esta temática, as suas respostas revelam que os conteúdos da aula conseguiram contribuir em maior ou menor grau para a sua consciencialização sobre os Direitos Humanos e que existe uma grande unanimidade na condenação da escravidão considerada uma prática que viola os Direitos Humanos.

III. Questionário final

Como forma de avaliar se os alunos conseguiram alcançar o objetivo proposto para este trabalho foi elaborado um questionário aplicado no final do ano, no dia 31/05/2023, referente a todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio inseridas neste relatório. A amostra total para análise conta com 23 respostas de cada uma das turmas do 11.º ano. Este questionário foi realizado online com recurso à plataforma Google Forms e foi feito de maneira a garantir o anonimato dos alunos, os quais foram informados do mesmo para poderem responder com a maior sinceridade.

O questionário conta com nove questões, três de resposta aberta, seis de resposta fechada sendo que todas seguem a escala de Linkert com cinco níveis, indo do discordo completamente até ao concordo completamente, à exceção de uma questão que apresenta apenas três opções, sendo estas o sim, o talvez e o não.

A primeira questão procura avaliar se os alunos reconhecem qualquer relação entre os acontecimentos do passado e do presente, nomeadamente se reconhecem alguma ligação entre as questões sociais, económicas e políticas do passado e as do presente. Esta questão permite perceber se os alunos percecionam a História como uma disciplina que os pode ajudar a compreender o presente, o mundo que os rodeia e o mundo em que vivem. Possibilita ainda entender se os alunos pensam que as questões sociais, económicas e políticas que na atualidade se debatem são fruto apenas dos dias de hoje ou se compreendem que muitas destas questões tem origem no passado, muitas vezes num passado longínquo, e que se arrastaram até aos dias de hoje.

A segunda questão pergunta diretamente aos alunos se a História os ajuda a compreender melhor as ditas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade e se sim quais são essas questões. Esta questão complementa a anterior tentando afunilar e definir de forma mais concreta aquilo que os alunos definiram como “questões sociais, económicas ou políticas da atualidade”.

Para a terceira pergunta selecionei alguns dos temas presentes nas AE da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento mais pertinentes e questioneei se os alunos alguma vez abordaram esses temas na disciplina de História.

A quarta questão é composta por várias afirmações das quais os alunos tem de concordar ou discordar. Todas estas afirmações estão relacionadas ou com o direito de voto e a participação política ou com a escravatura, remetendo para os dois temas trabalhados nas intervenções para este relatório.

A pergunta seguinte tenta apurar se a opinião dos alunos em relação às afirmações anteriores foi de alguma forma sustentada com algum conhecimento adquirido nas aulas de história.

A sexta pergunta volta a apresentar a mesma seleção de temas presentes nas AE da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento da pergunta três e questiona se os alunos pensam que é importante abordar estes temas na escola.

A sétima questão pede aos alunos para partilharem a sua opinião sobre as fichas de trabalho “A cidadania ao longo dos tempos” e a “Escravatura ao longo dos tempos”, o objetivo desta questão é avaliar a opinião dos alunos sobre a metodologia utilizada neste trabalho.

A oitava questão tenta avaliar o que os alunos pensam sobre a disciplina de História em geral e tenta responder de forma mais direta ao objetivo deste relatório, perguntando aos alunos se o que aprendem nas aulas de história os torna mais críticos, informados, conscientes, tolerantes, os desenvolve enquanto pessoas e os estimula a ser mais interventivos na sociedade, se os torna, em suma, melhores cidadãos.

A nona pergunta segue a linha da anterior numa tentativa de compreender se os alunos através daquilo que aprenderam nas aulas de História sentem mais vontade de intervir na sociedade em que vivem.

3.1. - Resultados

Questão 1 – Indica o teu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas.

Na primeira declaração que afirma simplesmente que “Os acontecimentos do passado são relevantes para o presente.” a concordância é absoluta em ambas as turmas à exceção de um aluno da turma Y, sendo que na turma Y, 18 alunos “concordam completamente” e, e quatro alunos, “concordam”, e na turma Z, 16 alunos “concordam completamente” e sete apenas “concordam”. Isto revela que a maioria dos alunos reconhece pelo menos uma ligação básica entre o passado e o presente.

Quando questionados na turma Y e Z se “As questões sociais, económicas e políticas do presente são completamente diferentes das do passado.” o grau de concordância dispersa completamente. Na turma Y três alunos discordam completamente, nove discordam, quatro não concordam nem discordam, quatro concordam e três concordam completamente. Na turma Z dez alunos situam-se no espectro do discordo, nove não têm opinião formada e quatro encontram-se no espectro do concordo. Sendo assim temos 22 alunos no total das turmas que se encontram no espectro do discordo, indicando que reconhecem algum grau de semelhança ou alguma continuidade entre as questões sociais, económicas e políticas do presente e as do passado.

A afirmação seguinte avalia o mesmo, mas de uma forma diferente, afirmando que “As questões sociais, económicas e políticas do presente têm origem no passado”. Nesta alínea 20 alunos da turma Y e mais 15 da turma Z encontram-se no espectro do concordo, perfazendo um total de 35 pessoas no espectro do concordo, sendo que na primeira turma apenas nove “concordam completamente” e na segunda o número diminui para cinco alunos. Isto indica que a maioria dos alunos reconhecem a continuidade que marca algumas das questões sociais, económicas e políticas da atualidade.

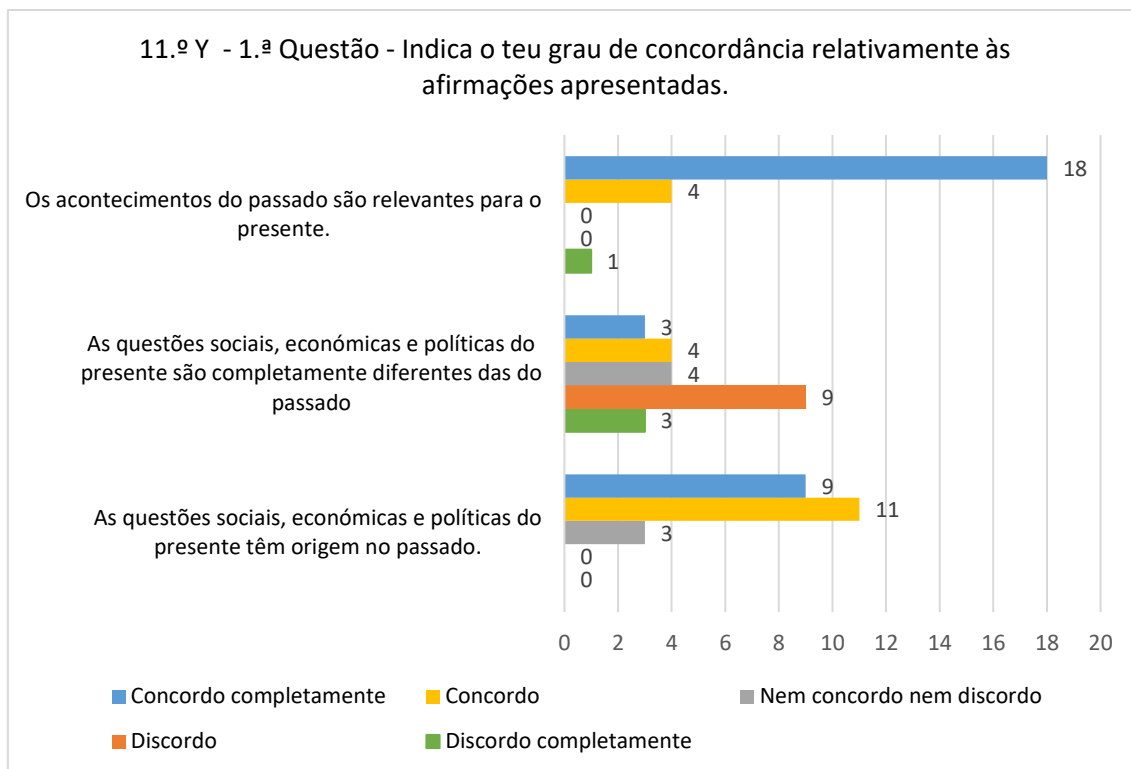


Figura 10 - 11.º Y - 1.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas.

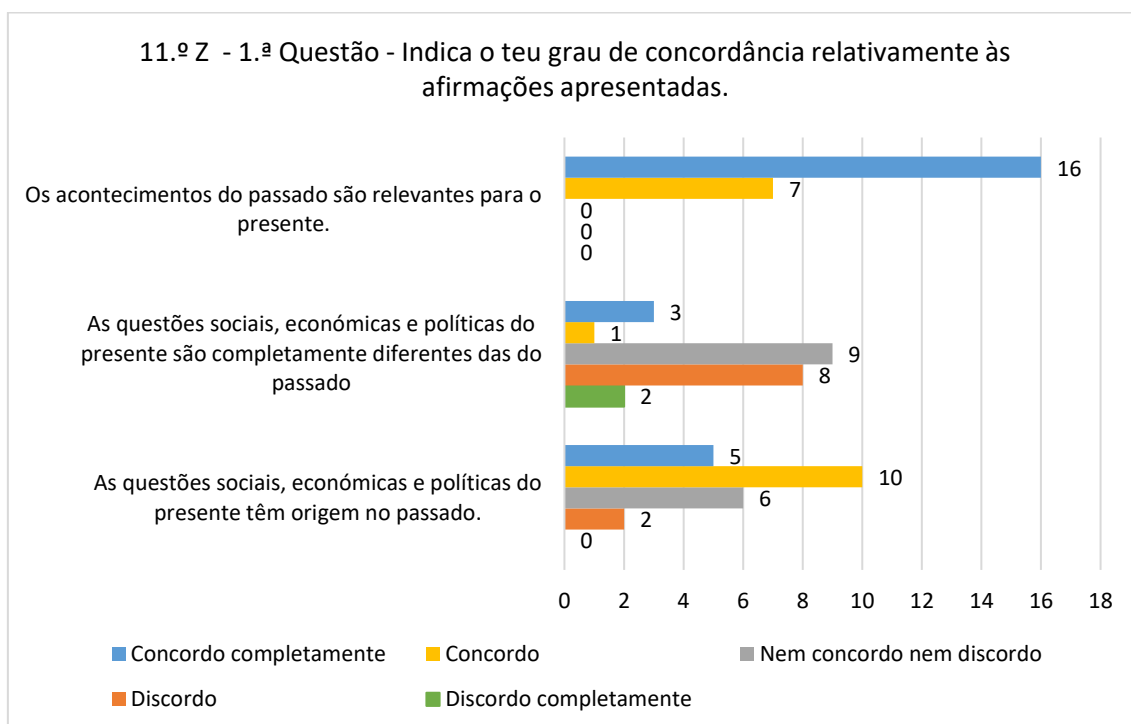


Figura 11 - 11.º Z - 1.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas.

Questão 2 – Através do que aprendeste na disciplina de História compreendes melhor algumas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade? Se sim, quais?

Nesta questão seis alunos da turma Y e dois da turma Z responderam apenas que “sim” não indicando aquilo a que se referem em específico.

Na turma do 11.º Y apenas sete alunos indicam uma melhor compreensão de questões sociais, sendo que um deles assinala o racismo como uma dessas questões, dois alunos referem a escravatura e quatro destes alunos referem ter adquirido especificamente uma melhor compreensão sobre os Direitos Humanos. (Apêndice 11, Tabela 7). Já no 11.º Z sete alunos mencionam uma melhor compreensão de várias questões de cariz social como a igualdade de género, e à semelhança da turma do 11.º Y também indicam ter uma melhor compreensão sobre questões como os Direitos Humanos (2), e o racismo (1) (Apêndice 11, Tabela 8). Nove alunos da turma Y e dois alunos da turma Z expressam uma melhor compreensão de questões económicas. Três alunos do 11.º Y referem uma melhor compreensão do mundo do trabalho, nomeadamente dos direitos dos trabalhadores, no 11.º Z apenas um aluno menciona ter uma melhor compreensão nesta área (Apêndice 11, Tabela 7 e 8). Cinco alunos da turma Y e dez alunos da turma Z apontam uma melhor compreensão a nível da esfera política, um aluno em cada turma menciona especificamente o direito de voto. Um aluno do 11.º Z dá como exemplo o comunismo dizendo que compreende melhor a sua origem, outro aluno da mesma turma refere que compreende melhor o “porque de cada país ter formas de governo diferentes como por exemplo a Inglaterra e a França” (Apêndice 11, Tabela 8, 16F).

Dentro das outras respostas mais dispersas na turma do 11.º Z um aluno refere uma maior compreensão dos “direitos”, outro aluno refere uma melhor compreensão da religião e por último um aluno indica uma melhor compreensão sobre as guerras na atualidade. Sobressai ainda a ideia expressa por três alunos da turma do 11.º Z de não voltar a repetir as más experiências do passado, sendo que dois destes utilizam a expressão “erros do passado”. Sete alunos estabelecem uma relação entre aprender sobre o passado para compreender a atualidade.

Apesar da grande dispersão de respostas, que era de esperar visto que se trata de uma questão aberta creio que é possível concluir que os alunos através do que aprenderam na disciplina de História conseguem compreender melhor algumas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade. Na totalidade é possível identificar 28 respostas (15 respostas afirmativas do 11.º Y e 13 respostas do 11.º Z) em que os alunos conseguem identificar de forma clara a maneira como a História os ajuda a compreender as questões atuais nas mais diversas áreas. Deixo a título de exemplo parte de uma das respostas mais completas que obtive nesta questão.

“O passado pode ajudar-nos a entender melhor as circunstâncias políticas, sociais e económicas do nosso país e do mundo. Podemos por exemplo entender questões como a causa operária e o racismo, e a evolução ao longo do tempo das mesmas. Para além disso, aprender história dá-nos uma perspetiva sobre a conjuntura política atual e ajuda-nos a formular opiniões.” (Apêndice 11, Tabela 8, 19F).



Figura 12 - 11.º Y e do 11.º Z – 2.ª Questão - Através do que aprendeste na disciplina de História compreendes melhor algumas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade?

Questão 3 – Alguma vez aprendeste sobre algum destes temas na disciplina de História?

Para a turma do 11.º Y os temas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento que se destacam na disciplina de História são os “Direitos Humanos”, com 22 alunos em 23 a aprenderem sobre os mesmos nas aulas de história, de seguida vem o “mundo do trabalho” com 20 respostas afirmativas, depois a “interculturalidade” com 19 alunos. A “igualdade de género”, as “instituições e participação democrática”, a “saúde”, o “empreendedorismo” e a “segurança defesa e paz” empatam com 18 alunos a responder que “sim”, abordaram estas temáticas na aula de história. Os temas menos abordados nesta turma foram a “sexualidade” e a “educação ambiental”, com cinco e oito alunos respetivamente.

Na turma do 11.º Z os “Direitos Humanos” mantém-se em primeiro lugar com 20 alunos que afirmam ter aprendido sobre esta temática nas aulas de história, de seguida nesta turma destaca-se a interculturalidade (19), a igualdade de género (18), o mundo do trabalho (18) e a segurança defesa e paz (17). Os temas menos abordados são a “literacia financeira e educação para o consumo” com seis alunos, a “educação ambiental” com apenas cinco respostas positivas e o menos abordado a “sexualidade” com apenas quatro alunos a responderem que abordaram o tema nas aulas de História.

Em ambas as turmas a temática mais abordada foi claramente os “Direitos Humanos”, com um total de 42 pessoas numa amostra de 46 pessoas, seguido da “interculturalidade” e do “mundo do trabalho” cada um com 38 respostas afirmativas. Os temas menos abordados na totalidade da amostra foram a “educação ambiental” com 13 respostas afirmativas e a “sexualidade” com nove respostas na categoria do “sim”. Estes resultados podem sugerir várias hipóteses. O tema dos “Direitos Humanos” pode ser o mais abordado, pelo facto de existirem vários momentos e módulos onde as AE de História o permitem abordar, ou pelo facto de ser um dos temas que os professores mais valorizam. Quanto aos temas menos abordados as hipóteses podem ser semelhantes, são temas que talvez os professores tenham menos oportunidades ou preocupação em abordar, especialmente no caso da educação ambiental que é uma preocupação recente e que está muito lentamente a ser incluída no sistema educativo.

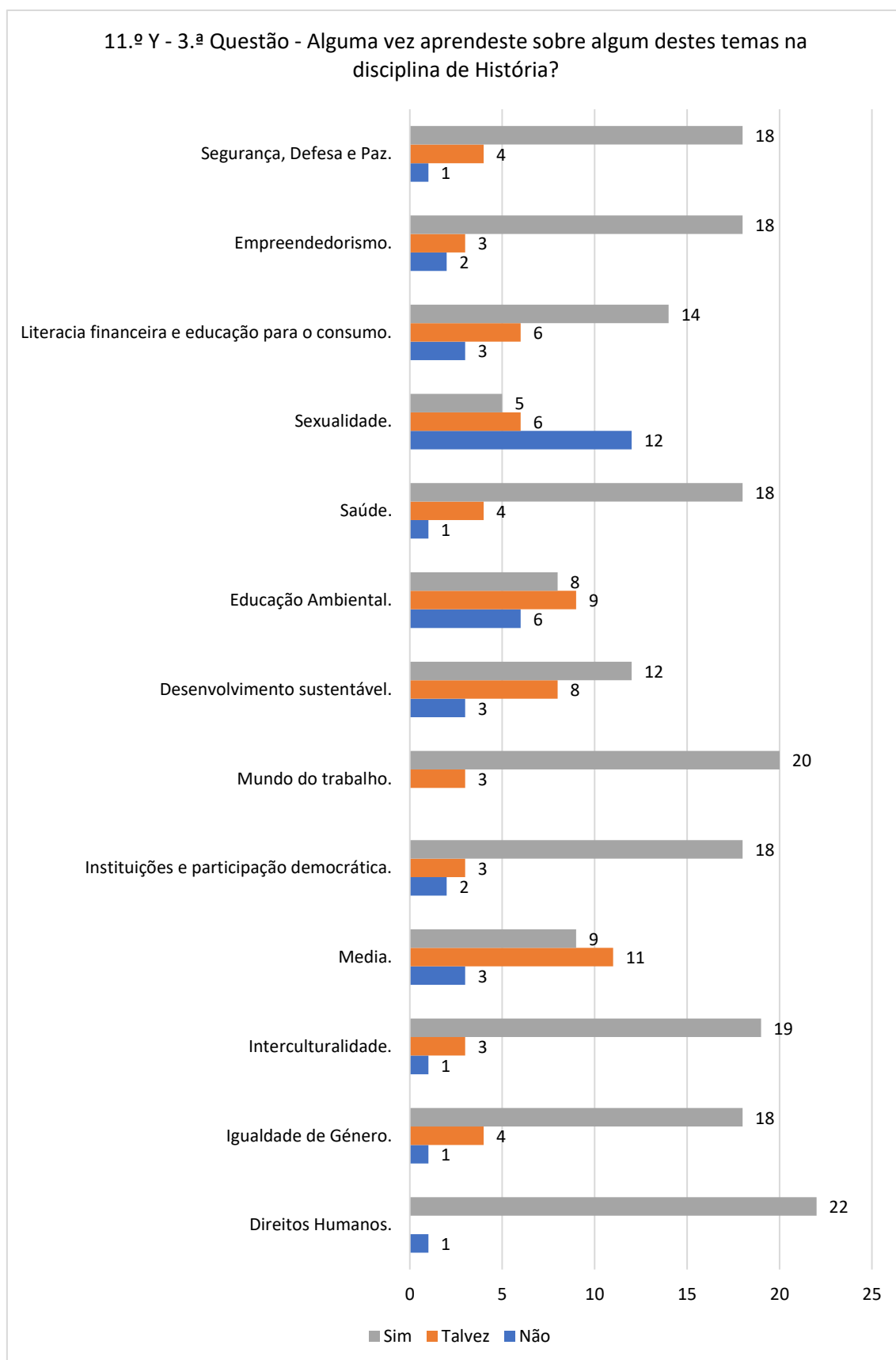


Figura 13 - 11.º Y - 3.ª Questão - Alguma vez aprendeste sobre algum destes temas na disciplina de História?

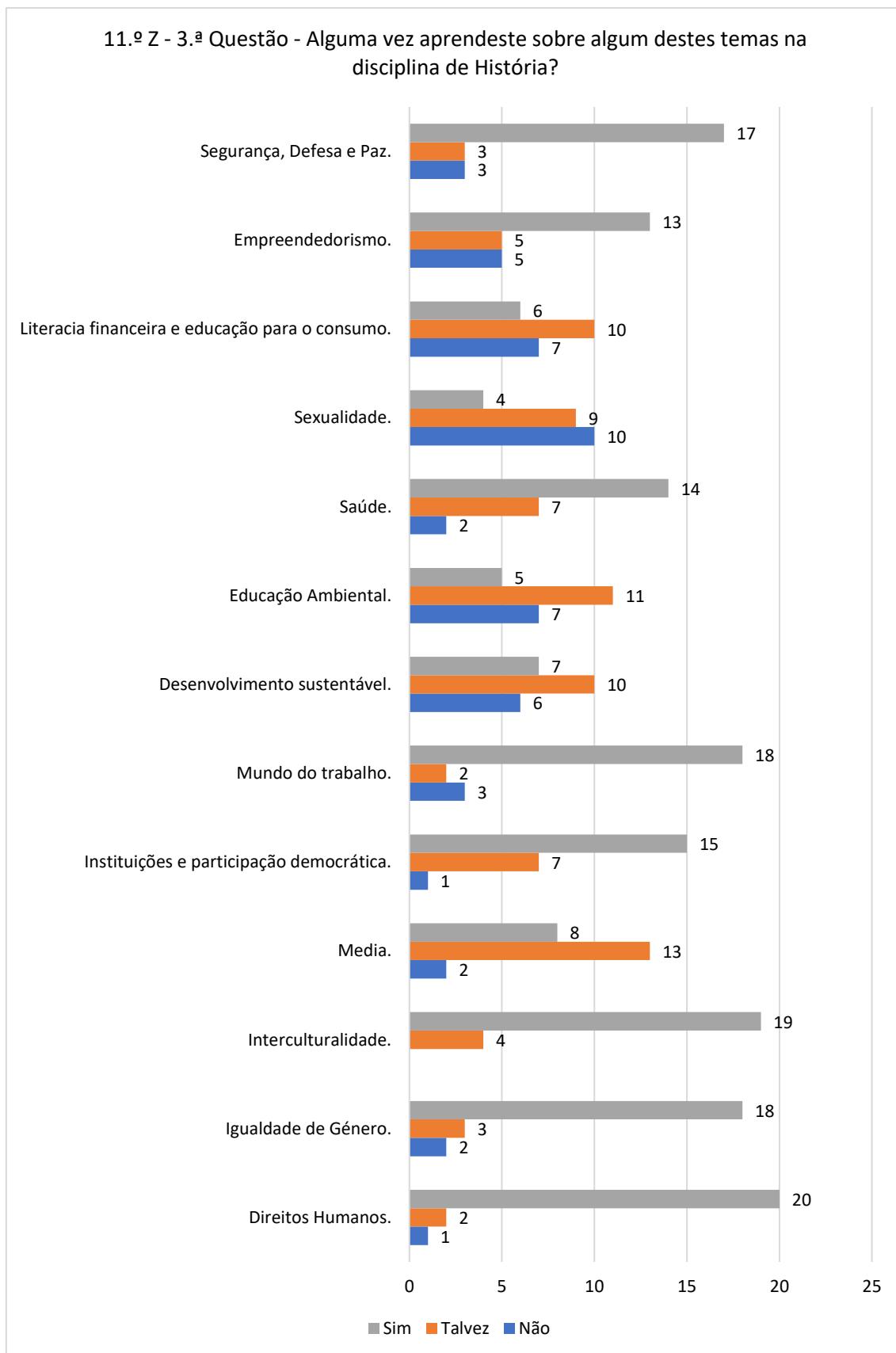


Figura 14 - 11.º Z - 3.ª Questão - Alguma vez aprendeste sobre algum destes temas na disciplina de História?

Questão 4 – Indica o teu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.

A quarta questão pedia mais uma vez aos alunos que referissem o seu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas, todas elas relacionadas com os temas trabalhados nas intervenções para este relatório. As afirmações não apresentam uma grande dispersão na escala em nenhuma das turmas, sendo que a maioria dos alunos se posiciona no mesmo lado do espectro.

No 11.º Y a maioria dos alunos (21) pensam que a participação política não deve estar reservada a uma minoria e seguindo esse raciocínio 21 alunos concordam que o direito de voto não deve ser reservado apenas a algumas pessoas e também concordam plenamente que o direito de voto deve abranger as mulheres. A maioria dos alunos (21) considera ainda que votar é um dever cívico. No 11.º Y a totalidade da turma concorda que a escravatura deve constituir uma prática ilegal e 22 alunos concordam que os Direitos Humanos devem ser universais. A única afirmação cujo grau de concordância apresenta uma maior dispersão é a última que refere que “A escravatura é um problema do passado” 16 alunos situam-se no espectro do discordo, com quatro alunos sem opinião formada e três que concordam com a afirmação, sendo que dois desses três “concordam completamente”.

Na turma do 11.º Z à semelhança do que acontece no 11.º Y a maioria dos alunos (20) concordam que a participação política não deve estar reservada a uma minoria e 21 alunos que pensam que o direito de voto não deve ser restrito, sendo que existem 22 alunos que pensam que o mesmo deve abranger também as mulheres. Quanto às afirmações realizadas na segunda intervenção a totalidade dos alunos concorda que os Direitos Humanos devem ser universais e que a escravatura deve constituir uma prática ilegal, sendo que apenas dois alunos pensam que a escravatura é um problema do passado e seis não têm opinião formada.

Da análise desta questão podemos concluir que a maioria dos alunos revela um pensamento que tende para valores democráticos, pelo menos no que diz respeito ao direito à participação política e ao direito de voto. Para além disso é ainda possível apurar que 30 alunos num universo de 46 acreditam que votar é um dever cívico, algo

que contraria a tendência atual de abstenção que foi referida no início deste questionário. Quanto às afirmações sobre os Direitos Humanos e a escravatura os resultados são muito positivos tendo em conta que a afirmação “A escravatura deve ser legal” foi a única afirmação no questionário inteiro que conseguiu uma resposta unanime. O único resultado menos positivo prende-se com a resposta de cinco pessoas que pensam que a escravatura é um problema apenas do passado e 10 pessoas que não tem opinião formada sobre o assunto. Este registo demonstra que apesar da aula lecionada e dos dados apresentados sobre a escravatura na atualidade nem toda a gente ficou esclarecida quanto à sua permanência.

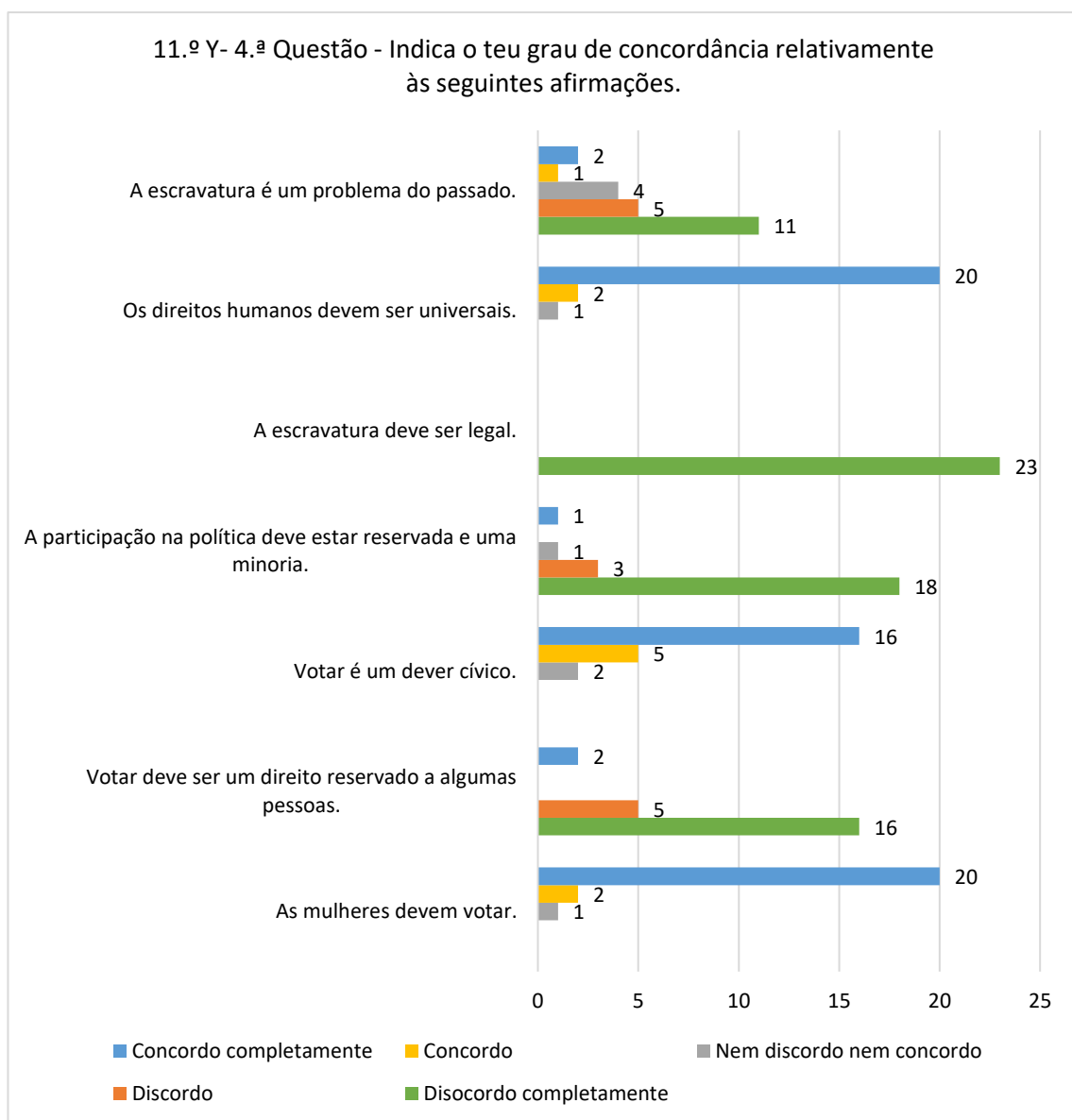


Figura 15 - 11.º Y - 4.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.

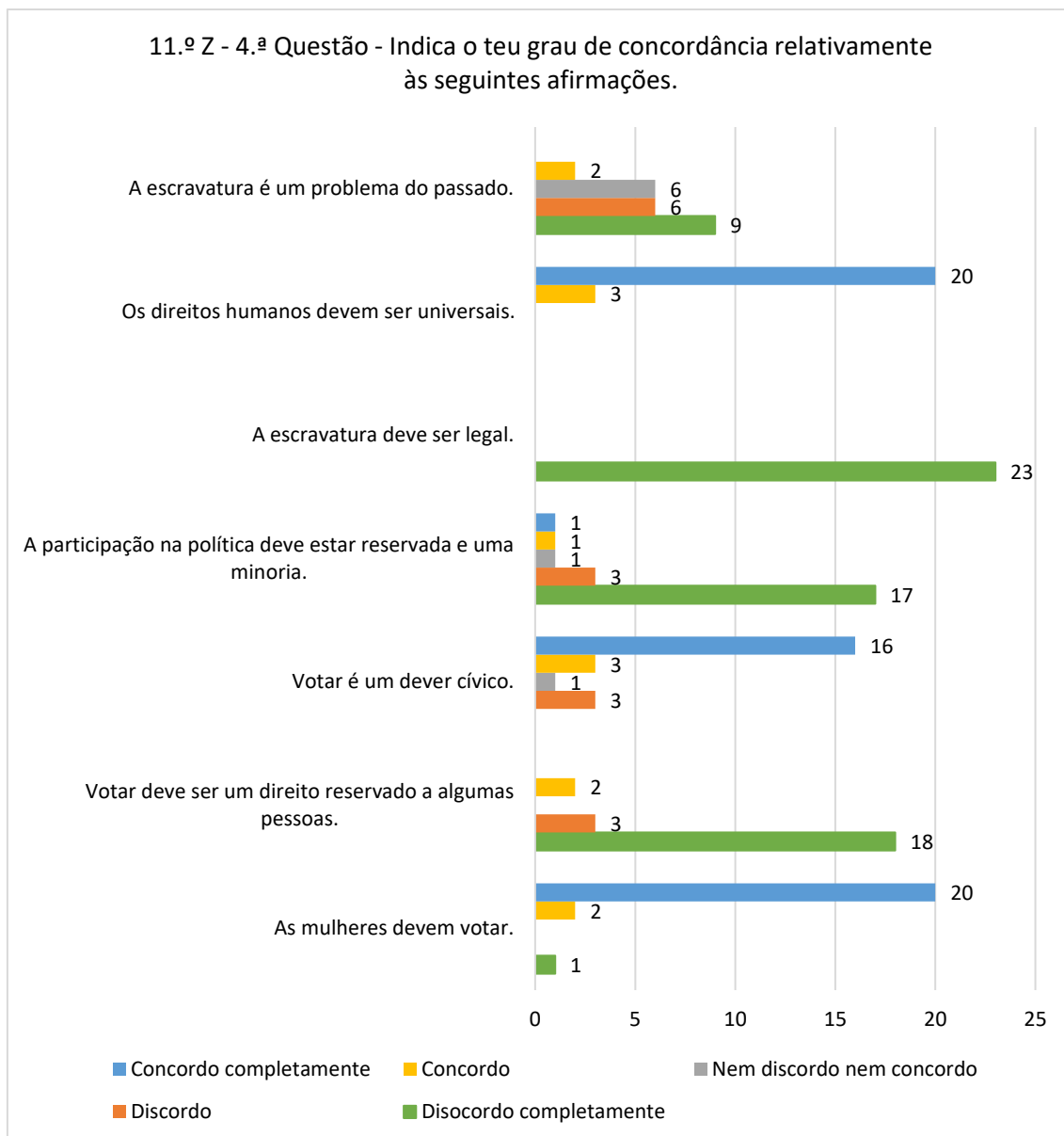


Figura 16 - 11.º Z - 4.ª Questão - Indica o teu grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.

Questão 5 – As tuas respostas às afirmações anteriores são baseadas no conhecimento que adquiriste nas aulas de História?

No seguimento da questão anterior, na turma do 11.º Y, 20 alunos concordam que as respostas dadas à questão anterior se baseiam no conhecimento que adquiriram nas aulas de História, sendo que 13 destes 20 “concordam plenamente”. Dois alunos não têm opinião formada e apenas um aluno discorda. Na turma do 11.º Z 18 alunos concordam, sendo que oito desses 18 concordam plenamente. Esta resposta

reflete diretamente o impacto que as aulas de História podem ter na formação das opiniões e valores dos alunos.

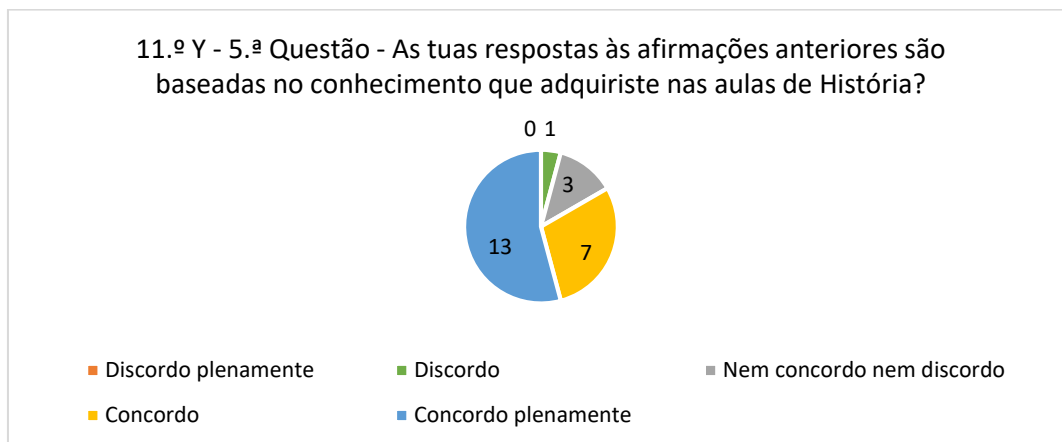


Figura 17 - 11.º Y - 5.ª Questão - As tuas respostas às afirmações anteriores são baseadas no conhecimento que adquiriste nas aulas de História?

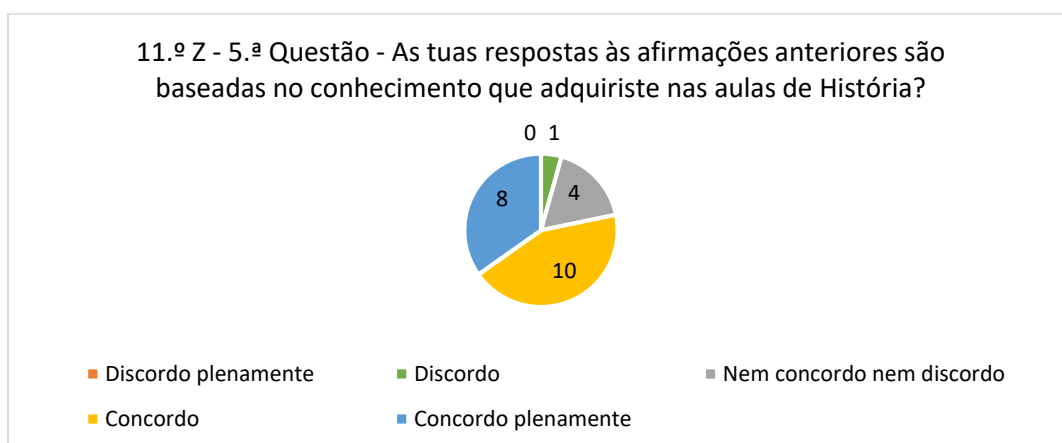


Figura 18 - 11.º Z - 5.ª Questão - As tuas respostas às afirmações anteriores são baseadas no conhecimento que adquiriste nas aulas de História?

Questão 6 – Pensas que é importante abordar estes temas na escola?

No 11.º Y a maioria dos alunos respondeu que é importante abordar todos os temas apresentados, apenas um aluno discorda completamente que se aborde a “educação ambiental” e outro aluno refere a mesma opinião sobre o tema da “sexualidade”. No 11.º Z a maioria dos alunos pensa que todos estes temas são pertinentes no contexto da sua educação, existindo apenas um “discordo completamente” para os temas “interculturalidade”, “media” e “sexualidade”, o tema em que mais alunos selecionaram a opção “não concordo nem discordo” foi o tema da “educação ambiental” e os “media”.

O único tema que contou com a totalidade dos votos no nível do “concordo completamente” foi o tema dos Direitos Humanos. Este último item da análise corresponde ao que foi verificado na quarta questão da ficha “A escravatura ao longo dos tempos” onde os alunos expressaram precisamente esta opinião.

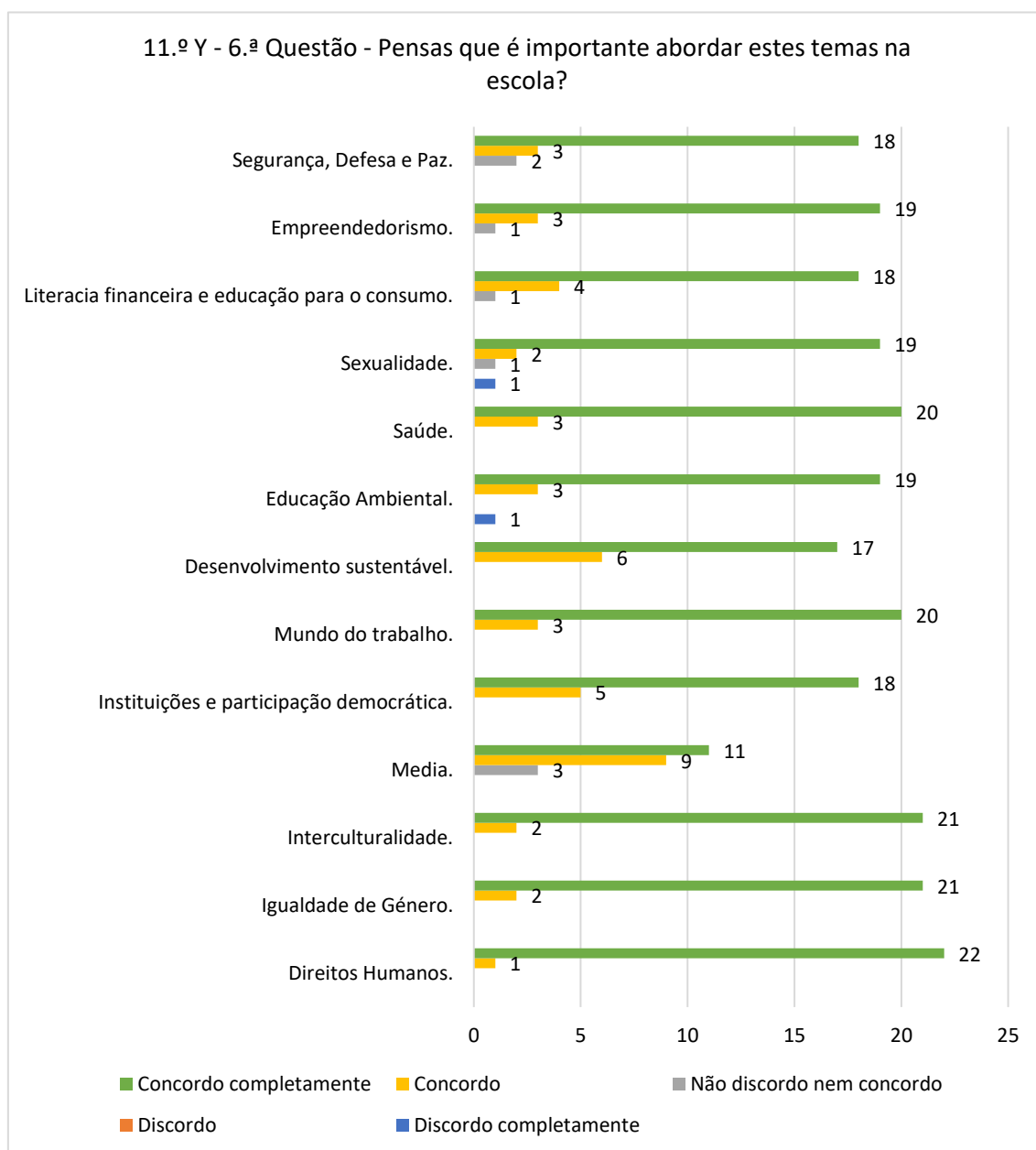


Figura 19 - 11.º Y - 6.ª Questão - Pensas que é importante abordar estes temas na escola?

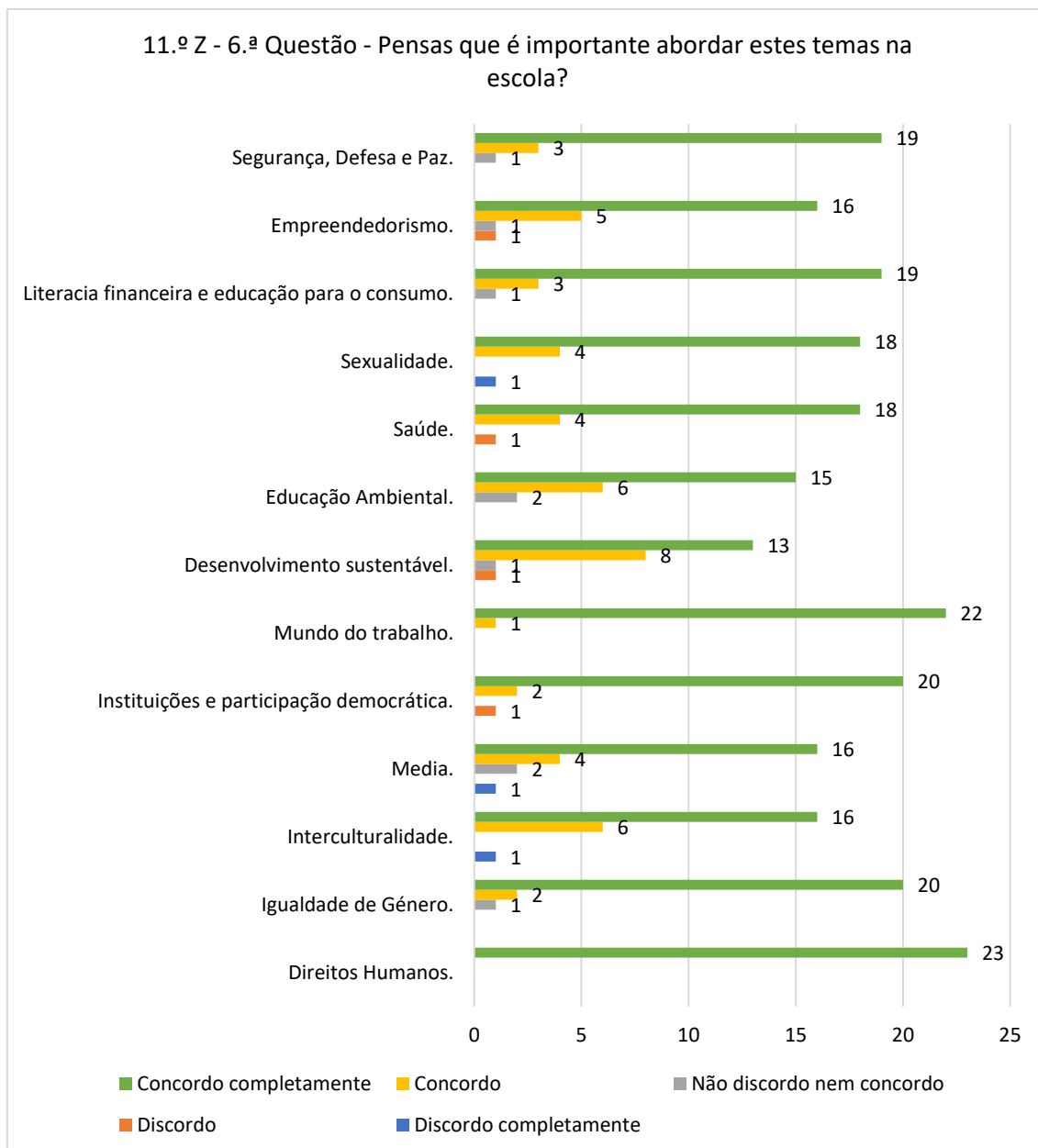


Figura 20 - 11.º Z - 6.ª Questão - Pensas que é importante abordar estes temas na escola?

Questão 7 – Qual a tua opinião relativamente às fichas de trabalho sobre a cidadania e sobre a escravatura desenvolvidas nas aulas?

No 11.º Y todas as respostas emitem um parecer positivo, sendo que 12 alunos salientaram que as fichas ajudaram na aprendizagem e consolidação da matéria lecionada, apesar disso um aluno considera que as fichas foram cansativas. Um dos alunos refere ainda que as fichas o ajudaram a ter uma melhor compreensão do passado e outro refere que as fichas foram “Bastante relevantes para que possamos entender melhor os problemas da nossa sociedade” (Apêndice 12, Tabela 9, 18E).

No 11.º Z cinco alunos referem que as fichas contribuíram para uma melhor compreensão dos temas abordados, sendo que um aluno considera que as fichas de trabalho foram fundamentais para aprofundar os conhecimentos, sobretudo sobre “temas de extrema relevância na História.” (Apêndice 12, Tabela 10, 12F). À semelhança da primeira turma, também 11.º Y, vários alunos (13) referem que as fichas contribuíram para melhorar a sua aprendizagem, “Eu gostei da forma que as fichas eram feitas e pensadas, pois era uma forma ativa de aprendizagem que pode ajudar muitas pessoas a aprender melhor” (Apêndice 12, Tabela 10, 3F). Nesta turma um aluno destaca ainda o facto de as fichas irem para lá dos manuais como um dos pontos mais positivos. “Acho bastante importante pois aborda os relatos de outras pessoas que não estão nos livros de história” (Apêndice 12, Tabela 10, 20F). Um dos alunos refere ainda que as fichas de trabalho realizadas

“são importantes ferramentas educacionais para ajudar os alunos a entenderem questões relevantes da nossa sociedade. Pensar criticamente sobre esses temas e aprender com a História pode nos ajudar a criar um futuro melhor para todos.” (Apêndice 12, Tabela 10, 11F).

O feedback das fichas realizadas para este relatório foi esmagadoramente positivo em ambas as turmas, a maioria dos alunos refere que as mesmas contribuíram para a sua aprendizagem. O objetivo principal das fichas era ajudar os alunos a compreender questões relevantes na sociedade atual, a forma como as mesmas surgiram e de que maneira podemos intervir na sociedade, estimulando o espírito crítico e a sua consciência cívica. Penso que apesar de dispersas a maioria das respostas foi em menor ou maior grau ao encontro do que era pretendido.

Questão 8 – O que aprendes em História...

A oitava questão pedia aos alunos para completarem a frase “O que aprendes em História...” com as opções disponíveis. No 11.º Y 22 alunos pensam que aquilo que aprendem em História os torna pessoas mais informadas, estimula o seu espírito crítico e os ajuda a compreender perspetivas diferentes. Concordam ainda que também os motiva a defender os seus direitos e os dos outros (21). Afirmam ainda que aquilo que aprendem em História é útil para o seu futuro (20), contribui para o seu

desenvolvimento enquanto pessoa (20), torna-os mais conscientes em relação à sociedade em que vivem (20) e que também os torna melhores cidadãos, sendo que destes 20, sete concordam e 13 concordam completamente.

No 11.º Z a maioria dos alunos pensa que aquilo que aprende em História os torna pessoas mais informadas (21), os ajuda a compreender perspetivas diferentes (21) e estimula o seu espírito crítico (19). Concordam ainda que também os motiva a defender os seus direitos e os dos outros (19). Afirmam ainda que aquilo que aprendem em História é útil para o seu futuro (18), contribui para o seu desenvolvimento enquanto pessoa (19), torna-os mais conscientes em relação à sociedade em que vivem (22) e os torna melhores cidadãos sendo que destes 18 alunos, quatro apenas concordam e 14 concordam completamente.

No total da amostra 38 alunos em 46 concordam que o que aprendem em História tem a possibilidade de os tornar melhores cidadãos. Nesta pergunta, mais uma vez, não existe uma grande dispersão de resultados sendo que a maioria dos alunos tem as suas respostas alinhadas em todas as opções.

Esta questão é particularmente fulcral pois responde de forma bastante direta ao objetivo deste relatório. Demonstra que de facto os alunos reconhecem na História uma disciplina que também os pode ajudar a ser cidadãos, a ser pessoas mais informadas, críticas, tolerantes e conscientes em relação ao mundo do qual fazem parte.

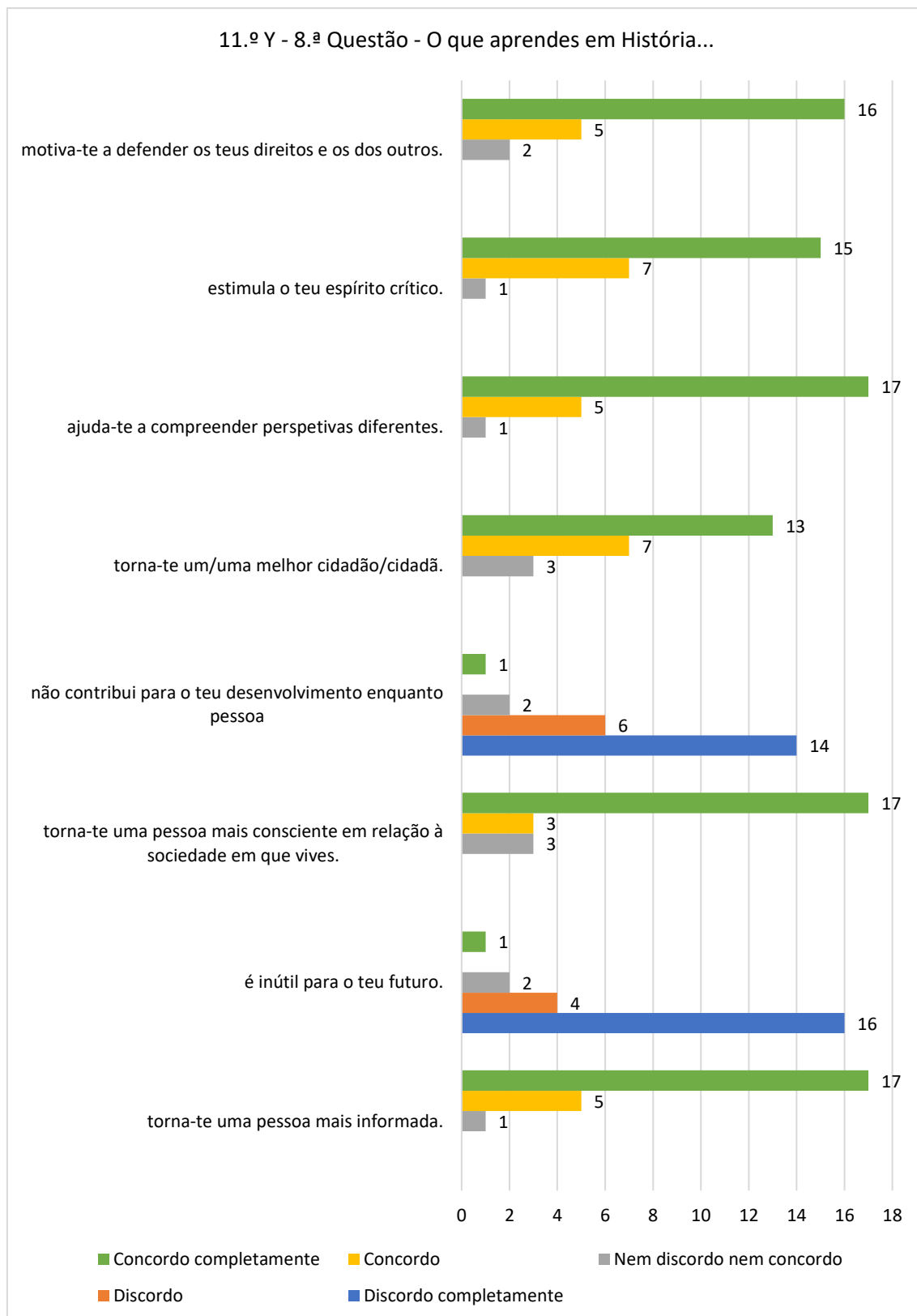


Figura 21 - 11.º Y - 8.ª Questão - O que aprendes em História...

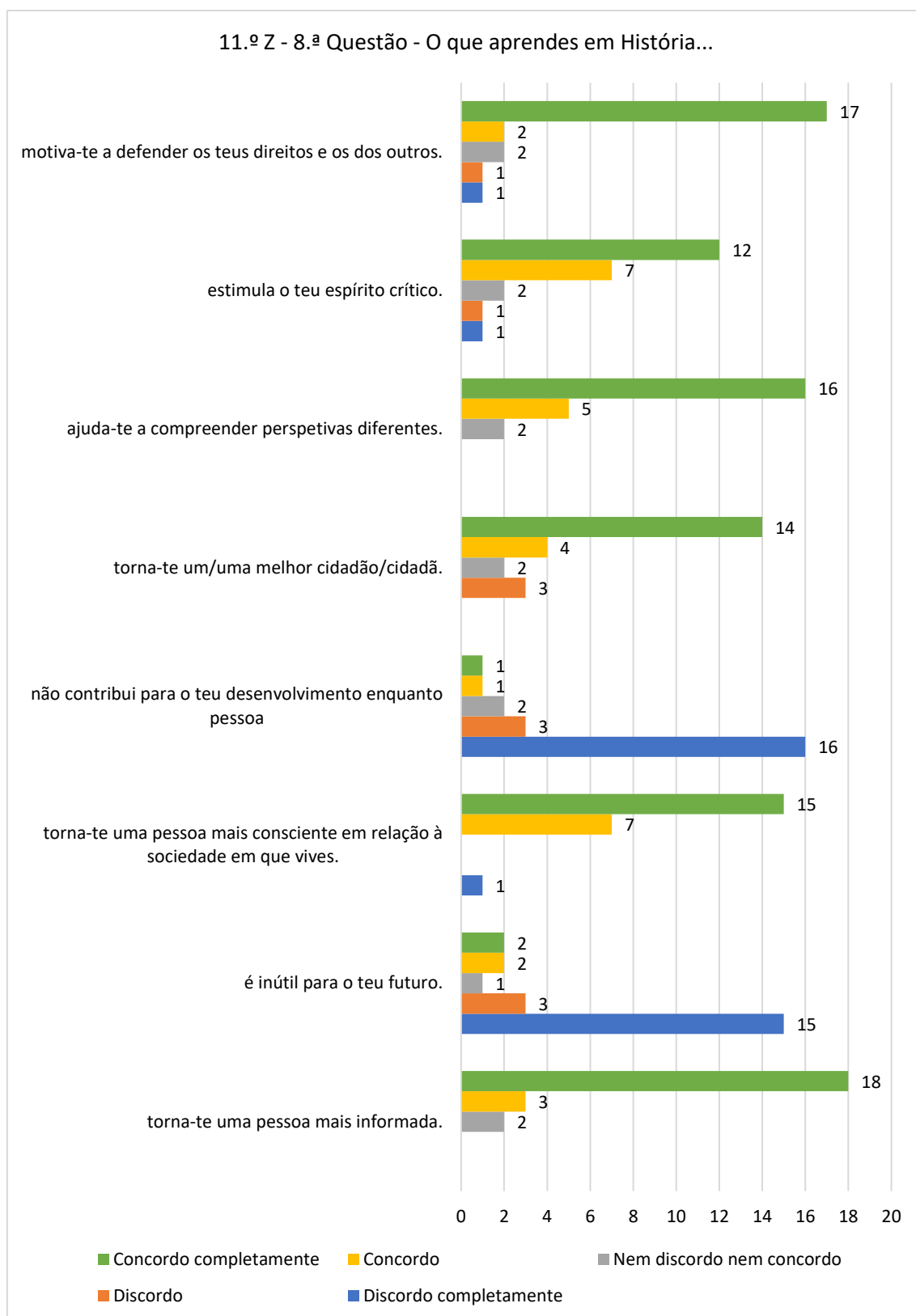


Figura 22 - 11.º Z - 8.ª Questão - O que aprendes em História...

Questão 9 - Tendo em conta tudo o que aprendeste em História sentes mais vontade de intervir na sociedade em que vives? Se sim, de que forma? - Apêndice 13

Na última pergunta do questionário a ideia era perceber se aquilo que os alunos aprendem em História os motiva a intervir na sociedade em que vivem, e no caso da resposta ser positiva, os alunos deveriam indicar de que forma.

Na turma do 11.º Y 21 alunos responderam que “sim”, sentem mais vontade de intervir na sociedade, já na turma do 11.º Z o número de alunos com a mesma resposta diminui para 18, sendo que três respondem que não, e os restantes se absteram. No 11.º Y dois alunos responderam simplesmente que “sim” não explicando de que forma. Já no 11.º Z dois dos alunos expressam perfeitamente esta vontade de intervir na sua resposta “Sim, uma vez que acho fundamental darmos voz às nossas necessidades enquanto cidadãos.” (Apêndice 13, Tabela 12, 11F); “Sim, acho que as aulas de história incentivam os alunos a quererem melhorar a nossa sociedade ainda mais.” (Apêndice 13, Tabela 12, 1F).

Esta questão foi difícil de analisar uma vez que as respostas foram muito variadas. No entanto, em ambas as turmas sobressai a ideia de “contribuir para a sociedade” nas respostas de cinco alunos de cada turma. Tal como podemos observar nesta resposta de um aluno do 11.º Y “sim, para ajudar a melhorar a sociedade e garantir que vivemos num mundo igualitário e que ajuda sempre as pessoas” (Apêndice 13, Tabela 11, 11E).

De seguida é de notar a importância dada ao voto em quatro respostas do 11.º Z e de dois alunos no 11.º Y sendo que destaco duas respostas da turma do 11.º Z e uma resposta de um aluno do 11.º Y

“O voto por exemplo, era apenas concedido a uma minoria, saber desta informação atualmente faz-me sentir na obrigação de votar, não apenas porque posso, mas em respeito aqueles que um dia queriam e não podiam.”; (Apêndice 13, Tabela 12, 12F).

“O que aprendo em história faz-me refletir sobre o estado do mundo, e torna-me mais consciente para atos como o de votar.” (Apêndice 13, tabela 12, 19F).

“Em defender os direitos dos outros e a motivar as mulheres para que votem pois no passado, estas tiveram que lutar muito para ter o direito ao voto.” (Apêndice 13, Tabela 11, 10E).

No 11.º Z ganham ainda destaque quatro respostas de alunos que pretendem participar em manifestações como forma de intervir na sociedade. No 11.º Z três alunos expressam a vontade de defender os Direitos Humanos, um deles dizendo que pretende ajudar através de instituições. Ainda nesta turma um aluno pretende contribuir para a luta pela igualdade de género ao qual se junta um aluno do 11.º Y.

Um aluno em cada uma das turmas refere que se sente mais preparado para intervir em discussões sobre alguns temas abordados nas aulas, como é possível de observar nesta resposta de um aluno do 11.º Z “Sinto que estou mais por dentro dos assuntos abordados hoje em dia e sinto que posso intervir (e bem) numa discussão sobre certos temas...” (Apêndice 13, Tabela 12, 2F).

Um aluno do 11.º Z refere que pretende intervir na sociedade, através de uma carreira política onde tenciona contribuir para atenuar problemas como o “desemprego e injustiças com os cidadãos mais pobres, a fome e principalmente a sustentabilidade.” (Apêndice 13, Tabela 12, 16F) Na turma do 11.º Y cinco alunos também expressam a vontade de intervir e participar na sociedade sendo politicamente ativos,

“com a matéria que aprendemos nas aulas de história querendo ou não ficamos a perceber como nasceu a política e o seu desenvolvimento ao longo dos anos, talvez uma das melhores maneiras de intervir utilmente para a sociedade” (Apêndice 13, Tabela 11, 17E).

Um destes alunos menciona ainda a necessidade de “estar atentos aos discursos políticos para ver se não ferem nenhum direito Básico e não cair no fanatismo.” (Apêndice 13, Tabela 11, 3E).

Esta questão revela a intenção dos alunos de não se ficarem pela teoria, avançando para a prática da cidadania.

Considerações Finais

Na parte mais positiva das minhas considerações finais destaco a realização da articulação entre a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e a disciplina de História, ainda que de forma indireta, cumprindo o que é pedido em vários documentos pedagógicos de referência. Gostava ainda de sublinhar a importância do professor nesta articulação. Apesar de já existirem muitos materiais disponibilizados que facilitam a ligação entre as duas disciplinas, cabe ao professor escolher a forma como deve realizar esta articulação de modo a estimular a consciência histórica e cívica dos alunos.

Realço como algo positivo neste percurso os instrumentos de trabalho criados através da metodologia selecionada, que segundo os alunos proporcionaram uma boa experiência de aprendizagem e despertaram a sua consciência cívica para algumas questões relevantes da atualidade. Este aspeto em particular vai ao encontro do que é desejado neste relatório. Creio que com isto consegui desenvolver experiências significativas para os alunos, deixando um impacto positivo, e espero que duradouro. Esta experiência motivou-me a tentar criar materiais didáticos que deixem este tipo de impacto. Avalio ainda como um ponto positivo do meu estágio, o envolvimento na comunidade educativa, não só nas aulas que lecionei, mas também em todas as atividades e momentos em que participei.

Relativamente às limitações deste relatório destaco duas. A primeira limitação prende-se com o facto deste trabalho só envolver duas turmas, constituindo uma amostra bastante modesta para um trabalho de investigação.

A segunda limitação está relacionada com a metodologia selecionada. Nas fichas de trabalho que criei a metodologia revelou-se demasiado extensa, levando a alguma dificuldade da minha parte em estruturar e incluir todos os conceitos, e da parte dos alunos levou a algum cansaço. Notei também alguma estranheza dos alunos à própria metodologia. Teria sido mais fácil se os alunos já tivessem familiarizados com esta metodologia desde o início do ciclo, uma vez que existem alguns conceitos mais complicados de trabalhar. A título de exemplo o conceito de “evidência histórica” foi o mais fácil de trabalhar visto que os alunos estavam habituados a analisar fontes. Por

outro lado, o conceito de “dimensão ética” foi mais difícil de trabalhar, porque não é algo que seja pedido frequentemente aos alunos, ou que conste em qualquer elemento de avaliação. Penso que se voltasse a utilizar a mesma metodologia o faria de forma ligeiramente diferente, trabalhando apenas um conceito de forma intensiva ou vários conceitos de forma mais superficial. Para além disto, como forma de melhorar a investigação feita ao longo deste ano penso que seria pertinente aplicar um questionário prévio que me permitisse avaliar com mais precisão a evolução dos alunos quanto aos temas abordados e à cidadania em geral. Ainda assim penso que este trabalho é um contributo válido para futuras experiências e investigações relacionadas com a História e a cidadania.

Quanto ao objetivo proposto para este relatório penso que foi de certa forma alcançado, visto que ao longo das intervenções realizadas os alunos demonstraram que reconhecem em menor ou maior grau a história como uma disciplina que também os ensina a ser cidadãos. Mais do que isso os alunos demonstraram a sua consciência cívica no que toca à participação democrática e aos Direitos Humanos. Evidente que estes resultados não foram unânimes, sendo que uns alunos atingiram de forma mais plena este objetivo do que outros. Ainda assim penso que o balanço final é bastante positivo. Acredito que contribui para a formação de pessoas mais informadas, críticas, responsáveis e tolerantes, e que acima de tudo não se irão limitar a ser espectadores, inertes no meio de todo o movimento do mundo em que vivem.

Tendo em conta tudo o que foi dito considero que este estágio constituiu uma parte essencial da minha formação enquanto professora, mas também enquanto pessoa. Foi um ano em que aprendi imenso, quer com os professores e colegas que trabalharam comigo, quer com os meus alunos. Ver o seu crescimento e desenvolvimento ao longo do ano foi um dos aspetos mais gratificantes deste percurso.

Fontes

Documentos de referência

Agrupamento de Escolas António Sérgio, (2020) *Projeto Educativo 2021-202*. Disponível em: <https://antoniosergio.pt/images/PROJETOEDUCATIVO.pdf>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Rede de Arquivos Escolares 1867/2010, Escola Secundária António Sérgio, Vila Nova de Gaia. Disponível em: <https://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/details?id=55067>

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, (2017) *Revisão da Carta Educativa de Vila Nova de Gaia*. Disponível em: https://www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/educacao/2018_docs_estrategicos/revisao_da_carta_educativa_de_gaia.pdf

Comissão Europeia/ Eurydice/ Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura, (2017). *A educação para a cidadania nas escolas da Europa: 2017*. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2797/992231>

Conselho da Europa, (2010). *Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc_charter2_pt.pdf

Conselho da Europa, (2018). *Ensino de qualidade na disciplina de História no século XXI*. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/teaching-history/7755-ensino-de-qualidade-na-disciplina-de-historia-no-seculo-xxi-linhas-orientadoras.html#>

Direção Geral da Educação (2012). *Educação para a cidadania: Linhas orientadoras*. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>

Direção-Geral da Educação (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia>

Direção-Geral da Educação a. (2018). *Aprendizagens essenciais de Cidadania e Desenvolvimento*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/cidadania_e_desenvolvimento.pdf

Direção-Geral da Educação b. (2018). *Aprendizagens essenciais de História A de 11.º ano*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/11_historia_a.pdf

Martins, G., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Carrilho, J., Silva, L., Encarnação, M., Horta, M., Calçada, M., Nery, R., Rodrigues, S. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2016). *Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244826.locale=en>

União Europeia (2015). *Declaração sobre a Promoção da Cidadania e dos Valores Comuns da Liberdade, Tolerância e Não-discriminação através da Educação*. UE. Disponível em: http://ec.europa.eu/education/news/2015/documents/citizenship-education-declaration_en.pdf

Legislação

Decreto-Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (1986). Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/46/1986/p/cons/20090827/pt/html>

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto (1989). Diário da República n.º 198/1989, Série I de 1989-08-29, páginas 3638 – 3644. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/286-1989-618310?_ts=1672272000034

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro (2001). Diário da República n.º 15/2001, Série I-A de 2001-01-18, páginas 258 – 265. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/6-2001-338986>

Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de janeiro (2001). Diário da República n.º 15/2001, Série I-A de 2001-01-18. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/7-2001-338987?_ts=1672185600034

Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2 de fevereiro (2011). Diário da República n.º 23/2011, Série I de 2011-02-02, páginas 659 – 669. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/18-2011-280496?_ts=1662768000034

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho (2012). Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012-07-05, páginas 3476 – 3491. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/139-2012-178548>

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (2018). Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, páginas 2928 – 2943. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/55/2018/07/06/p/dre/pt/html>

Referências Bibliográficas

Adam, J. (2014). *Women and the vote: a world history*. Oxford: Oxford University Press.

Amaral, C., Jesus, E., Neves, P. & Carvalho, M. a (2022). *Contamos com a História - História B - 10.º ano*. Porto: Porto Editora.

Amaral, C., Jesus, E., Neves, P. & Carvalho, M. b (2022). *Contamos com a História - História B - 11.º ano*. Porto: Porto Editora.

Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.

Boas, A. (2022). *Educar para a Cidadania, a Evidência da História*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Caeiro, M. (2021). *O Ensino da História: uma educação para a Cidadania*. [Dissertação de mestrado]. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Carmo, H. (2014). *A educação para a cidadania no século XXI: Trilhos de intervenção*. Lisboa: Escolar Editora.

Carmo, H., Serra, F. & Marujo, H. (2022). *Educação para a Paz Global Sustentável: Complexidades e contributos*. Lisboa: Pactor.

Correia, L. (2017). Aprender História em democracia. In J. Justino (Ed.), *Lei de bases do sistema educativo: balanço e prospetiva*, (1) (pp.157-220). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Costa, T. R. da, & Martins, D. R. (2020). Entre o passado e o futuro: a História e a promoção de uma Cidadania ativa. *Saber & Educar*, 0 (27), DOI: <https://doi.org/10.17346/se.vol0.364>

Crook, M. (2009). Limits of citizenship: The franchise question, 1789–1791. *Elections in the French Revolution* (pp. 30–53). Cambridge: Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1017/cbo9780511581809.003>

Crook, M. (2021). *How the French Learned to Vote: A History of Electoral Practice in France*. Oxford: Oxford University Press.

Félix, N. (1998). *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.

Fonseca, A. M. (2001). *Educar para a cidadania. Motivações, princípios e metodologias*. Porto: Porto Editora.

Fonseca, J. R. (2015). Educar para a cidadania ativa, o papel da integração curricular. *Saber & Educar*, 0 (20)214-223. DOI: <https://doi.org/10.17346/se.vol20.180>

Gomes, R. (2019). *Cidadania e o ensino da história: A importância de pensar o passado, o presente e o futuro*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Gomes, V. (2014). *Trabalhar o género e a cidadania em contextos de educação de infância*. [Dissertação de mestrado]. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Hicks, K. (2016). Regret-xit: why some Brexit supporters wish they could take back their vote. *Vox*. Disponível em: <https://www.vox.com/2016/6/24/12024634/brexit-supporters-regret-vote>

Keating, A., & Janmaat, J. G. (2016). Education Through Citizenship at School: Do School Activities Have a Lasting Impact on Youth Political Engagement? *Parliamentary Affairs*, 69 (2), (pp.409–429). Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gsv017>

Leal, E. (2013). *Reflexões sobre a questão da cidadania na história das ideias*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Marques, A., Cibele, C., Matos, F., Menezes, I., Nunes, L., Paulus, P., Nobre, P., Fonseca, T., (2011). *Educação para a cidadania: proposta curricular para os ensinos básico e secundário*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ed_cidadania_basico_sec_2011.pdf

Miranda, J. (2003). *Manual de Direito Constitucional – tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.

Moreira, A., Duarte, P., Alves, L. & Barca, I. (2020). Troca por troca: cidadania pela história? Ensaio bibliográfico sobre as relações entre ciências sociais e educação para a cidadania. In: J. Prats, I. Sáez-Rosenkranz, & E. Barriga-Ubed (Ed.), *História, patrimonio, arte y ciudadanía. Aportaciones desde la educación. Comunicaciones del IX Simposio Internacional de didáctica de las Ciencias Sociales en el ámbito Iberoamericano* (pp. 231-242). Albacete: Uno Editorial.

Mossé, C. (2022). *O cidadão na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70.

Nóvoa, A. (2017). *Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente*. Cadernos De Pesquisa, 47 (166), (pp.1106–1133). DOI: 10.1590/198053144843

Pagès, J. (2011). Educação, cidadania e Ensino de História. In: Fonseca, S. & Júnior, D. (Ed.), *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência histórica*. (pp.17-32). Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

Paixão, M. L. (2000). *Educar para a Cidadania*. Lisboa. Lisboa Editora.

Pintassilgo, J. (2007). O debate sobre a educação para a cidadania: O contributo do período revolucionário português. In Sanches, M., Veiga, F., Sousa, F., Pintassilgo, J. (Eds.). *Cidadania e Liderança escolar* (pp.59-70). Porto: Porto Editora & IEUL

Ramos, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, 39 (172), (pp. 547–569). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218707183C2vWV0xp9Xc99GX1.pdf>

Rêgo, R. (2008). *Aprender cidadania com a disciplina de história: 3 percursos no Concelho de Odemira*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Riqueza, A. (2017). *Educação para os valores democráticos: o conselho de turma e a literatura infantil na aprendizagem da cidadania*. [Dissertação de mestrado]. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Romão, A. (2020). *Educar para a cidadania: Um olhar novo?*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto.

Rosas, M., Couto, C., Costa, A. & Santos, A. (2022) *Entre Tempos - História A - 11.º Ano*. Porto: Porto Editora.

Rüsen, J. (2007). *História viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Seixas, P., Morton, T. (2013). *The Big Six Historical Thinking Concepts*. Canadá: Nelson Education Ltd.

Seixas, T. (2020). *A Educação para o desenvolvimento e para a cidadania global no currículo de português: relato de uma experiência numa turma de 4.ºano*. [Dissertação de mestrado]. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Tomé C. (2021). *Educação para a cidadania - Formação dos professores e alunos para uma cidadania ativa*. [Dissertação de mestrado]. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Trindade, R., Cosme, A. (2019). *Cidadania e Desenvolvimento: Propostas e Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora.

Vidigal, I. (2013). *Educação ambiental e cidadania em contextos multiculturais*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Anexos

Anexo 1 – Caracterização da escola.

Quantos alunos tem a escola no ensino profissional? ⓘ

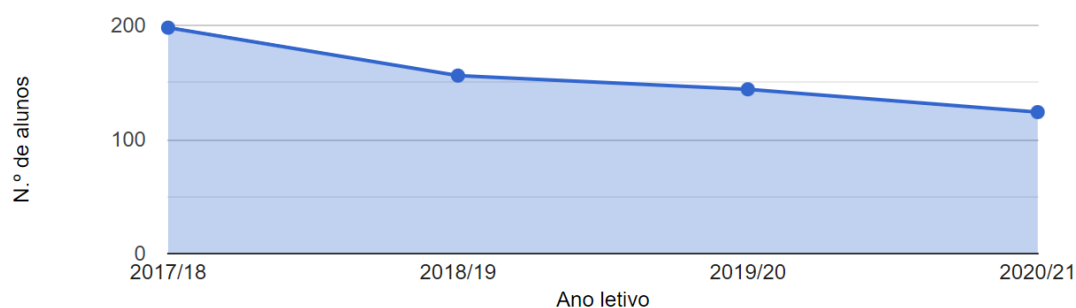


Figura 2 - Alunos que frequentaram cursos profissionais entre o ano letivo de 2017/2018 e 2020/2021.

Fonte: Infoescolas.

Em que cursos científico-humanísticos estão inscritos os alunos desta escola? ⓘ

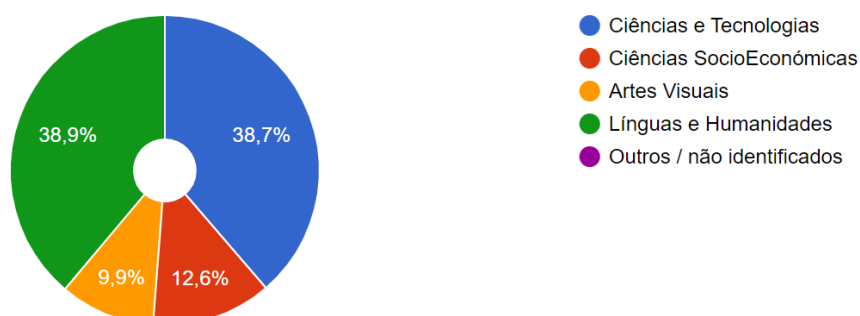


Figura 3 - Cursos frequentados pelos alunos dos cursos científico-humanísticos no ano letivo 2020/2021.

Fonte: Infoescolas.

Em que cursos profissionais estão inscritos os alunos da escola? ⓘ

Curso	Número de alunos	Percentagem na escola	Conclusão em Tempo Esperado
Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	48	39%	---
Técnico/a de Multimédia	40	32%	---
Técnico/a de Desporto	27	22%	---
Técnico/a de Apoio à Infância	9	7%	---

Figura 4 - Cursos frequentados pelos alunos no ensino profissional no ano letivo 2020/2021.

Fonte: Infoescolas.

Quantos alunos tem a escola? ⓘ

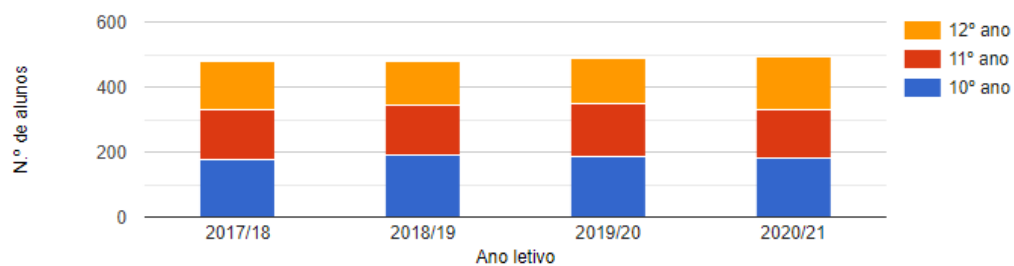


Figura 5 – Alunos matriculados em cursos científico-humanísticos.

Fonte: Infoescolas.

Percentagem de alunos que concluem os cursos científico-humanísticos em três anos ⓘ

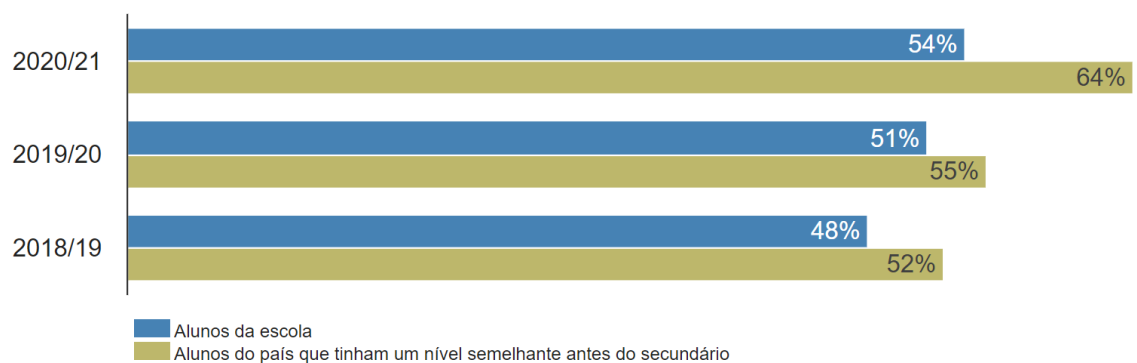
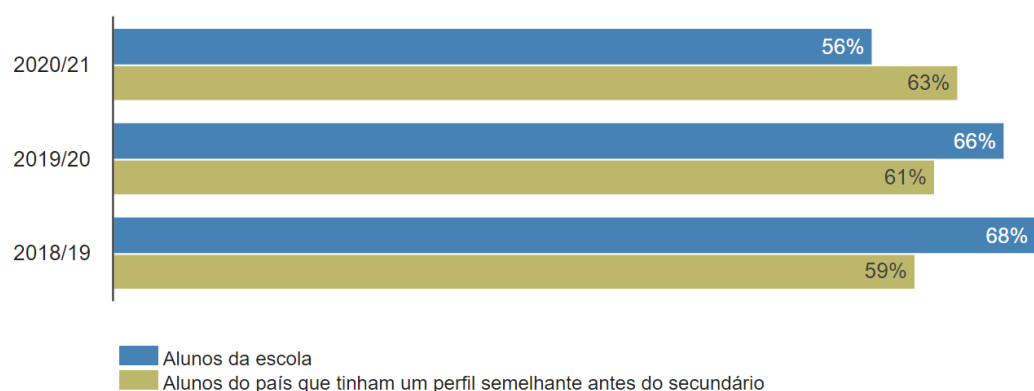


Figura 6 – Percentagem de alunos que concluem os cursos científico-humanísticos em três anos.

Fonte: Infoescolas.

Percentagem de alunos da escola que concluem o ensino profissional em três anos ou menos ⓘ



Em que cursos profissionais estão inscritos os alunos da escola? ⓘ

Figura 7 - Percentagem de alunos da escola que concluem o ensino profissional em três anos ou menos.
Fonte: Infoescolas.

As notas internas atribuídas pela escola aos seus alunos estão alinhadas com as notas internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames? ⓘ

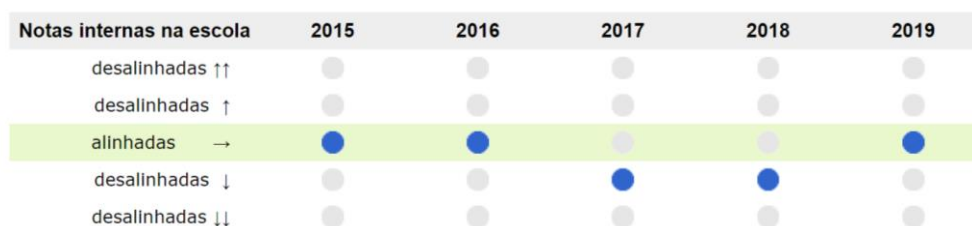


Figura 8 – As notas internas atribuídas pela escola aos seus alunos estão alinhadas com as notas internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames?

Fonte: Infoescolas.

Apêndices

Apêndice 1 – Plano de aula “O Legado do Liberalismo”

Tema: O Legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX.			Tempo: 100 min.
Subtema: O Estado como garante da ordem liberal.			Conceitos: constituição* sistema representativo* sufrágio censitário*
Aprendizagens essenciais:			
Sumário: O Liberalismo: ideologia e política.			
Situação problema:			
Questões orientadoras:			
- Quais os princípios do Liberalismo? - De que forma é que as revoluções liberais deram uma nova importância ao papel de cidadão?			
Conteúdos	Indicadores de aprendizagem	Estratégias de avaliação	Duração
1. A ideologia liberal do século XIX tem como princípios basilares a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, de reunião, de associação, a liberdade religiosa e o direito a participar na administração do estado. Muitos destes princípios foram herdados do Iluminismo e verteram para os textos constitucionais, onde o Estado acabou por garantir os mesmos em maior ou menor grau.	1. Identificar os princípios liberais.	Motivação – Apresentação do caso do Brexit e simulação de um referendo com a pergunta: “Portugal deve sair da União Europeia?” Este referendo foi realizado utilizando o regime de voto censitário. Uma breve discussão com os alunos sobre o conceito de cidadão.	7 min.
		Feedback – sobre as revoluções liberais e o tipo de sistema governativo que implementaram nos diversos países.	3 min.
2. As revoluções liberais trouxeram consigo profundas mudanças a todos os níveis, mas principalmente a nível político, quer pela emergência de novos princípios, como pela implementação, nos casos onde as mesmas obtiveram sucesso, de textos constitucionais, tomassem estes a forma de carta constitucional ou constituição. Por norma, estes textos	2. Explicar de que forma as revoluções liberais deram uma nova importância ao papel de cidadão.	1.1 – Análise do doc. “ <i>Liberalismo</i> ”, com o intuito dos alunos recordarem os ideais iluministas que os liberais herdaram e as profundas alterações que ocorreram com as revoluções liberais que puseram fim ao mundo medieval.	10 min.
		1.2 – Análise do doc. “ <i>Liberdade e Igualdade</i> ” (p.100), neste texto estão presentes os ideais liberais que os alunos conseguem facilmente identificar. Volto a relembrar os alunos que muitos destes direitos já estavam presentes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.	5 min.
3. A instalação de uma nova organização política, onde os poderes deixavam de estar concentrados no monarca e passavam a estar mais divididos e limitados. Estes textos variavam sendo que normalmente a Constituição concedia menos poderes aos reis do que as cartas constitucionais, tal como aconteceu em Portugal. O que é certo é que esta divisão de poderes levou à criação ou remodelação de novos órgãos de governo, para os quais foi necessário decidir quem os iria exercer. É aqui que o papel do cidadão ganha uma nova importância, pois tem a oportunidade de eleger os seus representantes e de ser eleito. Esta é uma mudança fundamental e determina a passagem de súbdito sujeito à autoridade do rei, que emana de Deus, para um cidadão num sistema onde o poder é legitimado pelo princípio da soberania nacional. No entanto, rapidamente se torna claro que muitos liberais resistem à ideia desses direitos estarem ao alcance de todos, impondo várias restrições ao direito de voto e outras tantas ao direito a ser eleito. Geralmente o voto estava restrito a homens, com mais de uma certa idade e capazes de pagar o imposto necessário para votar, estas condições vão variando dependendo de que país estamos a falar, mas estas características são gerais. Ao longo do século XIX o direito de voto foi sendo progressivamente alargado, mas na maioria dos países seria preciso esperar até ao século XX para a implementação do sufrágio universal. Apesar disso, votar não era a única maneira do cidadão intervir, podia fazê-lo através da imprensa empregando a sua liberdade de expressão, podia participar em associações políticas ou culturais e manter-se informado, vigiando atentamente o exercício do poder contribuindo para a formação da opinião pública.		2.1 – Análise da caricatura “ <i>Pílulas Constitucionais</i> ” (p.102), onde através da análise os alunos conseguem perceber que vários monarcas europeus foram obrigados a aceitar os textos constitucionais, à exceção de Guilherme IV, rei da Prússia que conseguiu um texto constitucional a seu favor. Relembrar os alunos das principais características de uma constituição e de uma carta	10 min.
		constitucional dando como exemplo a Constituição americana de 1787. Explorar também o caso português e trabalhar o conceito de Constituição*. É de salientar que os textos constitucionais onde estão patentes as divisões de poderes vão criar espaços onde o cidadão pode intervir, nomeadamente, nas assembleias, o que nos leva ao próximo documento.	
		2.2 – Análise do doc. “ <i>A Assembleia, o palco dos cidadãos</i> ”, neste documento os alunos podem perceber de que forma o cidadão pode intervir na governação do seu país.	10 min.
		2.3 – Análise do doc. “ <i>O governo representativo na primeira metade do séc. XIX</i> ”. Com a análise deste documento os alunos percebem que a participação dos cidadãos não estava ao alcance de todos, pois muitos liberais defendiam um acesso restrito ao voto e aos cargos políticos, devendo estes direitos estar apenas ao alcance daqueles que conseguissem pagar uma determinada quantia e cumprissem vários requisitos, como por exemplo, ser do género masculino, continuando o voto barrado às mulheres ainda por muito tempo. Trabalhar o conceito de sistema representativo*	10 min.
		2.4 – Análise do doc. “ <i>O Liberalismo moderado</i> ” (p.101), este reforça a ideia patente no documento anterior, demonstrando a resistência dos liberais ao sufrágio universal. Trabalhar o conceito de sufrágio censitário*.	5 min.
		2.5 – Repetição do referendo, desta vez utilizando o sufrágio universal, analisando com os alunos a diferença dos resultados.	5 min.
		2.6 – Levantar a questão “De que forma pode o cidadão intervir na sociedade?”. A que os alunos devem responder tendo em conta o que foi dado ao longo da aula, sendo a informação completada pela professora sempre que necessário.	5 min.
		2.7 – Síntese comparativa entre a sociedade do Antigo Regime e a nova sociedade liberal.	5 min.
		3.	
		3.1 - Momento de reflexão. Apresentação de um gráfico que mostra a taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República.	5 min.
		3.2 - Realização do grupo I e II da ficha de trabalho “A Cidadania ao longo dos Tempos”.	20 min.

Competências específicas da História

- Mobilizar conhecimentos de realidades históricas estudadas para fundamentar opiniões, relativas a problemas nacionais e do mundo contemporâneo, e para intervir de modo responsável no seu meio envolvente; (A; B; C; D; E; F; G; H; I)
- Problematicar as relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo atual; (A; B; C; D; E; F; G; H; I)
- Desenvolver a consciência da cidadania e da necessidade de intervenção crítica em diversos contextos e espaços. (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J)

Apêndice 2 -Apresentação dos pontos chave da aula “O Legado do Liberalismo”



Uma questão permanece ... o voto

Sufrágio censitário - o direito de voto é atribuído apenas aos cidadãos que pagam ao Estado uma determinada quantia de dinheiro (impostos), o chamado censo que é definido nos textos constitucionais ou nas leis eleitorais.

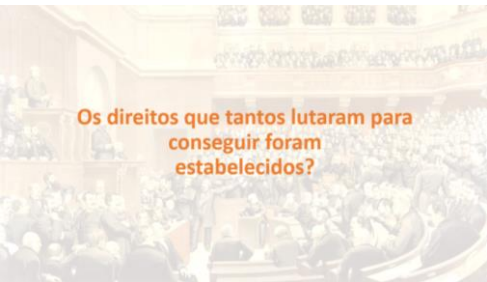
Sufrágio universal - pleno direito ao voto de todos cidadãos adultos, independentemente de alfabetização, classe, renda, etnia ou sexo, salvo os menores de idade.

Cidadãos ativos VS. Cidadãos passivos

O cidadão como ator político

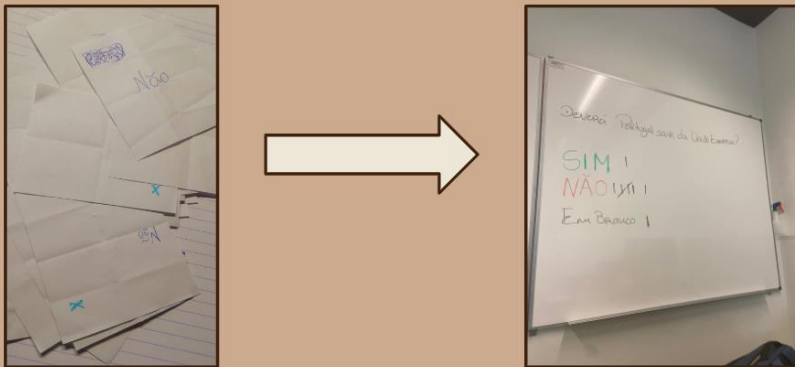
- ❖ Vigiar atentamente o exercício do poder.
- ❖ Ler e escrever em jornais.
- ❖ Participar nas associações políticas e culturais.
- ❖ Contribuir para a formação da opinião pública, que, cada vez mais, faz eleger ou derrubar governos.

Imagem de uma página de jornal com o título "O CIDADÃO" e uma ilustração de um cidadão lendo um jornal.



Apêndice 3 – A votação censitária e a votação por sufrágio universal

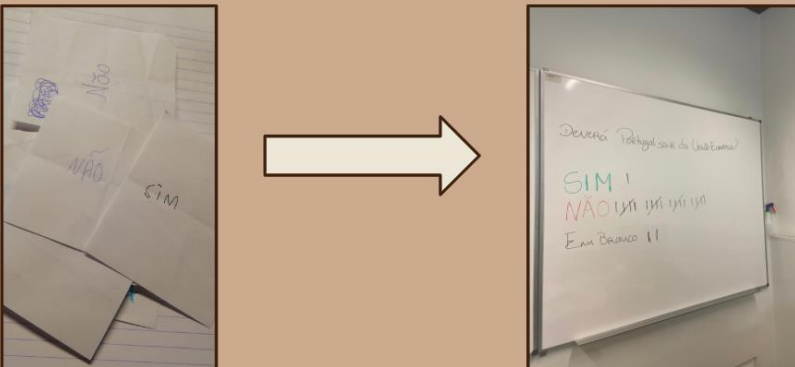
A turma foi a votos... mas só alguns votaram



The diagram illustrates a voting process where only some students voted. On the left, a pile of envelopes is shown with 'NÃO' (No) and 'SIM' (Yes) written on them. An arrow points to a whiteboard on the right, which displays the results: 'SIM !', 'NÃO !', and 'Em Branco !'. A small triangle icon is located at the bottom right of the whiteboard.

...

A turma foi a votos... sem exceções



The diagram illustrates a voting process where all students voted. On the left, a pile of envelopes is shown with 'NÃO' (No) and 'SIM' (Yes) written on them. An arrow points to a whiteboard on the right, which displays the results: 'SIM !', 'NÃO !', and 'Em Branco !'. A small triangle icon is located at the bottom right of the whiteboard.

...

Apêndice 4 – Ficha de trabalho “A cidadania ao longo dos tempos”

A cidadania ao longo dos tempos

Nome: _____ Turma: ____ n.º: ____

Grupo I

1. Lê atentamente os documentos.

Todos os homens nascidos e residentes em França são membros da sociedade política a que se chama Nação francesa, isto é, cidadãos franceses. [...] Os direitos associados a este título não dependem nem da fortuna que cada um deles possui, nem da quota de imposto a que estão sujeitos, pois não é o imposto que nos faz cidadãos; a qualidade de cidadão obriga apenas a contribuir para a despesa comum do Estado, consoante as faculdades de cada qual.

Doc.A - Maximilien Robespierre, *O marco de Prata* (1791), em *Virtude e Terror*, p.8, 2018 (adaptado).

Não consigo encontrar entre nós, no estado atual da sociedade, nenhuma razão séria para a reforma eleitoral [...].

O facto é que o direito de voto não é, entre nós, um objeto de lutas, [...] O eleitor de 300 francos representa perfeitamente o resto da sociedade: não o exclui, representa-o, protege-o, sente as suas necessidades, defende os mesmos interesses.

Sou, pela minha parte, um inimigo determinado do sufrágio universal. Vejo-o como a ruína da democracia e da liberdade. Não só não quero ver o sufrágio universal no nosso país, como me oponho a todas as tendências para este objetivo.

Doc.B - François Guizot, *Discurso na Câmara dos Pares*, 15 fevereiro de 1842.

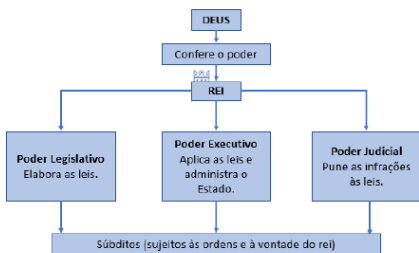
1. Compara a perspetiva apresentada no documento A à perspetiva do documento B.

- O que está a ser discutido?
- Os autores concordam ou discordam relativamente ao assunto, ou assuntos em discussão?
- Quais os argumentos utilizados por cada um dos autores para defender a sua perspetiva? Deves incluir os documentos na tua resposta.
- Quais as consequências para as pessoas que são afetadas?

2. Compara a perspetiva apresentada no documento C à perspetiva do documento D.

- Identifica os autores e as datas em que os documentos foram criados.
- Qual o contexto histórico em que ambos os documentos se inserem?
- O que está a ser discutido?
- Os autores concordam ou discordam relativamente ao assunto, ou assuntos em discussão?
- Quais os argumentos utilizados por cada um dos autores para defender a sua perspetiva? Deves incluir os documentos na tua resposta.
- A questão em discussão afeta uma grande parte da sociedade ou apenas uma minoria?
- Quais as consequências para as pessoas que são afetadas?

Grupo II



Doc. E - A monarquia absoluta de direito divino.

Fonte: Rosas et al., Entre Tempos 11.º ano - História A - Parte 1, Porto Editora, p. 26.

Homem, és tu capaz de seres justo? É uma mulher que te põe esta questão; não lhe tirarás esse direito. Diz-me? Quem te deu o império soberano de oprimir o meu sexo? A tua força? Os teus talentos?

Observa o Criador na sua sabedoria: percorre a Natureza em toda a sua grandeza, da qual pareces querer aproximar-te, e dá-me, se ouso, exemplo deste império tirânico. [...]

Próximo - As mães, as filhas, as irmãs, como representantes da Nação, pedem para ser constituídas em Assembleia Nacional. [...] Em consequência, o sexo, que é superior em beleza e em coragem nos sofrimentos maternais, reconhece e declara, na presença e sob os auspícios dos Ser Supremo, os seguintes Direitos da Mulher e da Cidadã.

Art. 1.º - A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum. [...]

Art. 6.º - A lei deve ser a expressão da vontade geral; todos as cidadãs e os cidadãos devem contribuir pessoalmente ou através dos seus representantes para a sua formação [...].

Art. 13.º - Para a manutenção da força pública e para as despesas da administração, as contribuições da mulher e do homem são iguais; ela participa em todas as corveias, em todas as tarefas dolorosas; ela deve, portanto, participar na distribuição de lucros, de emprego, de cargos, de dignidades e de bens.

Doc.C - Olympe de Gouges, *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, 1791.

De uma forma geral, as mulheres são pouco capazes de elevadas concepções e de meditações sérias; e se, nos antigos povos, a sua timidez natural e o pudor não lhes permitiam aparecer fora do quadro familiar, queires que, na República Francesa, elas possam chegar à barra dos tribunais, às tribunas, às assembleias políticas, abandonando o recato, fonte de todas as virtudes do seu sexo, e os cuidados à família? Elas dispõem de um outro meio para prestarem serviços à Pátria: podem iluminar os seus esposos, comunicar-lhes reflexões preciosas, transmitir-lhes calma, fortificar neles o amor da pátria, servindo-se de todos os meios que o amor privado põe à sua disposição; e o homem, esclarecido por discussões tranquilas no seu lar, levará para a sociedade as ideias úteis que uma mulher honesta lhe fornecer. cremos, por isso, que uma mulher não deve sair do âmbito da família para se imiscuir nos assuntos do governo. Há um outro apontamento pelo qual as associações de mulheres parecem perigosas. Se considerarmos que a educação política dos homens está na sua aurora, que todos os princípios ainda não se desenvolveram e que nós balbuciamos ainda a palavra liberdade, as mulheres, cuja educação moral é praticamente nula, apresentam-se pouco esclarecidas. [...]

Doc.D - Parecer do representante Jean-Baptiste Amar, levado à Convenção Nacional em outubro de 1793.



Doc. F - Constituição Francesa de 1791.

Fonte: Rosas et al., Entre Tempos 11.º ano - História A - Parte 2, Porto Editora, 2022, p. 24.

1. Quais as mudanças que consegues assinalar através dos dois esquemas apresentados?

Grupo III

A Liberdade é o direito de qualquer homem estar apenas submetido à lei, o direito de não ser preso, julgado, morto ou de qualquer outro modo molestado por capricho de um, ou vários indivíduos. É o direito de cada um exprimir a sua própria opinião, de escolher a sua atividade profissional e de a exercer; de dispor dos seus bens; de se deslocar sem pedir autorização ou dar conta dos seus movimentos. É, para cada um, o direito de se reunir com outros indivíduos, seja para discutir opiniões, seja para professar um culto, seja simplesmente para passar os seus dias e horas. É, finalmente, o direito que todos temos de influenciar a administração do Estado, quer pela nomeação de todos os de alguns funcionários, quer representando a nação, quer pelos conselhos, exigências e petições que as autoridades terão obrigatoriamente de levar em conta, em maior ou menor grau.

Doc. G - Benjamin Constant, *A Liberdade dos Antigos comparada à dos modernos*, 1819.

1. Identifica os ideais liberais presentes no doc. G.

Artigo 10.º

(Sufrágio universal e partidos políticos)

1. O povo exerce o poder político através do sufrágio universal, igual, directo, secreto, periódico, do referendo e das demais formas previstas na Constituição.

Artigo 13.º

Princípio da igualdade

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 37.º

(Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.
2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

Artigo 41.º

(Liberdade de consciência, de religião e de culto)

1. A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.
2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa. (...)
4. As igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na organização e no exercício das suas funções e do culto.

Artigo 49.º

(Direito de sufrágio)

1. Têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas incapacidades previstas na lei geral.
2. O exercício do direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico.

Artigo 50.º

(Direito de acesso a cargos públicos)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, a cargos públicos.
2. Ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de cargos públicos.

Artigo 62.º

(Direito de propriedade privada)

1. A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição.

Artigo 109.º

(Participação política dos cidadãos)

A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.

Doc. II - Constituição da República Portuguesa, 1976.

Fonte: Constituição da República Portuguesa, 9.ª edição, Almedina, 2022.

2. A cada um dos ideais que identificaste na pergunta 1 faz corresponder um artigo da constituição da república portuguesa presente no doc. H, sempre que possível.

3. Qual a diferença entre o tipo de sufrágio proposto no doc. B e no doc. H pelo qual nos regemos atualmente?

Grupo IV

1. Pensas que aprender sobre a história da cidadania:

a) Não é importante.

b) É importante porque nos ajuda a ter uma melhor compreensão do passado.

c) É importante porque nos ajuda a ter uma melhor compreensão do passado e do presente.

2. Avalia de que forma aprender sobre a história da cidadania tem (ou deveria ter) implicações na forma como a exercemos na atualidade.

Apêndice 5 – Respostas à 2.ª questão do Grupo IV da ficha “Cidadania ao longo dos tempos” da turma Y e da turma Z

11.º Y - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos"	
Grupo IV - 2.ª Questão - Avalia de que forma aprender sobre a história da cidadania tem (ou deveria ter) implicações na forma como a exercemos na atualidade.	
1E	A forma em que aprender sobre a história da cidadania tem implicação na forma como a exercemos na atualidade muito positiva, hoje aprendendo com os erros do passado vamos evitar que tais aconteçam novamente tais como: a escravidão. Também as Mulheres passaram por várias coisas, foram vistas como objetos e até mesmo como donas de casa e se os maridos eram donos delas porque nessa altura acontecia atualmente é impensável ... por fim um dos acontecimentos históricos em que podemos aprender mais é com a tortura algo que era considerado normal a ter até ser abolido, depois podia se torturar algum inocente.
2E	Aprender sobre a história da cidadania possui implicações sobre a forma como exercemos na atualidade, pois com o que aprendemos podemos sempre evitar com que certos acontecimentos do passado se voltem a repetir, assim, estudando e participando na sociedade como cidadãos e cumprindo os nossos deveres e garantindo os nossos direitos, contribuindo para uma sociedade democrática e uma transformação social.
3E	Aprender sobre a história da cidadania deveria ter mais implicação na forma como existimos na atualidade. O conceito de cidadania remete à organização política e social das cidades. Designa os direitos e responsabilidades de cada cidadão e por esta designação é que acho que todos nós deveríamos estudar ou ter interesse em saber algumas coisas importantes como por exemplo, o facto de muitas pessoas terem lutado por estes direitos (igualdade perante a lei, poderem votar, etc) e atualmente algumas pessoas não voltam, não exercem os direitos que muita gente no passado lutou para ter e considero uma falta de respeito perante as pessoas que tiveram anos a lutar por aquilo que temos hoje. Muitas pessoas não conhecem os seus direitos e isso é considerado muito grave, pois é através da cidadania que conseguimos assegurar os nossos direitos como cidadãos, direitos políticos e sociais. A importância da cidadania está no facto de esta assegurar então as liberdades e garantias individuais básicas que um indivíduo necessita para manter-se ativo na sociedade e ter “voz” no mundo político como por exemplo o direito a voto.
4E	Toda a gente deveria ser um bom cidadão, e o que é isso ser um bom cidadão? A meu ver, saber seguir as leis de uma forma correta e também ter compaixão pelos outros, é assim que se consegue viver em sociedade de uma forma civilizada. Infelizmente existem fatores, como racismo, xenofobia, preconceito, homofobia que não permitem termos todos paz. Estes comportamentos não deveriam existir e é por isso que deveríamos ensinar às novas gerações que é errado. Logo eu acho que a cidadania como disciplina na escola é muito importante para as crianças saberem como se comportar no presente e serem bons cidadãos no futuro.
5E	É importante saber o nosso passado para percebermos o que mudou até agora tanto na parte política como na parte social. Os nossos antepassados passaram por muita coisa, pestes que matavam, mas diferente de agora não produziam vacinas, guerras e muito mais e é importante sabermos tudo o que passaram e dar valor a isso.
6E	Aprender sobre a história da cidadania deveria ter implicações na forma como exercemos as funções na atualidade de modo a garantir a efetividade dos elementos democráticos como a liberdade, segurança, a fraternidade, a igualdade e a liberdade de expressão. Se assim fosse, creio que teríamos uma sociedade melhor.
	Aprender sobre a história da cidadania é muito importante e por isso possui implicações na forma como a exercemos na atualidade. Acredito que aprendemos mais sobre o que aconteceu no

7E	passado potencia o desenvolvimento de competências que são consideradas importantes no mundo atual. Sendo uma delas a capacidade de refletir sobre o que foi feito anteriormente, analisando e respeitando a informação e as evidências. Como vivemos numa sociedade que exige cada vez mais uma aprendizagem ao longo da vida, assim, os conhecimentos que a história nos proporciona são fundamentais porque nos ajudam a lidar com informação de uma forma crítica, vendo que está certo ou errado e se vale a pena repetir os erros cometidos no passado. A história deve servir como instrumento de consciencialização para que possamos aprender com aqueles que viveram antes de nós, e assim temos a tarefa de construir um mundo melhor e tentar ter uma sociedade minimamente justa.
8E	É importante aprender sobre a história da cidadania porque nos ajuda a obter uma melhor compreensão do passado e do presente.
9E	Ao aprender a história da cidadania, deveríamos entender as consequências e não repetir os erros do passado, o que em certos países, não acontece isso, como na Rússia e alguns da Ásia Na Europa do leste. Com a história, aprendemos o tipo de pessoas e povos que sofreram horrores nas mãos dos menos intelectuais. Hoje, eu sei como chegámos às leis políticas atuais e compreendo que não se deve voltar atrás após tanta luta. Ainda aprendo e lembro-me do passado, percebo que certas pessoas já passaram por pior do que eu estando nas mesmas circunstâncias. Por fim, acho importante estudarmos e compreendermos o passado para não voltar a repetir.
10E	Estudar e aprender sobre a história da cidadania é importante para compreender o passado e o futuro da humanidade. Por exemplo, precisamos aprender sobre as causas e consequências das guerras, para entender que há outras maneiras de Tomar decisões políticas sem prejudicar a população.
11E	Aprender a história da cidadania tem grande importância, porque todo o conhecimento que temos nos dias de hoje, vem do conhecimento que tinham no passado, tanto político, como pessoal. Assim, na atualidade podemos aprimorar o conhecimento em que nos foi dado no passado para podermos aplicar da melhor forma na atualidade, compreender os impactos que causarão na sociedade e além disso é possível valorizar os direitos que atualmente temos depois de tudo que antigamente lutavam para ter.
12E	Ao aprender a história da cidadania, conseguimos entender a importância que tem o voto, que muitas vezes hoje em dia é ignorado, e conseguimos ver isso em eleições no nosso país, onde a abstenção de votos a ultrapassou os 50%. Também é estudar que aprendemos os outros direitos que hoje em dia temos e parecem normais, mas antigamente não existiam, como a igualdade perante a lei, de liberdade religiosa, liberdade de expressão e até a participação feminina na administração do país. Tudo isto deve-se imenso aos ideais iluministas, que foram muito importantes para o desenvolvimento que hoje entendemos por cidadania.
13E	Aprender sobre a história da cidadania tem a sua importância pois para não voltarmos a cometer os mesmos erros do passado e evitar que certos acontecimentos se voltem a repetir. Com este estudo temos mais consciência como podemos participar na sociedade, como cumprir os nossos deveres e saber os nossos direitos como cidadãos.
14E	Aprender sobre a história da cidadania tem implicações na forma como a exercemos na atualidade uma vez que através dela conseguimos perceber o nosso dever como cidadãos e o papel importante que podemos desempenhar enquanto sociedade. Nós temos direitos que outras pessoas lutaram para alcançar e por isso devemos honrar a luta que essas mesmas pessoas enfrentaram e acho que termos percepção dessas dificuldades é importante para que todos façam aquilo que é necessário para de alguma forma termos controlo sobre o governo que se vai encarregar do nosso país. Afinal temos voz e poder de decisão por que não usá-los a nosso favor tal como os nossos antepassados tanto queriam fazer.
	Aprender sobre a história da cidadania tem as suas devidas vantagens que acabam por implicar na

15E	forma como exercemos hoje em dia. Uma grande vantagem, na minha opinião, o facto que facilita e ajuda a valorizarmos o que temos hoje em dia, a começar pelos direitos e condições de vida. hoje em dia é fácil reclamar do que temos e o que não temos, o mais difícil é aceitar que temos sorte na nossa geração ter passado por tais dificuldades, é fácil reclamarmos de barriga cheia, pois a parte mais difícil já foi feita e não por nós. Obviamente toda a gente deve lutar pelos seus direitos, mas não se deve esquecer de como chegamos aqui e o que isso custou ao nosso povo e país, seria simplesmente ingrato ignorante. Da mesma forma que devemos agradecer, também podemos olhar para trás e não cometer os mesmos erros, da mesma forma que aconteceu fica de aviso para o mesmo não se repetir, essa é a melhor forma de garantirmos que estamos a progredir positivamente, às vezes o resultado pode não ter sido bom tendo em conta o preço, mas aí está vantagem de aprendermos com os erros dos outros (e os nossos) isso faz as pessoas que somos hoje.
16E	Qualquer pessoa que tenha um cargo político deve ter conhecimento sobre a realidade política do passado, assim podem saber os erros que foram cometidos no passado, compreender os impactos que causara na sociedade e trabalhar para evitar a repetição destes mesmos erros, além disso é possível valorizar os direitos, que atualmente dispomos e compreender a luta para os conquistar.
17E	Aprender a história da cidadania deveria ter um poder maior, pois, sem saber o que aconteceu durante a história em geral, corremos um risco de cometer os mesmos erros. As pessoas de hoje ainda acreditam que a história em geral fica somente nos museus e no passado o que é um ponto de vista errado visto que, a história é uma ciência e ao ser uma ciência ela estuda, analisa e aplica. Ou seja, para entendermos o quão valioso é termos os nossos direitos que atualmente gozamos, temos de olhar para o passado e ver quão ruim seria se vivíssemos em uma sociedade medieval por exemplo ou seja, sem direitos humanos, sem direitos naturais e sem liberdade.

Tabela 1 - 11.º Y - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos" Grupo IV - 2.ª Questão

11.º Z - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos"	
Grupo IV - 2.ª Questão - Avalia de que forma aprender sobre a história da cidadania tem (ou deveria ter) implicações na forma como a exercemos na atualidade.	
1F	Acabamos por saber quais eram os direitos das pessoas no passado, como eram tratados, até que ponto podiam “exigir” os seus direitos. E hoje conseguimos ver que têm mais direitos que antigamente, e como devem contribuir para uma nova cidadania.
2F	Aprender sobre a história da cidadania atualmente ajuda a perceber de que forma e o quanto os nossos antepassados lutaram para ter a sua liberdade e isso nos ensina a valorizar o que temos hoje em dia, o direito de ser livre, fazer as nossas próprias escolhas, estudar aquilo que gostamos de estudar, apreciarmos aquilo que gostamos de apreciar, fazermos aquilo que gostamos de fazer, sem violar a liberdade do outro e de gostar daquilo que gostamos.
3F	O passado serve para nos ensinar como devemos agir agora, e para mim a cidadania e seu contexto histórico é relevante pois faz os alunos se interessarem por votar e ser melhor cidadão. Eu acho necessário saber como nasceu a cidadania e como ela está hoje e porquê. Trazer isso à história realmente gratificante e acho ótimo.
4F	Aprender sobre a história da cidadania pode ter implicações significativas na forma como a exercemos na atualidade, uma vez que nos ajuda a entender como os direitos e responsabilidades dos cidadãos se transformaram ao longo dos tempos. Acho importante analisar e refletir como tudo começou, evoluiu e estagnou. Ao longo dos séculos, houve muitas lutas para ampliar conceito de cidadania e estender os seus direitos a grupos anteriormente excluídos, como as mulheres, escravos e povos indígenas. Ao entender essas batalhas, podemos reconhecer as lutas que ainda precisam ser travadas. Além disso aprender sobre a história da cidadania pode ajudar-nos a entender as nossas responsabilidades como cidadãos, como o dever de votar, por exemplo.
5F	Penso que aprender sobre a história da cidadania ajuda-nos a compreender melhor o passado para que possamos ter uma visão mais ampla do presente e também construir um futuro mais correto. Ao estudarmos a história, temos quase obrigatoriamente de estudar o tópico da cidadania já que este está presente de diferentes formas ao longo dos diversos períodos históricos. É importante, por exemplo, a meu ver, conhecer sem censura as épocas passadas para perceber os erros e não voltar a repeti-los. Penso que devemos refletir e absorver os bons princípios para procurar sempre a evolução. Em suma, é essencial aprender sobre a história da cidadania para podermos melhorar a forma como a exercemos nos tempos de hoje.
6F	É importante compreender de que forma as pessoas combatiam o regime opressor e arcaico do passado, apresentando novas ideias com o objetivo de se sobrepor, de forma que melhorar a qualidade de vida dos cidadãos deixando claro os seus direitos e deveres. Hoje, nos dias atuais, temos uma herança daquilo que nossos antepassados lutaram, sem os seus esforços, vontade de mudar evoluir não teríamos a liberdade como a conhecemos.
7F	Compreender o passado é fundamental para compreender o presente, e pode-se até dizer o futuro. Ao estudar o caminho que a humanidade percorreu até chegar onde está hoje, entendemos não só as questões da época, mas também o que nos faz estar no lugar em que estamos atualmente. Perceber que as coisas nem sempre foram do jeito que são hoje, e entender como elas mudaram é entender o nosso poder como povo e como cidadãos, por isso a importância de aprender a história da cidadania.
8F	Aprender sobre a história da cidadania deveria nos fazer refletir sobre o passado e como estamos no presente, fazendo uma comparação para percebermos o que mudou e o que se manteve até hoje, podemos também entender e analisar os acontecimentos do passado tendo em conta o tempo e condições da época e colocar a nossa pessoa nesses acontecimentos para compreendermos melhor a mentalidade das pessoas do passado, fazendo com que evitemos cometer erros que já foram cometidos evitar desigualdades e injustiças que caracterizaram o

	passado da humanidade, apesar de em alguns casos ainda existirem. Então com isso falar sobre a história tem importância para a formação de alunos e cidadãos respeitadores e defensores dos direitos humanos nos tempos atuais em que vivemos.
9F	Aprender sobre a história da cidadania tem implicações na forma como existimos na atualidade, porque devido ao nosso passado foi construída a cidadania. hoje em dia aquilo que tirava os direitos dos homens, tornou-se lei e conceitos importantíssimos de cidadania.
10F	Aprender sobre a história da cidadania é importante na forma como exercemos a cidadania na atualidade. A história ajuda-nos a compreender como as ideias cidadania eram e como evoluíram ao longo do tempo.
11F	Eu acho que aprender história é bastante importante, pois podemos nos guiar pelo nosso passado, e não fazer igual no futuro. Ao estudarmos história, percebemos bastantes coisas dos nossos antepassados, e assim então podemos fazer tudo diferente.
12F	Aprender sobre os direitos e responsabilidades dos cidadãos ao longo da história, como esses direitos foram conquistados e quais foram as lutas que ajudaram a ampliar e proteger esses direitos pode-nos ajudar a entender a importância do voto e da participação cívica. Ao conhecer a história da cidadania, podemos ver exemplos de lutas bem-sucedidas que defendem as liberdades e os direitos humanos, e que nos motiva a participar mais ativamente na vida pública. Ao aprendermos sobre a luta e conquistas podemos entender as desigualdades que ainda existem na nossa sociedade. Em resumo, aprender sobre a história da cidadania pode nos levar sermos conscientes dos nossos direitos e responsabilidades como cidadãos, tendo como exemplos passados de lutas e conflitos. As desigualdades presentes em nossa sociedade nos motiva a agir de forma efetiva, promovendo mudanças positivas.
13F	Acredito que aprender a história da cidadania nos ajuda a evoluir cada dia mais enquanto pessoas e sociedade. Em relação aos direitos das mulheres ao que temos um longo percurso pela frente, mas acredito que no futuro podemos estar com uma mentalidade completamente diferente. Além do direito das mulheres, penso que enquanto sociedade deveríamos preocupar com outros problemas igualmente importantes tais como racismo, a exploração infantil e até temas que supostamente “morreram” com o tempo como o caso da escravidão que ainda existe no mundo de hoje.

Tabela 2 - 11.º Z - Ficha de trabalho "Cidadania ao longo dos tempos" Grupo IV - 2.ª Questão.

Apêndice 6 – Plano da aula “A abolição da escravidão”

Tema: O legado do liberalismo na segunda metade do século XIX.			Tempo: 100 min.	
Subtema: O Estado como garante da ordem liberal.				
Aprendizagens essenciais: Problematicar a abolição da escravatura, na Europa e em Portugal.			Conceitos: Escravidura Tráfico Negro	
Situação problema: "Aqueles que negam a liberdade aos outros, não a merecem para si próprios." - Abraham Lincoln (1809-1861).				
Sumário: Os caminhos para a abolição da escravatura.				
Questões orientadoras:				
- Quais as contradições presentes nos regimes liberais do século XIX? - Quais os fatores que levaram à abolição da escravatura? - Quais as principais etapas para a abolição da escravatura nos EUA e na Europa?				
Conteúdos	Indicadores de aprendizagem	Estratégias de avaliação	Duração	
1. A ideologia do liberalismo defendia claramente a igualdade e a liberdade dos homens, ideais presentes tanto na revolução americana, como na francesa, herdados dos princípios iluministas. No entanto, esses ideais de alguma forma pareciam não abranger uma grande parte da população, nomeadamente, negros e índios. Durante décadas o liberalismo coexistiu lado a lado com a escravatura, uma prática que ia evidentemente contra os princípios que os liberais alegavam defender, nomeadamente os princípios de igualdade e liberdade. As condições em que os escravos viviam eram desumanas, os mesmos eram tratados como propriedade e não como pessoas. A justificação desta prática também se baseava em motivações económicas, a mão-de-obra utilizada nas colónias era barata e aplicada a produtos altamente rentáveis como cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, café, exploração mineira, entre outros. O lucro obtido quer pela exploração da mão de obra escrava, quer pelo tráfico dos próprios escravos desencorajavam muitos de apoiarem a abolição desta prática. No entanto, no séc. XIX esta questão torna-se central e divide a opinião pública.	1. Explicar as contradições presentes nos regimes liberais do século XIX.	Motivação – Vídeo sobre a história dos direitos humanos, desde a Antiguidade até à atualidade. Durante o mesmo os alunos devem estar atentos para responder a três questões apresentadas previamente. Análise detalhada do vídeo com os alunos e resposta às questões. 1.1 – Análise de dois pequenos excertos de John Locke e Louis Jaucourt, através dos quais os alunos devem relembrar os princípios iluministas difundidos no século XVIII. Devem também fazer a ligação entre os ideais iluministas e os ideais liberais, nomeadamente os ideais de liberdade e igualdade. 1.2 – A análise do doc. "As contradições liberais", através desta análise os alunos conseguem perceber que a escravatura vai contra os ideais de igualdade e liberdade defendidos pelo liberalismo, existindo, portanto, uma contradição. 1.3 – Análise do doc. "Gravura que representa o momento em que os escravos são marcados". Construção com os alunos da definição do conceito de escravatura recorrendo aos seus conhecimentos prévios e ao documento apresentado. 1.4 – Análise do mapa "O tráfico de escravos 1501-1867" (p.112). Neste mapa os alunos podem observar o intenso comércio de escravos entre África e o continente americano, sobretudo para o Brasil. Relembrar os alunos que o trabalho escravo era muito	10 min. 2 min. 5 min. 5 min. 10 min.	
	2. Foram vários os fatores que contribuíram para a abolição da escravatura, como a defesa dos princípios iluministas e dos ideais liberais. O aparecimento de várias associações abolicionistas que denunciavam as práticas escravagistas, também foi determinante. O facto de serem publicadas várias biografias de escravos que tinham sido libertados que expunham a brutalidade das duras condições de vida, também contribuiu para sensibilizar a opinião pública. Muitas vezes, estas mesmas associações ou publicações contra a escravatura partiam de antigos escravos que se juntaram à luta pela abolição. Para além destas publicações, a própria imprensa chegou a publicar várias notícias relativas ao tráfico negro que chocaram e dividiram a opinião pública. Os próprios escravos não ficaram indiferentes e muitos se revoltaram. O caso mais notório foi a revolta dos escravos em São Domingos, numa ilha que era uma colónia francesa e de extrema importância económica para a metrópole. Esta revolta de escravos foi a única que levou à independência de um povo e à formação do atual Haiti, a segunda república a nascer nas Américas. Por fim, com o avanço da industrialização a escravatura acaba por perder parte do seu atrativo económico, pois era considerada um entrave ao trabalho livre, que por sua vez, era necessário à Revolução Industrial e à generalização do liberalismo económico.	2. Descrever os vários fatores que contribuíram para a abolição da escravatura.	utilizado na América para o cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, café entre outros.	
			2.1 – Análise do doc. "O caso do navio Zong". Com esta análise os alunos podem perceber claramente que os escravos eram tratados de forma desumana e que essa informação estava a chocar a sociedade oitocentista.	5 min.
			2.2 – Análise do doc. "Leilão de escravos na América, 1830.". Esta análise complementa o documento anterior, realçando a forma como uma grande parte da sociedade da época via os escravos como mercadoria e não como seres humanos.	2 min.
2.3 – Análise do doc. "As condições de vida dos escravos." A análise desta autobiografia mostra aos alunos as duras condições de vida dos escravos e a forma como muitos dos que conseguiram escapar dessa condição partilhavam as suas histórias chocando a sociedade oitocentista e reunindo algum apoio para a abolição da escravatura.			10 min.	
2.4 – Análise do doc. "Batalha em San Domingo", momento expositivo onde a professora dá a conhecer aos alunos a revolta dos escravos que levou à formação do Haiti.			2 min.	
3. A abolição da escravatura foi um processo lento e controverso, marcado por várias etapas. O caso mais notório foi o dos EUA, pois a questão chegou a escalar para uma guerra civil, entre os estados escravistas do Sul, mais agrícolas e dependentes da mão-de-obra escrava, e os estados do Norte mais industrializados e a favor da abolição.	3. Identificar as principais etapas para a abolição da escravatura nos EUA e na Europa.	2.5 – Momento expositivo onde a professora dá a conhecer aos alunos algumas das sociedades e dos jornais que surgiram a favor da abolição da escravatura. Através destes dados os alunos devem ser capazes de perceber que a opinião pública foi gradualmente questionando a prática da escravatura e que no século XIX a questão da abolição foi amplamente discutida.	3 min.	
		2.6 – Resposta à segunda questão orientadora através de um quadro síntese.	5 min.	
		3.1 – Análise da cronologia "As Grandes Datas Da Abolição Da Escravidura (séculos XVIII – XIX)". Com a análise desta tabela os alunos conseguem perceber um padrão, a abolição da escravatura na metrópole e só depois nas colónias.	10 min.	
		3.2 – Análise do doc. "Decreto do Governo Provisório da II República Francesa, 27 de abril de 1848.", onde os alunos onde		

Nos restantes países europeus a abolição foi gradual e geralmente acontecia primeiro nas metrópoles e depois nas colónias. No entanto, o facto de a lei abolir a escravatura não significou que os escravos passaram automaticamente a ter os mesmos direitos que todos os outros cidadãos, o caso dos Estados Unidos, mais uma vez, é um dos exemplos. Apenas em 1869 é que o direito ao voto foi alargado independentemente da “raça, na cor ou na anterior condição de escravo”, segundo a 15.ª emenda à constituição dos Estados Unidos da América.		observar que a escravatura foi abolida por ser uma contradição aos princípios de igualdade e liberdade, tão defendidos na Revolução Francesa.	4 min.
		3.3 – Análise do doc. “A abolição da escravatura nos EUA” (p.114). Através deste mapa os alunos podem claramente observar a divisão entre os estados americanos a favor e contra a escravatura.	7 min.
		3.4 – Análise dos documentos “14.ª Emenda à Constituição Americana, 1868.” e “15.ª Emenda à Constituição Americana”, onde os alunos podem observar que mesmo depois da abolição da escravatura nem todos tiveram os seus direitos enquanto cidadãos imediatamente reconhecidos.	5 min.
		3.5 – Análise do doc. “A abolição da escravatura em Portugal” (p.114), exploração com os alunos das principais leis que contribuíram para a abolição da escravatura, primeiro na metrópole e depois nas colónias.	5 min.
		4. Discussão com os alunos sobre a escravatura na atualidade, retorno ao vídeo que serviu como motivação.	10 min.
		4.1 – Doc. “Declaração dos Direitos Humanos”, nomeadamente os que proíbem a escravatura. 4.2 – Mapa “A escravatura hoje” que mostra a distribuição da escravatura no mundo atual.	

Apêndice 7 – Apresentação dos pontos chave da aula “A abolição da escravidura”

Sobre o vídeo ...?

- O que são direitos humanos?
- Quais os momentos históricos que contribuíram para a sua formação?
- Que pessoas são mencionadas?



Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948.

(artigos)

ARTIGO 1.º	ARTIGO 2.º	ARTIGO 3.º	ARTIGO 4.º	ARTIGO 5.º
Direito à igualdade	Direito a não ser vítima de discriminação	Direito à vida, à liberdade e à segurança	Liberdade de consciência	Liberdade de opinião e expressão
ARTIGO 6.º	ARTIGO 7.º	ARTIGO 8.º	ARTIGO 9.º	ARTIGO 10.º
Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica	Direito à igualdade perante a lei	Direito a um julgamento justo e público	Direito a não ser submetido a penas degradantes	Direito a um julgamento justo
ARTIGO 11.º	ARTIGO 12.º	ARTIGO 13.º	ARTIGO 14.º	ARTIGO 15.º
Direito a um julgamento justo e público	Liberdade de movimento	Direito de asilo	Direito a não ser submetido a penas degradantes	Direito a um julgamento justo
ARTIGO 16.º	ARTIGO 17.º	ARTIGO 18.º	ARTIGO 19.º	ARTIGO 20.º
Direito a casar e a fundar uma família	Direito à propriedade	Liberdade de pensamento, consciência e religião	Liberdade de opinião e expressão	Liberdade de reunião e de associação
ARTIGO 21.º	ARTIGO 22.º	ARTIGO 23.º	ARTIGO 24.º	ARTIGO 25.º
Direito a participar no governo e a ser eleito	Direito a uma ordem jurídica	Direito ao trabalho, ao descanso e a uma justa remuneração	Direito ao descanso e ao lazer	Direito a um nível adequado de vida
ARTIGO 26.º	ARTIGO 27.º	ARTIGO 28.º	ARTIGO 29.º	ARTIGO 30.º
Direito à educação	Direito a uma ordem jurídica	Direito a uma ordem jurídica	Limitações dos direitos	Limitações dos direitos

Estados Unidos da América

Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas à sua jurisdição, são cidadãos dos Estados Unidos e do Estado em que residem.

Nenhum cidadão poderá ser privado do direito de voto pela União ou por qualquer Estado com fundamento na raça, na cor ou na anterior condição de escravo.

Decl. – 14.ª Emenda à Constituição Americana, 1868.
Fonte: K. H. Coates, *Documents of American History*

Decl. – A proclamação de 27 de fevereiro de 1862.
Fonte: 15.ª Emenda à Constituição Americana em K. H. Coates, *Documents of American History*

E hoje? Ainda existe escravidura?

1865 2023

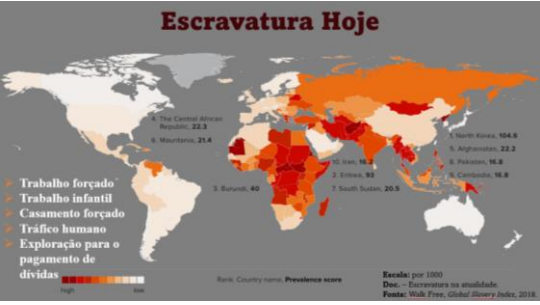


Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 1.º
Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 4.º
Ninguém será mantido em escravidura ou em servidão; a escravidura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Decl. ONU Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.
Fonte: Centro dos Direitos Humanos das Nações Unidas, publicação OHP/19/48



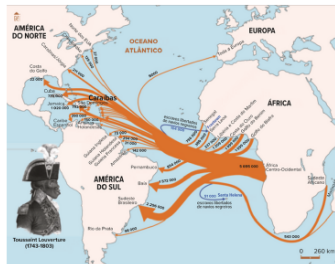
Apêndice 8 – Ficha de trabalho “A escravatura ao longo dos tempos”

A escravatura ao longo dos tempos

Nome: _____ Turma: ____ n.º: ____

1. Atenta os documentos dos grupos I e II.

Grupo I



Doc. A - O tráfico de
escravos (1501 - 1867).
Fonte: Rosas, et al., Entre
Tempos - 11.º ano - 2.ª
Parte, p. 112. Porto Editora

Em nome do povo francês, o Governo Provisório, considerando que a escravidão é um atentado contra a dignidade humana; que, destruindo o livre arbítrio do Homem, ela suprime o princípio natural do direito e do dever; que ela é uma violação flagrante do dogma republicano: Liberdade, Igualdade, Fraternidade; [...] decreta:

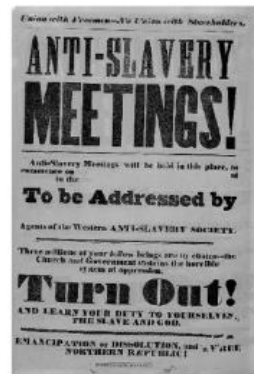
Art.º 1.º – A escravidão será inteiramente abolida em todas as colónias e possessões francesas. [...] serão proibidos todo o castigo corporal, toda a venda de pessoas não livres. [...]

Doc. B - Decreto do Governo Provisório da II República Francesa, 27 de abril de 1848.
Fonte: Couto & Rosas, O Tempo da História - 11.º ano - 2.ª Parte, p. 143. Porto Editora

1



Doc. C - Guerra Secessão
nos EUA (1861 - 1865).
Fonte: Rosas, et al., Entre
Tempos - 11.º ano - 2.ª
Parte, p. 114. Porto Editora.



Doc. D- Anúncio de um encontro contra a escravidão a ser realizado nos Estados Unidos da América. Publicado em Salem, Ohio em 1850.

Fonte: Biblioteca do Congresso, Coleção Ephemera. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/rpoe.13700400/>

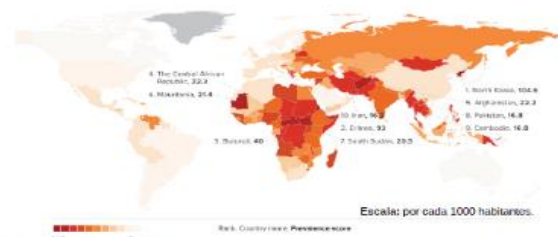
2



Doc. E - Panfleto a publicitar um leilão de escravos. Anuncia a venda de 18 escravos do Alabama, no Hotel de S. Luís a 25 de março de 1858. Apresenta uma lista de nomes e funções dos escravos a ser vendidos, bem como as condições de venda.

Fonte: Coleção de Smithsonian, Museu Nacional de História e Cultura Africana-Americana. Disponível em: https://nmaahc.si.edu/object/nmaahc_2011.155.305

Grupo II



Doc. F - Escravidão na atualidade.
Fonte: Walk Free, Global Slavery Index, 2018.



Fonte: Organização Internacional do trabalho, 2014. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/statistics/lang-en/index.htm>

3

4

2. Regista na tabela apresentada as diferenças entre as circunstâncias da escravatura nos séculos XVIII e XIX e as circunstâncias da escravatura na atualidade.

Dimensões	Escravatura século XVIII	Escravatura na atualidade
Geografia		
Aceitação Social		
Motivações		

3. Tendo em conta todos os documentos apresentados no Grupo I, elabora um texto onde abordes os seguintes tópicos:

- as duas perspetivas sobre a escravatura representadas nos documentos D e E;
- o contexto histórico dos documentos;
- de que forma é que esse contexto contribuiu (ou não) para a abolição da escravatura;
- as mudanças que trouxeram as leis como a que está expressa no documento B;
- quantas pessoas foram afetadas por essas mudanças e de que forma.

5

4. Preenche a tabela conforme a tua opinião.

Consideras importante...	Nada importante	Pouco importante	Mediana	Importante	Muito importante
a escravatura ser um tema abordado nas aulas de história?					
conhecer a forma como os escravos eram tratados?					
perceber que a escravatura já foi uma prática aceite pela esmagadora maioria da sociedade?					
refletirmos sobre a história da escravatura?					
ler e discutir os testemunhos das pessoas que viveram como escravos e dos que lutaram para que a escravatura fosse abolida?					

5. Comenta o nível de aceitação social da escravatura na época estudada e na atualidade.

6

Apêndice 9 – Respostas à 4.ª questão da ficha de trabalho “A escravatura ao longo dos tempos” da turma Y e da turma Z

11.º Y - 4.ª Questão da ficha “A escravatura ao longo dos tempos”					
Consideras importante...	1	2	3	4	5
a escravatura ser um tema abordado nas aulas de história?				1	22
conhecer a forma como os escravos eram tratados?				2	21
perceber que a escravatura já foi uma prática aceite pela esmagadora maioria da sociedade?				5	18
refletirmos sobre a história da escravatura?				1	22
ler e discutir os testemunhos das pessoas que viveram como escravas e dos que lutaram para que a escravatura fosse abolida?				3	20

Tabela 3 - 11.º Y - Ficha “A escravatura ao longo dos tempos” Grupo II - 4.ª Questão

11.º Z - 4.ª Questão da ficha “A escravatura ao longo dos tempos”					
Consideras importante...	1	2	3	4	5
a escravatura ser um tema abordado nas aulas de história?				3	22
conhecer a forma como os escravos eram tratados?				6	19
perceber que a escravatura já foi uma prática aceite pela esmagadora maioria da sociedade?				4	21
Refletirmos sobre a história da escravatura?				3	22
ler e discutir os testemunhos das pessoas que viveram como escravas e dos que lutaram para que a escravatura fosse abolida?				1	24

Tabela 4 - 11.º Z - Ficha “A escravatura ao longo dos tempos” Grupo II - 4.ª Questão.

Legenda das tabelas:

1 - Nada importante.

2 - Pouco importante.

3 - Mediana.

4 - Importante.

5 - Muito importante.

Apêndice 10 - Respostas à 5.ª questão da ficha de trabalho “A escravidão ao longo dos tempos” da turma Y e da turma Z

11.º Y – 5.ª Questão da ficha “Escravidão ao longo dos tempos” - Comenta o nível de aceitação social da escravidão na época estudada e na atualidade.		
1E	o nível da aceitação social da escravidão na época estudada e na atualidade é bastante diferente pois antigamente a escravidão era uma coisa normal do quotidiano e era uma demonstração de luxo. Enquanto agora a escravidão existe na mesma, mas não está tão visível aos nossos olhos como antigamente.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
2E	na época estudada o nível da aceitação social da escravidão era alto, sendo normalizado a forma como tratavam-nos, como os castigos corporais por exemplo. Já na atualidade este nível de aceitação social não se mantém, desde que Hoje em dia a mentalidade e o civismo do ser humano mudou muito e também foram instituídos os direitos humanos, não permitindo a tortura nenhum ser humano.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; Direitos Humanos
3E	o nível de aceitação social da escravidão na época passada e nos dias de Hoje é muito diferente. Enquanto que naquela altura esse crime, que não era considerado crime, era abertamente aceite, vendiam pessoas como se nada fosse, os usavam como uma criança usa bonecos. Hoje em dia felizmente é considerado crime, por mais que o pratiquem.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
4E	a nível de aceitação social da escravidão na época estudada era que eles aceitavam bem a escravidão e um dos motivos era porque rendia muito dinheiro. Agora na atualidade a escravidão não é aceita além de ser crime.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
5E	o nível de aceitação social da escravidão era tão normal que havia uma aceitação quase que unânime na sociedade. Apesar de nos dias de Hoje ainda que seja uma prática já não é bem vista aos olhos do cidadão, não há qualquer aceitação com o abuso de outro na atualidade.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
6E	Nos séculos XVIII e XIX é possível entender que a escravidão era vista como algo comum, já que naquele tempo tudo tinha base no poder e as mentalidades ainda eram fechadas e as pessoas não estudavam nem entendiam sobre o assunto e, muito provavelmente, até tinham medo de opinar para não serem sujeitos ao mesmo ou pior, como tortura ou até à morte. Após esses séculos e até a atualidade, com o alargamento do pensamento e do conhecimento, as pessoas começaram a perceber com errado isso era ia mudar as leis e a prática. Infelizmente, Hoje em dia, ainda há pessoas que pensam da maneira antiga mas, com o tempo, isso mudará (espero eu) é normal as pessoas não aceitarem a escravidão já que estudaram sobre e viram quantos milhares de pessoas sofreram e morreram, também por conta da tecnologia e notícias atualmente fala-se sobre tudo e as pessoas já têm uma mente mais aberta.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; media
7E	a escravidão na época estudada era vista como algo normal,	Maior aceitação

	anunciavam panfletos de venda de escravos entendesse que eles eram inferiores comparativamente ao resto da sociedade. hoje em dia existem associações governamentais como a ONU que defendem os direitos humanos. Apesar de ainda existir muito essa prática em países em desenvolvimento a polícia em outras organizações luta para acabar com as redes de tráfico de trabalho infantil.	antigamente; existe na atualidade;
8E	na época XVIII a escravatura era muito aceite devido ao facto de não existir tanto conhecimento dos direitos humanos. Quando o homem branco navegava pelo oceano, chegava a terra encontrava alguma civilização que tivesse menos conhecimento e principalmente com a cor de pele mais escura, eram os motivos suficientes para transformarem aquela civilização em produtos, escravos. Naquela altura a ciência não era muito avançada, os homens brancos achavam que os negros eram aberrações então nada era mais que certo que os brancos eram superiores e os negros inferiores. Fazendo assim com que as realezas, claro de pele branca, dos países dominantes passassem a imagem para as suas nações (dos mais ricos até aos mais pobres) que os negros simplesmente não mereciam respeito e que eram um mero produto e que não havia problema algum de massacrá-los. Na atualidade o facto de a ciência ter avançado e não só isso mas também o pensamento do Homem, foi o suficiente para os negros deixarem de ser uma mercadoria. Com o passar do tempo começaram a ganhar mais respeito e também os mesmos direitos dos homens brancos. Mas a evolução do pensamento do Homem a evolução da ciência não foi suficiente para erradicar a escravatura. Hoje em dia existe uma escravatura não tão focada nos negros mas também nas crianças. Existindo assim muita escravatura em todo o mundo e englobando todos os seres humanos.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; avanços do conhecimento científico
9E	no século XIX a escravatura e o tráfico e venda de escravos era socialmente aceite e até era uma coisa normal. Hoje em dia, apesar de ainda existir a exploração de crianças, etc. já não é bem aceite, o que é normal pois todos devíamos ter os nossos direitos garantidos, o que não acontece principalmente nos países menos desenvolvidos.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
10E	no século XVIII a escravatura era um assunto normal de se falar porque antigamente havia escravatura por todo o lado do mundo atualmente a escravatura já não é aceitável mas com isto não quer dizer que acabou mas já se tenta combater contra isso já não se ouve falar tanto disso.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
11E	até o momento da aparição do liberalismo e suas dúvidas de quem devia ser livre, a escravatura sempre foi bem aceite por todos (generalização), mas então surgiu o liberalismo que trouxe a todos a dúvida de quem devia ser livre. Essa dúvida acabou por dividir as populações em 2 partes, as que defendiam a escravatura, que acabava por ser quem lucrava com a mesma, e as pessoas que discordavam com a mesma pois achavam que toda a gente devia ser livre. Mesmo até causando guerras civis, no final acabou por ganhar quem lutava contra a escravatura. Atualmente é muito raro encontrar alguém que concorde com a escravatura, basicamente	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;

	quase ninguém, tal como é raro alguém concordar com o racismo. No final, só acaba por concordar com a escravatura quem lucra com a mesma. Pois para algumas pessoas o dinheiro é superior à vida humana.	
12E	na época estudada a prática da escravatura era amplamente pela sociedade, não havendo o reconhecimento que os eram pessoas, sendo tratados como um objeto, além disso a aplicação de castigos corporais era uma realidade vivida pelos escravos, hoje em dia a escravatura é uma prática condenada pela sociedade, bem como pelo poder judicial, apesar de grande parte do mundo não concordar com a escravatura esta ainda é praticada em alguns países.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
13E	o nível da aceitação social da escravatura na época estudada era elevado a escravatura era muito comum praticada em muitos mais territórios do que atualmente e não era vista como algo desumano, era aceitável e não era questionada sobre se era correta ou não os escravos eram vistos como mercadoria e não como humanos porém devido aos princípios iluministas e a mudança nas mentalidades a opinião pública começou a questionar sobre se era correto ou não a prática da escravatura e através dos jornais que se dedicavam exclusivamente a informar as pessoas sobre a escravatura, as manifestações e também à medida que a escravatura foi abolida em alguns países, escravos fugiram para esses e os seus testemunhos começaram a ser ouvidos contribuiu para que mais pessoas se juntassem contra a escravatura então a opinião pública conduziu os governos a abolir a escravatura até à atualidade onde esta é considerada algo desumano incorreto e proibida na maior parte do mundo continuando a ser praticada na África e Ásia mas em comparação antigamente a prática da escravatura diminuiu muito	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;

Tabela 5 - 11.º Y – 5.ª Questão da ficha “Escravatura ao longo dos tempos”.

11.º Z – 5.ª Questão da ficha “Escravidão ao longo dos tempos” - Comenta o nível de aceitação social da escravidão na época estudada e na atualidade.		
1F	Nos tempos antigos, ao nível da aceitação da escravidão era nítido o, pois, as pessoas eram (?) Facilmente e não tinham acesso à forma como os escravos eram tratados e por isso talvez o pensamento das pessoas fosse de pouca importância quando isso, já, na atualidade conseguem ter acesso através de várias formas (redes sociais) e assim a população vê com os próprios olhos o que é desumano e tenta mudar a situação.	Maior aceitação antigamente; falta de informação; desumano.
2F	a escravidão aos olhos da sociedade passou a ser mal vista e algo inaceitável diferente alguns anos atrás que era algo perfeitamente normal. Apesar de grande parte da escravidão ter sido abolida ainda existe em alguns países.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade.
3F	felizmente a escravidão é cada vez menos aceite, na época contemporânea a escravidão era habitual e normalizada apesar de ter sido abolida por muitos países. Hoje em dia ainda existe quem pratique mas são poucas as regiões e pessoas que ainda aceitam.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade.
4F	o nível de aceitação social na época estudada era grande, pois era visto como uma grande fonte de rendimento para os agricultores e numa época em que a discriminação era completamente aceite. Hoje em dia, a escravidão está banida na maior parte dos países, mas há exceções em alguns países, que utilizam a mão-de-obra barata para indústrias têxteis, por exemplo, mas no geral a escravidão não é bem aceite hoje em dia.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; interesses económicos.
5F	o nível de aceitação da escravidão na atualidade comparado com os séculos XVII e XVIII diminuiu consideravelmente em todo o lado se condena esta prática desumana principalmente nos jornais e notícias	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; desumano; media
6F	no século XVIII era vista como normal a escravização das pessoas, porém com os ideais iluministas e do liberalismo as opiniões começaram a mudar, principalmente quando os ex-escravos começaram a publicar as suas e bibliografias. Hoje em dia não é visto como comum até porque é algo nojento e vulgar fazer algo do tipo. Na atualidade não se vê quaisquer tipo de escravidão no entanto ainda há em lugares do mundo como por exemplo Ásia, União Europeia etc., claro que não tanto como antes mas tem o suficiente para nos preocupar, em minha opinião devia o mundo contribuir para uma investigação e assim acabar de vez a escravidão.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; lutar contra a escravidão; contexto histórico
7F	apesar que não parecer muito, ainda existe a escravidão, e muitas pessoas continuam a normalizar tal ato. Sabendo que nos séculos passados era exagerada e bem mais normalizada, algumas pessoas morreram para que outras pudessem ter a vida e fazer diferente no sentido de acabar com isso. Mas no ano de 2021 Em África ainda houve muita escravidão.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; dívida histórica
8F	antes das legislações da abolição da escravidão a mesma num pequeno período que se seguiu ser escravo era visto como algo normal e comum. Penso que com o passar dos anos a aceitação dessa violação dos direitos humanos foi diminuindo, e atualmente,	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; violação dos direitos

	na maior parte dos países é totalmente inaceitável. Embora ainda existam lugares no mundo em que essa realidade persiste, não são bem vistos pelo resto da população.	humanos;
9F	o nível de aceitação antes das revoluções dos escravos era forte pois as pessoas realmente pensavam que os escravos eram apenas mercadoria substituível, porém com as revoltas e a informação distribuída através das autobiografias daqueles que viveram esses horror e jornais que simpatizaram com os direitos e deveres individuais defendidos pelos liberais, houve cada vez mais aceitação a favor dos escravos tornando um pensamento comum na época. Hoje em dia ainda há escravidão especialmente nos países asiáticos, é óbvio que Hoje em dia isso não é apoiado pela população devido ao que aconteceu no passado todos sabemos que este tipo de atitude é desumana e deve ser repudiada por qualquer um.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
10F	na época estrada a escravatura era algo mais aceite do que atualmente pelas diferentes formas de pensar muitas pessoas e por motivos económicos, mas atualmente não é aceite pela mudança da perspectiva das pessoas sobre a escravatura.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; interesses económicos.
11F	consoante o estudo que fiz durante esse período de aulas, acho muito importante abordar esse tema, e que apesar de ter diminuído ainda não deixou de existir.	Existe na atualidade; tema importante de abordar;
12F	o nível de aceitação na época era maior, na atualidade é quase nulo.	Maior aceitação antigamente
13F	antigamente a escravatura era vista como se fosse normal e muitas pessoas viam isso como vantagem, muitos dessas pessoas acabavam por usar os escravos para trabalhar por eles ou até mesmo como forma de lucrar, passando à frente de uns longos e longos anos até a atualidade 2023 as pessoas veem a escravatura numa perspectiva diferente do que antigamente agora a escravatura é vista como uma coisa anormal e muitas e muitas pessoas são contra ou seja um número mais elevado de pessoas que são contra isso, praticamente o mundo todo, mas a escravidão ou escravatura ainda existe entre nós, nós não a vemos o que na minha opinião é terrível. Acho que devia existir alguma organização que lutasse contra isso.	Maior aceitação antigamente; interesses económicos;
14F	no século XIX a opinião social da escravatura era ainda bastante alta, apesar de estar a perder apoiantes, Hoje em dia já não é tão comum nos países ocidentais mas continua a existir em grandes partes do mundo e agora é um tema muito pouco abordado.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; tema pouco abordado
15F	nos séculos XVIII e XIX a escravatura era considerada normal e aceite pela maioria e na atualidade isso é uma ideia totalmente refutada por muitos, acredito que por hoje termos direito a liberdade de expressão e sendo pessoas livres podemos ir contra tal ideia, diferente do contexto histórico em que ocorreu a escravatura, pois não podiam ir contra aqueles que tinham poder e dinheiro.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;
	a aceitação social da escravatura na época estudada era muito grande, uma vez que era legal e normal negociar na compra e venda de escravos no mundo sobretudo na Europa já que esta beneficiava com este negócio dos escravos, estes sem direitos nenhuns e eram	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade; Direitos Humanos

16F	vistos e utilizados como uma mercadoria. Enquanto na atualidade a aceitação social da escravidão é muito baixa, uma vez que hoje em dia há direitos humanos universais que protegem as pessoas com leis. Na atualidade a escravidão é ilegal e não é nada normal, já que na maior parte dos países há direitos humanos e abolição da Escravidão. Mas há países sobretudo na África e na América assim como alguns países da América Latina onde existe trabalho forçado e tráfico humano. Muitas vezes os governos estão dentro deste para beneficiar e porque são muito corruptos.	
17F	até mais ou menos o século XIX a escravidão era aceita, mas, como começaram a ter revoltas de escravos no mundo inteiro, as pessoas que não eram escravas começaram a ficar irritadas com a situação que os escravos viviam. Hoje em dia a escravidão é um ato triste e desumano infelizmente ainda tem pessoas que são obrigadas a trabalhar contra a própria vontade.	Maior aceitação antigamente; existe na atualidade;

Tabela 6 – 11.º Z - 5.ª Questão da ficha “Escravidão ao longo dos tempos” - Comenta o nível de aceitação social da escravidão na época estudada e na atualidade.

Apêndice 11 – Análise das respostas à 2.ª questão do questionário

11.º Y – 2.ª Questão - Através do que aprendeste na disciplina de História compreendes melhor algumas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade? Se sim, quais?		
1E	Economia, direitos	Económicas.
2E	Sim, questão economias e sociais	Económicas; sociais.
3E	Sim, a questão das reivindicações trabalhistas que ainda existe nos dias de Hoje	Económicos.
4E	Sim, a economia e as questões sociais como o racismo	Económicas; sociais.
5E	Sim	Não específica.
6E	Sim, como por exemplo as guerras de hoje em dia que têm os mesmos princípios das do passado	Compreender acontecimentos.
7E	Sim	Não específica.
8E	Entendo melhor a política da atualidade	Políticas.
9E	Sim, como todas as crises económicas e as situações políticas do país	Económicas; políticas.
10E	Sim, a questão dos direitos humanos e sobre o direito de voto	Sociais; políticas.
11E	Sim	Não específica.
12E	Sim, percebo o que acontece ao redor do mundo por causa das políticas	Políticas.
13E	Trabalho, escravatura	Económicos; sociais.
14E	Sim	Não específica.
15E	Sim, como por exemplo a religião, os direitos humanos, a questão da escravidão, etc.	Sociais.
16E	Sim	Não específica.
17E	Sim, como a política funciona	Políticas.
18E	Sim, questões políticas e económicos	Económicas; políticas.
19E	Sim	Não específica.
20E	Sim, como a divisão do mundo, as diferentes classes e o porquê de estarmos inseridos nelas etc.	Económicas; sociais.
21E	Sim	Não específica.
22E	Sim, como por exemplo, a evolução dos direitos humanos e os direitos dos trabalhadores.	Sociais; económicas.
23E	Sim	Não específica.

Tabela 7 - 11.º Y resposta à 2.ª questão do questionário.

11.ª Z – 2.ª Questão - Através do que aprendeste na disciplina de História compreendes melhor algumas questões sociais, económicas ou políticas da atualidade? Se sim, quais?		
1F	Sim, a nossa sociedade baseia-se na luta das pessoas do passado que obtiveram uma vida mais justa.	Compreender acontecimentos.
2F	Consegui compreender perfeitamente. Consegui perceber melhor as ideologias políticas daquele tempo que hoje em dia existem, mas melhoradas e mais respeitadas. Compreendi também as sociedades de classes do sec.XIX	Políticas; sociais.
3F	Concordo melhor sobre as questões sociais e económicas	Sociais; económicas.
4F	Consigo compreender os acontecimentos e o porquê das coisas serem desta forma nos dias atuais	Compreender acontecimentos.
5F	Sim, pois graças às questões que abordamos durante as aulas de história consegui compreender melhor os acontecimentos. Muitos deles	Compreender acontecimentos.
6F	Sim, história é muito importante para saber a origem das coisas e não as repetir no futuro caso sejam más. Uma coisa que eu aprendi este ano a origem foi o comunismo.	Políticas.
7F	Sim	Não específica.
8F	Eu acho que depois de estar alguns anos a dar história apercebi-me que aprendi e comecei a compreender algumas questões sociais tais como: a igualdade de género, o direito das mulheres nos votos entre outras coisas	Sociais.
9F	Me ajudou a compreender sobre a sociedade em que vivemos e sobre o nosso dia a dia que está relacionado com questões políticas e estão relacionados com o passado	Sociais, políticas.
10F	Sim	Não específica.
11F	Economia	Económicas.
12F	Sim, como as ideologias políticas e a forma como as mesmas influenciam uma sociedade.	Políticas.
13F	De que forma os políticos trabalhavam antigamente	Políticas.
14F	Sim, entendo melhor se me colocar no lugar de quem viveu nesses tempos passados, mas às vezes tenho opiniões diferentes.	Compreender acontecimentos.
15F	Sim como por exemplo o regime político atual	Políticas.
16F	Sim, o porque de cada país ter formas de governo diferentes como por exemplo a Inglaterra e França.	Políticas.
17F	Sim, por exemplo igualmente de género, direitos humanos, interculturalidade, saúde e etc.	Sociais; políticas.
18F	Sim, O Socialismo e os Direitos Humanos	Políticas; sociais.
19F	O passado pode ajudar-nos a entender melhor as circunstâncias políticas, sociais e económicas do nosso país e do mundo. Podemos por exemplo entender questões como a causa operária e o racismo, e a evolução ao longo do tempo das mesmas. Para além disso, aprender história dá-nos uma perspetiva sobre a conjuntura política atual e ajuda-nos a formular opiniões.	Políticas; sociais.
20F	Me ajudou a compreender os erros do passado e não tentar cometer esses erros no futuro	Compreender acontecimentos.
22F	Sim, porque considero que devemos aprender com os erros do passado para não repetir no futuro.	Compreender acontecimentos.

Tabela 8 - 11.ª Z resposta à 2.ª questão do questionário.

Apêndice 12 - Análise das respostas à 7.ª questão do questionário

11.º Y - 7.ª Questão - Qual a tua opinião relativamente às fichas de trabalho sobre a cidadania e sobre a escravatura desenvolvidas nas aulas?		
1E	Bastante positivas para aprender	Positivo
2E	Gostei muito	Positivo
3E	Apesar de cansativas, me fizeram aprender e fixar melhor a matéria	Positivo; cansativas; aprendizagem
4E	Bem estruturação e apelativas	Positivo
5E	De alguma forma serviram para alguma instrução relativamente aos temas abordados durante a aula	Positivo; aprendizagem; melhor compreensão dos temas abordados
6E	Acho que foram muito importantes para aquisição de mais conhecimento e uma maior facilidade de aprender a matéria	Positivo, aprendizagem
7E	Na minha opinião, as fichas de trabalho foram muito boas para adquirirmos conhecimento de uma forma mais informal	Positivo, aprendizagem
8E	Muito essenciais para consolidar melhor a matéria	Positivo; aprendizagem
9E	Embora não tenha tirado a nota que acho que merecia, penso que de alguma forma ajuda a ter conhecimentos sobre o assunto	Positivo; melhor compreensão dos temas abordados
10E	Achei muito importante para rever a matéria	Aprendizagem
11E	Apreendi imenso	Positivo; aprendizagem
12E	Acho uma boa ideia	Positivo
13E	Ajudaram me bastante a compreender a matéria	Positivo; Aprendizagem
14E	A minha opinião é que a escravatura devia acabar	-
15E	As fichas de trabalho foram bastante úteis para revisão e consolidação da matéria, eu gostava de ter realizado mais cedo e mais vezes pois achei que melhorou bastante a minha nota.	Positivo; aprendizagem
16E	Ajudaram muito	Positivo
17E	Bastante complementares à matéria e uma ajuda para as fichas de avaliação	Positivo; aprendizagem
18E	Bastante relevante para que possamos entender melhor os problemas da nossa sociedade	Positivo; compreensão dos problemas da sociedade
19E	Que ajudaram muito a perceber melhor os temas estudados	Positivo, melhor compreensão dos temas abordados
20E	Foram muito eficazes porque fizeram com que pensássemos e por puséssemos em prática aquilo que tínhamos aprendido	Positivo; aprendizagem
21E	Achei muito importante e interessante que a professora tenha proposto	Positivo; melhor

	este tipo de atividade para podermos abordar o assunto da escravatura e cidadania	compreensão dos temas abordados
22E	Relativamente às fichas de trabalho sobre a cidadania e sobre a escravatura, acho que ajudou-me a compreender melhor o passado e os direitos destes.	Positivo; melhor compreensão do passado
23E	Acho que as fichas nos ajudaram muito para compreender a matéria	Positivo; Aprendizagem

Tabela 9 - 11.º Y resposta à 7.ª questão do questionário.

11.º Z – 7.ª Questão - Qual a tua opinião relativamente às fichas de trabalho sobre a cidadania e sobre a escravatura desenvolvidas nas aulas?

1F	As fichas foram bastante úteis para entender estas situações.	Positivo; melhor compreensão dos temas abordados
2F	Creio que foram fulcrais para aprender mais sobre os temas e ajudou nos a melhorar as nossas respostas nos testes.	Positivo; aprendizagem
3F	Eu gostei da forma que as fichas eram feitas e pensadas, pois era uma forma ativa de aprendizagem que pode ajudar muitas pessoas a aprender melhor	Positivo; aprendizagem
4F	Gostei muito, me ajudou a assimilar os conteúdos lecionados nas aulas	Positivo; aprendizagem
5F	Penso que são super relevantes para nós, pois temos outros meios para perceber o que é/era a escravatura no passado	Positivo; aprendizagem
6F	Achei que foram interessantes para entender melhor como as coisas funcionavam e como agora são totalmente diferentes, apesar de ainda existir escravatura em alguns países	Positivo;
7F	Acho que foram importantes para nos fazer ver o que aconteceu no passado e que infelizmente ainda acontece em alguns países	Positivo;
8F	Acho que foram umas fichas que me deram uma visão muito importante sobre o que acontecia no passado E acho que essas fichas são bastantes informativas	Positivo; melhor compreensão do passado
9F	Eu acho que as fichas de trabalho nos ajudam muito a compreender mais facilmente sobre a matéria	Positivo; aprendizagem
10F	Achei que as fichas foram importantes para conseguirmos compreender melhor a matéria, ajudaram nos a melhorar as notas e foram muito vantajosas na hora de estudar para o teste.	Positivo; aprendizagem
11F	que acredito que as fichas de trabalho sobre cidadania e escravatura são importantes ferramentas educacionais para ajudar os alunos a entenderem questões relevantes da nossa sociedade. Pensar criticamente sobre esses temas e aprender com a História pode nos ajudar a criar um futuro melhor para todos.	Positivo;
12F	Considero as fichas de trabalho fundamentais para aprofundar os conhecimentos, sobretudo sobre temas de extrema relevância na História.	Positivo; aprendizagem
13F	Na minha opinião, as fichas foram importantes para a compreensão dos conteúdos.	Positivo; melhor compreensão dos temas abordados
14F	Acredito que estas fichas superaram as expectativas que tinha, porque acabamos por descobrir mais sobre a escravatura que não se falava	Positivo;
15F	Na minha opinião foram uma grande ajuda ,para trabalhar os nossos conhecimentos e aplicar as aprendizagens.	Positivo; aprendizagem
16F	Acho que é muito bom pois ajuda nos a perceber sobre um tema muito sensível para a nossa história	Positivo; melhor compreensão dos temas abordados
17F	Eu nunca tinha feito algo dessa forma, achei extremamente criativo e informativo, pois faz a matéria ser mais fácil de aprender.	Positivo; aprendizagem

18F	Na minha opinião ajudaram bastante a consolidar melhor a matéria.	Positivo; aprendizagem
19F	Penso que com estas fichas consegui desenvolver mais o meu estudo e com elas também consegui aprofundar o meu conhecimento sobre o tema	Positivo; aprendizagem; melhor compreensão dos temas abordados
20F	Acho bastante importante pois aborda os relatos de outras pessoas que não estão nos livros de história	Positivo;
21F	As fichas que foram desenvolvidas ao longo das aulas ajudaram-me a ter uma ideia mais concreta em relação aos temas abordados, e ainda perceber melhor os acontecimentos do passado.	Positivo; melhor compreensão dos temas abordados; melhor compreensão do passado
22F	Na minha opinião são muito importantes uma vez que nos faz reflexionar sobre o passado e não tentar repetir esses erros	Positivo; Melhor compreensão do passado
23F	Foram bastantes importantes para mim e para o meu ensino.	Positivo; aprendizagem.

Tabela 10 - 11.º Z resposta à 7.ª questão do questionário.

Apêndice 13 – Análise das respostas à 9.ª questão do questionário

11.º Y – 9.ª Questão - Tendo em conta tudo o que aprendeste em História sentes mais vontade de intervir na sociedade em que vives? Se sim, de que forma?		
1E	Sim, defender os interesses dos meus semelhantes	Sim
2E	Sim	Sim
3E	Sim, acho que lutar pelos direitos que temos que ter é muito importante e principalmente conseguiremos estar atentos aos discursos políticos para ver se não ferem nenhum direito Básico e não cair no fanatismo.	Sim
4E	Não	Não
5E	Sim. De modo a lutar sobre a igualdade entre a sociedade e o género	Sim
6E	Sim, porque cada um de nós deve contribuir para termos uma boa sociedade.	Sim
7E	Sim, da forma mais positiva possível, para podermos ajudar em alguma situação	Sim
8E	Sim, politicamente	Sim
9E	sim, como a situação dos países ainda em desenvolvimento, que passam por situações desumanas e injustas.	Sim
10E	Em defender os direitos dos outros e a motivar as mulheres para que votem pois no passado, estas tiveram que lutar muito para ter o direito ao voto. E todos nós temos que contribuir para o bem da sociedade	Sim
11E	sim, para ajudar a melhorar a sociedade e garantir que vivemos num mundo igualitário e que ajuda sempre as pessoas	Sim
12E	sim, pois devemos todos contribuir para a sociedade	Sim
13E	sim pois é importante impormo-nos e como comunidade reivindicarmos os nossos direitos	Sim
14E	Sim porque devemos contribuir pra sociedade	Sim
15E	Acho que não é uma questão de intervir na sociedade que vivo mas sim não cometer os erros que outras pessoas cometem e ajudar as outras pessoas afetadas por certos problemas com origem histórica, se possível.	
16E	Sim, quero crescer e ajudar pessoas através de organizações governamentais	Sim
17E	Política, com a matéria que aprendemos nas aulas de história querendo ou não ficamos a perceber como nasceu a política e o seu desenvolvimento ao longo dos anos, talvez uma das melhores maneiras de intervir útilmente para a sociedade	Sim
18E	Sim, através dos conhecimentos adquiridos na disciplina de história posso ter uma melhor capacidade de debate em alguns aspectos	Sim
19E	Sim	Sim
20E	Sim, exercendo o meu direito de voto, apoiando as causas certas e pensando de uma forma crítica para que não seja influenciada por terceiros.	Sim
21E	Sim, através da conversa podemos verificar que aprendemos uns com os outros.	Sim
22E	Sim, através de partilha de opiniões e ideias podendo alterar ou fazer pensar as pessoas com ideais que possam violar direitos de certos indivíduos, como também através da participação na política.	Sim
23E	Sim porque nós devemos contribuir para a sociedade ser organizada	Sim

Tabela 11 - 11.º Y resposta à 9.ª questão do questionário.

11.º Z – 9.ª Questão - Tendo em conta tudo o que aprendeste em História sentes mais vontade de intervir na sociedade em que vives? Se sim, de que forma?		
1F	Sim, acho que as aulas de história incentivam os alunos a quererem melhorar a nossa sociedade ainda mais. E clarifica que os erros do passado não devem ser cometidos outra vez.	Sim
2F	Sinto sim. Sinto que estou mais por dentro dos assuntos abordados hoje em dia e sinto que posso intervir (e bem) numa discussão sobre certos temas	Sim
3F	Não me sinto mais a vontade por quê ainda tem muito mais a aprender	Não
4F	Não.	Não
5F	Completamente, sinto que graças á disciplina de história consegui ver o passado , e tudo que muitos tiveram que passar e não quero isso para mim no presente e nem para ninguém no futuro. Ou seja pretendo intervir através de manifestações, conversas entre amigos e de qualquer outra forma desde que possa fazer a diferença!	Sim
6F	Não necessariamente, apesar de história ser muito importante, é difícil causar esse efeito nas pessoas. Contudo a minha vontade de intervir já existia independente das aulas de história.	Não
7F	Sim sem dúvida, por exemplo, fazer manifestações para obter uma sociedade mais justa, acho também que qualquer forma nem que seja um pequeno ato que contribua para a sociedade já é algo bom	Sim
8F	Eu sinto mais vontade de intervir na sociedade atual, e penso que podemos fazer isso de diferentes formas como votar ou até fazer algumas manifestações sobre os nossos direitos.	Sim
9F	Sim , através do voto e participação em eventos sobre os direitos humanos e a ajudar certas instituições	Sim
10F	Sim, acho importante saber e conhecer o mundo onde vivemos e nosso passado também, para que possamos fazer melhor e não repetir os mesmos erros.	Sim
11F	Sim, uma vez que acho fundamental darmos voz às nossas necessidades enquanto cidadãos.	Sim
12F	Sempre fui alguém com um forte espírito crítico e de justiça. Saber sobre o passado, motivou-me ainda mais a participar e a tentar saber mais sobre sociedade e o mundo no geral. O voto por exemplo, era apenas concedido a uma minoria, saber desta informação atualmente faz-me sentir na obrigação de votar, não apenas porque posso, mas em respeito aqueles que um dia queriam e não podiam.	Sim
13F	Sim, sobre os direitos do cidadão	Sim
14F	Sim, depois dessas aprendizagens sinto mais vontade de defender as pessoas que possuem piores condições na sociedade.	Sim
15F	Sim sinto vontade de intervir , especialmente com o meu direito de votar	Sim
16F	Sim, como eu quero ser advogado creio que posso ter um cargo político futuramente, talvez em Portugal não mas no Brasil sim, dessa forma vou ter poder suficiente para seguir meus ideias para o bem das pessoas, não que sejam certos ou errados, porém, pretendo com toda a certeza mudar algo na sociedade como por exemplo o monocestrismo que faz com que o país não se desenvolva e seja menos atrativo, os desemprego e injustiças com os cidadãos mais pobres, a fome e principalmente a sustentabilidade.	Sim
17F	Sinto que devo sim intervir na sociedade em que vivo para defender ou tentar defender os nossos direitos humanos, igualmente de gênero, etc depois de aprender mais sobre o assunto sinto que todos os devemos defender	Sim

18F	Sim, combatendo todo o tipo de trabalho escravo e lutando pela igualdade de gênero para um futuro melhor	Sim
19F	Sim, cada vez mais tenho vontade de lutar pelos meus direitos, de forma a tornar a sociedade mais justa. O que aprendo em história faz-me refletir sobre o estado do mundo, e torna-me mais consciente para atos como o de votar.	Sim
20F	Sim porque podemos mudar a nossa sociedade através dos erros cometidos no passado, para no futuro converter nossa sociedade mais justa e igualitária	Sim
21F	Sim , praticando o bem ,e mostrar mais amor e empatia pelo o mundo .	Sim

Tabela 12 - 11.º Z resposta à 9.ª questão do questionário.